



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
LETRAS EM REDE NACIONAL - PROFLETRAS

MARIA DA LUZ DA SILVA COSTA

**O ARTIGO DE OPINIÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL:
ARTICULAÇÕES DIDÁTICAS ENTRE LEITURA E ESCRITA EM
ATIVIDADES ORIENTADAS PELOS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO E
DA SEMIÓTICA**

Araguaína – TO

2021

MARIA DA LUZ DA SILVA COSTA

**O ARTIGO DE OPINIÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL:
ARTICULAÇÕES DIDÁTICAS ENTRE LEITURA E ESCRITA EM
ATIVIDADES ORIENTADAS PELOS ESTUDOS DA ARGUMENTAÇÃO E
DA SEMIÓTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras), da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína. Foi avaliada para o título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador (a): Prof. Dra. Luiza Helena de Oliveira da Silva

Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem e Práticas Sociais.

Araguaína – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

C837a Costa, Maria da Luz da Silva .

O artigo de opinião no ensino fundamental: articulações didáticas entre leitura e escrita em atividades orientadas pelos estudos da argumentação e da semiótica. / Maria da Luz da Silva Costa. – Araguaína, TO, 2021.

157 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Letras Ensino de Língua e Literatura, 2021.

Orientadora : Luiza Helena Oliveira da Silva

1. Artigo de opinião. 2. Argumentação e retórica. 3. Semiótica discursiva. 4. Oficinas de leitura e escrita. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA DA LUZ DA SILVA COSTA

**O ARTIGO DE OPINIÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL:
ARTICULAÇÕES DIDÁTICAS ENTRE LEITURA E ESCRITA EM
ATIVIDADES ORIENTADAS PELOS ESTUDOS DA
ARGUMENTAÇÃO E DA SEMIÓTICA**

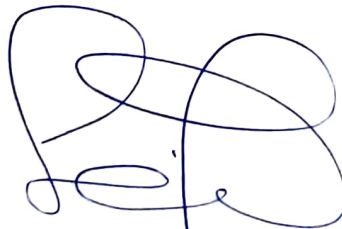
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProFLetras), da Universidade Federal do Tocantins, Campus Araguaína. Foi avaliada para o título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador (a): Prof. Dra. Luiza Helena de Oliveira da Silva

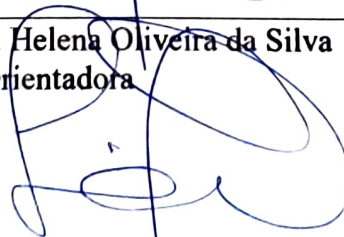
Linha de Pesquisa: Estudos da Linguagem e Práticas Sociais

Data de aprovação: 02 de julho de 2021

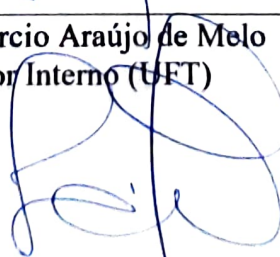
Banca Examinadora



Prof. Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva
Orientadora



Prof. Dr. Márcio Araújo de Melo
Avaliador Interno (UFT)



Prof. Dra. Áustria Rodrigues Brito
Membro externo (UFPA)

A minha família, razão maior de todos os meus esforços, de todas as minhas lutas, de todas as minhas buscas, de todas as minhas vitórias.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me dá uma existência significativa capaz de me motivar e me sustentar espiritualmente e emocionalmente para enfrentar as adversidades com resiliência e sem me deixar abater.

A minha orientadora, a professora Luiza Helena, que foi um anjo perfeito nesse percurso no qual agora eu percebo que tudo foi providenciado para que ela estivesse comigo nessa jornada sem a qual eu não teria conseguido trilhar.

A meu querido esposo, que foi um verdadeiro companheiro enfrentando junto comigo todas as dificuldades, compreendendo minhas ausências e apoiando nos momentos mais difíceis.

Aos meus filhos por estarem comigo sempre e serem o objetivo maior de todas as minhas conquistas.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que financia o ProfLetras.

A professora Áustria que me deu a honra de sua participação em minha banca de defesa e me deu valiosas orientações na Banca de Qualificação.

A professora Tânia por suas contribuições bem precisas.

Ao professor Márcio por suas considerações bastante pertinentes.

A todos os meus queridos professores que foram compreensíveis comigo e com sabedoria me ajudaram a ver o conhecimento sob outra perspectiva.

A minha diretora, as coordenadoras, a supervisora e aos meus colegas professores, que foram compreensíveis e me apoiaram nesse longo percurso.

A toda minha família por serem meus bens mais preciosos e estarem sempre do meu lado.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso desse momento.

UTOPIA

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
presença distante das estrelas!*

Mário Quintana

RESUMO

A presente pesquisa trata do ensino do gênero artigo de opinião no 9º ano do Ensino Fundamental e tem como proposta a apresentação de práticas que articulam leitura e escrita, considerando sua indissociabilidade para o desenvolvimento da competência argumentativa. Como objetivo geral, buscou desenvolver a competência dos estudantes para a produção de textos desse gênero, bem articulados do ponto de vista formal, coerentes e persuasivos do ponto de vista argumentativo, ao mesmo tempo levando em conta uma tomada de posição que se comprometa com uma dimensão mais humanitária de sociedade. A partir de estudos sobre a argumentação desenvolvidos desde a retórica clássica, consideramos sua contribuição para a compreensão de estratégias mobilizadas pelo orador (enunciador), com vistas à adesão do auditório (enunciatário), em diferentes gêneros, mas, mais enfaticamente, no gênero artigo de opinião. Como nossa demanda como pesquisadores do ProfLetras visa definir, a partir do campo teórico, o campo da aplicação, pensando em estratégias didáticas que contribuam para a qualidade das práticas pedagógicas, elaboramos um conjunto de oficinas, organizadas em torno de temáticas atuais que discutem questões distintas, considerando ainda o modo como temáticas contemporâneas e práticas de leitura e de escrita são orientadas desde a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, orientada pelos estudos do discurso, mais especificamente advindos da semiótica discursiva e da retórica, teorizações a partir das quais elaboramos uma proposta pedagógica para desenvolver a competência para uma leitura crítica dos artigos de opinião, favorecer a apreensão de diferentes estratégias argumentativas e, a partir de então, subsidiar a prática de produção textual. Como produto final, trazemos um caderno que sistematiza a proposta das oficinas, explicitando as atividades a elas relacionadas e justificando seu modo de constituição e sequência.

Palavras-chave: Artigo de opinião. Argumentação. Retórica. Semiótica discursiva. Oficinas de leitura e escrita.

ABSTRACT

This research deals with the teaching of the opinion article genre in the 9th grade of Elementary School and proposes the presentation of practices that articulate reading and writing, considering their inseparability for the development of argumentative competence. As a general objective, it aims to develop the competence of students to produce texts of this kind, well articulated from a formal point of view, coherent and persuasive from an argumentative point of view, at the same time taking into account a position that is committed to a more humanitarian dimension of society. Based on studies on argumentation developed since Classic Rhetoric, we consider its contribution to the understanding of strategies mobilized by the speaker (enunciator) with a view to the adhesion of the audience (enunciate), in different genres, but, more emphatically, in the genre article of opinion. As our demand as ProfLetras researchers aims to define, from the theoretical field, the field of application, thinking of didactic strategies that contribute to the quality of pedagogical practices, we developed a set of workshops, organized around current themes that discuss different issues, also considering the way in which contemporary themes and reading and writing practices are oriented since the BNCC - Common National Curriculum Base (BRASIL, 2018). The research follows a qualitative approach, guided by discourse studies, more specifically arising from discursive semiotics and rhetoric, theorizations from which we elaborate a pedagogical proposal to develop the competence for a critical reading of opinion articles, favoring the apprehension of different argumentative strategies and, from then on, subsidize the practice of textual production. As a final product, we bring a notebook that systematizes the proposals for the workshops, explaining the activities related to them and justifying their way of constitution and sequence.

Keywords: Opinion article. Argumentation. Rhetoric. Discursive semiotics. Reading and writing workshops.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1 - <i>Print</i> da página de opinião da Folha de São Paulo	31
Figura 2 - Títulos de artigos de opinião de jornalistas da F. de São Paulo, em 19 fev. 21	32
Figura 3 - Charge de Amarildo, em <i>A Gazeta</i>	52
Figura 4 - Charge de Leandro Assis e Triscila Tavares	70
Quadro 01 – Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades	25
Quadro 02 – Características do artigo de opinião segundo Beltrão	28
Quadro 03 – Estrutura do artigo de opinião de acordo com Beltrão	31
Quadro 04 – Esquema das técnicas argumentativas	48
Quadro 05 - Proposta de atividades em sala	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

GRE – Gerência Regional de Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ISEAF – Instituto Superior de Educação Antonino Freire

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PROFLETRAS – Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

UESPI – Universidade Estadual do Piauí

UFT – Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O percurso de formação da pesquisadora e a eleição do objeto de pesquisa	15
1.2 Breve apresentação da escola campo de pesquisa/intervenção	18
1.3 Da pergunta de pesquisa, objetivos, metodologia	19
2 CONTRIBUIÇÕES DO GÊNERO PARA O TRABALHO COM LEITURA E ESCRITA	21
2.1 Caracterização do gênero artigo de opinião	27
2.1.1. Características do artigo de opinião	28
2.1.2. Estrutura do artigo de opinião	31
2.2 Argumentação e estratégias argumentativas	37
2.2.1. O orador e seu auditório, as teses e o acordo prévio.....	42
2.2.2. Estratégias argumentativas.....	46
2.2.3. Argumentos quase-lógicos.....	48
2.2.4. Argumentos fundados na estrutura do real.....	53
2.2.5. As ligações que fundamentam a estrutura do real	60
2.2.6. Argumentos por dissociação de noções - pares hierarquizados	62
2.3 Modalização	63
2.4 Linguagem e ideologia	68
2.5 Argumentação em tempos de intolerância e fake news	73
2.5.1 Ética da leitura e ética da escrita	78
2.6 Reescrita	81
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	85
3.1. Escola campo de pesquisa/intervenção	87
3.2. Critérios para seleção dos textos e estrutura da proposta	89
4 DAS OFICINAS DE LEITURA, REFLEXÃO SOBRE A ARGUMENTAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL	91
Oficina I: Conhecendo o artigo de opinião	91
Oficina II: De olho na tecnologia	93
Oficina III: Discurso de ódio e intolerância: percursos passionais do ódio	95
Oficina IV: A projeção da opinião do enunciador no artigo de opinião	97
Oficina V: Polifonia nos discursos polêmicos: citações diretas e interdiscurso	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE	109

1 INTRODUÇÃO

Apesar de muitos esforços pedagógicos, o trabalho com a leitura e escrita tem se mostrado ainda deficitário na educação básica, ao menos a julgar pelas avaliações externas. Embora estas possam ser problematizadas em função de vários aspectos como seu caráter homogeneizador, desconsiderando diferentes realidades do país e, mesmo pelo unidirecional de suas perspectivas teóricas, trazem índices que precisam ser considerados pelos educadores e políticas públicas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - (PCN), o trabalho com leitura visa à formação de leitores que se mobilizem no esforço de produção de sentido, cabendo à escola conceber que “a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio” (BRASIL, 1998, p. 19).

De um lado, encontra-se a compreensão da singularidade dos gestos de leitura, a partir de seleções isotópicas particulares, que partem de critérios de diferente natureza (subjetivos, históricos, ideológicos, experiências da vida de leitura e na cultura) e que singularizam os caminhos percorridos pelo leitor (BERTRAND, 2003) mas, de outro, concebe-se uma “ética de leitura” (LANDOWSKI, 2001, p. 33) que refreie um delírio interpretativo, de caráter aberrante, que acaba por desconsiderar os limites dados pela própria textualização.

Sem essa negociação entre sujeitos (enunciador e enunciatário), sem acordos de comunicabilidade, o sentido é, afinal, o que pode escapar, assim como não se pode conceber um ensino coerente de saberes sobre modos de funcionamento dos textos, dos discursos, das práticas implicadas na produção e recepção.

Do ponto de vista da escrita, espera-se que a escola desenvolva nos estudantes a capacidade de assumirem uma voz autoral, o que implica não apenas o domínio de normas gramaticais, de regras relativas à textualidade, da apreensão e respeito às coerções impostas pelos diferentes gêneros, mas também uma capacidade de levar em conta as condições de produção, orientando-se pela dimensão pragmática da linguagem.

Os PCN, orientam que o trabalho com produção de textos deve se pautar na formação de escritores competentes capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes. O documento compreende que um escritor competente é aquele capaz de conferir autoria a sua produção, mobilizando os recursos da língua de acordo com as intenções comunicativas, num dado contexto de interação (BRASIL, 1988). Por isso mesmo, concebe a textualização sob uma perspectiva reflexiva, de um sujeito, que, ao menos do ponto de vista de uma sintaxe textual, adquira paulatinamente autonomia (FIORIN, 1988). Em outras palavras, essa competência se

faz sob uma dimensão complexa, que demanda um exercício sistemático e orientado desde as séries iniciais no processo de escolarização e se amplia ao longo da história do sujeito, sua compreensão do mundo e da linguagem. No âmbito da formação escolar, é necessária, pois, uma sistematização que leve em conta os saberes dos alunos a respeito da escrita e as dificuldades demonstradas.

Como docente da educação básica, sabemos que o trabalho com a produção textual em sala de aula apresenta dificuldades dadas pela própria dimensão cultural e não é indiferente às distinções de classe social. Para isso conta o falta de hábito para realizar leituras de textos com certa complexidade formal e estilística fora do ambiente escolar, o que dificulta aquisição de apreensão de estruturas da língua e suas potencialidades (como a precária utilização de conjunções e outros conectivos, os usos estéticos); de outro, porque na escola essa prática acontece muitas vezes de forma descontextualizada, mecânica, que nos termos usados pelos PCN, exemplificaria sua excessiva “escolarização” (BRASIL, 1998, p. 18). A exemplo disso, é a produção de textos que só servem para avaliação, sem que alcancem outros leitores e interlocutores para além do professor, na metalinguagem semiótica, concebido como uma espécie de supremo destinador-sancionador.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento mais atual, em comparação ao PCN, que orientaram as práticas didáticas das últimas décadas (BRASIL, 2018). Ela estabelece as diretrizes que devem subsidiar o trabalho de leitura e escrita nas redes escolares, mediante a definição de competências e habilidades. Atendendo a uma demanda advinda desde a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a BNCC estabelece o conjunto de aprendizagens concebidas como essenciais, as quais caberia ao aluno desenvolver ao longo da educação básica.

Mediante uma ampliação dos gêneros, sobretudo a partir dos usos de ferramentas do digital, a leitura na escola deverá ultrapassar a dimensão das produções estritamente verbais, ampliando-se para a incorporação de gêneros multimodais e sincréticos (TEIXEIRA; FARIA; SOUSA, 2014), aumentando o desafio para estudantes e, mesmo, docentes de língua portuguesa, na medida em que se complexifica as relações entre linguagens de diferentes substâncias:

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também

produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir playlists, vlogs, vídeos-minuto, escrever fanfics, produzir e-zines, nos tornar um booktuber, dentre outras muitas possibilidades (BRASIL, 2018, p. 68).

Esse documento também orienta que o trabalho com a produção de textos aconteça por meio de práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos (GARCIA-REIS; GODOY, 2018). Nessa perspectiva, inserido tanto no campo jornalístico-midiático, quanto no da esfera da atuação pública, a BNCC salienta que a esses objetivos mais especificamente relativos à linguagem se associa ao de uma formação que amplie a capacidade dos estudantes para agirem socialmente com criticidade, ética e responsabilidade - implica uma formação cidadã. Isso vai além de aprender uma técnica de escrever com correção ou apreender modelos de argumentação.

Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa (BRASIL, 2018, p. 140).

Nesse contexto, fica evidente que o professor desempenha um papel importante para garantir a aquisição desse conjunto de aprendizagens essenciais ao desenvolvimento integral dos estudantes, congregando saberes linguísticos à vida social. Também em função de novas demandas, precisa aprimorar seus conjuntos de conhecimentos frente às novas configurações da linguagem e usos. É justamente diante desse movimento que nos encontramos, como docente e pesquisadora. Para me apresentar mais precisamente, relatamos brevemente a seguir nosso processo de formação e os desafios que ora assumimos no âmbito do ProfLetras.

1.1 O percurso de formação da pesquisadora e a eleição do objeto de pesquisa

Em 1991, eu concluí o Ensino Médio Profissionalizante. Acreditava que tinha conseguido muito para uma jovem residente em uma cidade isolada e de distância média em

relação à capital Teresina. Naquele contexto, a maioria das professoras da rede municipal tinha apenas essa formação e a conclusão dessa etapa de escolarização já me parecia o suficiente.

Até então, nunca tinha cogitado a ideia de cursar uma graduação, pois a faculdade mais próxima ficava a 109 km de minha cidade. Na época, estudar em universidade pública era possível apenas para quem morasse na capital.

Essa realidade se alteraria quando o Governo Federal, mediante demanda de ampliação da formação de professores com ensino superior, disponibilizou recursos para os municípios investirem nos docentes. Assim, no início da década de 90, por volta de fevereiro de 1993, o então presidente da República, Itamar Franco, assinou decreto autorizando o funcionamento da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) na modalidade multicampi.

Em 1994, tendo sido aprovada na seleção da UESPI - modalidade semipresencial, com aulas em janeiro, fevereiro e julho, também fui nomeada em concurso público da rede estadual para o exercício da profissão. Concluí então a licenciatura em 1998 e me dediquei posteriormente a três especializações.

Em 2013, obtive informações a respeito do Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS), da Universidade Federal do Tocantins, e percebi nele a chance de continuidade dos estudos. No Piauí, o programa é ofertado pela UESPI, porém, devido à grande concorrência, não consegui ingressar naquela unidade. Em 2018, não tendo sido aprovada dentro do número de vagas, a chance se deu com a abertura de edital para vagas remanescentes na UFT/Campus Araguaína, o que possibilitou meu ingresso em 2019.

Essa oportunidade foi importante porque, como professora de Língua Portuguesa há 26 anos, inquieto-me diante da grande dificuldade apresentada pelos alunos quando chamados a escrever, assumindo seus posicionamentos de forma articulada e eficaz do ponto de vista de uma argumentação coerente, consistente, com a devida criticidade demandada. As dificuldades evidenciadas estão relacionadas desde as questões ortográficas, de organização das ideias nos parágrafos, pontuação, progressão textual à construção de argumentos que deem consistência ao modo como leem os problemas da vida contemporânea e sobre os quais são instados a falar. Foi essa angústia que me levou, portanto, a aprofundar saberes quanto à constituição, modo de funcionamento dos textos e a propor uma pesquisa que privilegiasse o desenvolvimento da capacidade textual-argumentativa. Considerando os gêneros possíveis para essa proposta, elegemos o artigo de opinião, buscando ampliar conhecimento que levassem a contribuir mais significativamente junto aos meus alunos do ensino fundamental.

De acordo com o PROFLETRAS, espera-se que os mestrandos desenvolvam uma pesquisa que seja interpretativa e interventiva com foco na investigação de um problema da

realidade escolar e/ou da sala de aula do mestrando relacionada ao ensino e aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Nesse contexto, consideramos relevante no trabalho de conclusão refletir e ampliar saberes que possibilitem propor novas práticas de leitura e escrita capazes de subsidiar um trabalho de superação das dificuldades dos alunos.

O PROFLETRAS visa à capacitação de professores de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País. Mais do que possibilitar a obtenção de um diploma na pós-graduação, o PROFLETRAS contribuiu para minha atualização e formação como docente em serviço, instrumentalizando-me tanto com a teoria, quanto com o desenvolvimento de habilidades para desenvolver tal trabalho, partindo do pressuposto de que um dos papéis do professor de língua materna é o de fornecer subsídios para que o aluno adquira conhecimento sobre os gêneros de circulação social por meio dos quais possa atuar de maneira mais ativa em seu meio.

Ainda de acordo com a BNCC, mais do que habilidades linguísticas, essa aprendizagem relativa aos gêneros implica em considerar mecanismos sociais de uso da linguagem, considerando “práticas contemporâneas de curtir, comentar, redistribuir, publicar notícias [...]envolvendo as dinâmicas das redes sociais e os interesses que movem a esfera jornalística-midiática” (BRASIL, 2018, p. 136).

O conhecimento dos saberes relativos a argumentar e persuadir relacionados à produção textual, oral ou escrita, é uma das habilidades demandadas pelos usos sociais da linguagem. Somos frequentemente chamados a interagir com os outros, expressar opiniões e defender pontos de vista e todas essas situações requerem de nós o uso estratégico da palavra. Esse uso será mais eficiente se tivermos desenvolvido a competência argumentativa que pode ser constantemente aprimorada considerando os diferentes gêneros em que é acionada. É nesse sentido que essa pesquisa se justifica por promover uma discussão em torno da necessidade de investigar estratégias que possibilitem o desenvolvimento da competência argumentativa, sob o viés que conjuga simultaneamente a leitura reflexiva sobre os recursos linguísticos, discursivos e seu uso na produção de textos do gênero artigo de opinião, levando em conta as práticas sociais e os contextos de interação.

Inerente a esse gênero encontra-se presente a dimensão da argumentação, manifestada em todas as atividades linguísticas que realizamos, em maior ou menor grau. Conforme explicitam Koch e Elias (2018), “argumentar é humano”, o que não significa necessariamente que todos tenhamos explorado as possibilidades que a argumentação implica. Na BNCC, é a

sétima das dez competências gerais da Educação Básica que aponta para a necessidade de o aluno argumentar de forma bem fundamentada respeitando e promovendo os direitos humanos, tendo um posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BRASIL, 2018).

Desenvolver a habilidade de construir argumentos consistentes, capazes de convencer o leitor/ouvinte encontra-se, portanto, como condição necessária para uma convivência ativa na sociedade. Ao mesmo tempo, a escolha desse gênero possibilita a discussão em sala de aula sobre questões sociais polêmicas, provocando os alunos a pensarem reflexiva e coletivamente sobre uma variedade de problemas socialmente relevantes e expressarem seu ponto de vista adequadamente.

1.2 Breve apresentação da escola campo de pesquisa/intervenção

Os alunos aos quais nos referimos são matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola estadual, na cidade de São Pedro do Piauí, situada no Médio Parnaíba Piauiense, onde ministramos a disciplina de Língua Portuguesa. A escola atende também os alunos do Ensino Médio na modalidade regular. É uma instituição localizada na zona urbana, com cerca de 860 alunos distribuídos em turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio.

De acordo com os dados registrados nos documentos oficiais da rede, a escola apresenta um desempenho crescente em relação às taxas de aprovação, proficiência e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), especificamente em Língua Portuguesa nos anos de 2017 e 2019, que atingiram 4,1 e 5,2, respectivamente; uma proficiência média em Língua Portuguesa de 251,42, em 2019, de 265,72. A taxa de aprovação em 2017 no 9º ano foi de 90,3% e, em 2019, de 100%. Em 2017, a meta era 4,9 a escola atingiu 4,1. Em 2019, porém, atingiu a meta estabelecida de 5,2. A média de aprovação nas séries finais do Ensino Fundamental, em 2017, foi de 82,6 e, em 2019, ficou em 91,7.

Esses dados expressam um relativo progresso que pode estar relacionado com a recuperação de conteúdos e implantação do Programa Mais Educação desenvolvendo atividades extracurriculares e possibilitando a aquisição de tecnologias de apoio pedagógico, mas que não se reflete nas produções escritas dos alunos, que em sua maioria apresentam graves deficiências em relação a apropriação da leitura e escrita.

A turma onde atuamos tem 30 alunos que residem no entorno da escola e a maioria são oriundos de escola pública. Pela escrita inicial desses alunos, é possível depreender a grande ocorrência de erros ortográficos, a grafia quase ilegível de alguns, aspectos que dificultam a

legibilidade de suas produções. São dificuldades vistas como reflexos de um processo de aquisição de leitura e escrita deficiente, o que nos leva a empreender esforços para além do que estava inicialmente previsto para a série.

1.3 Da pergunta de pesquisa, objetivos, metodologia

Orienta este trabalho a seguinte pergunta de pesquisa: Quais os impactos de um trabalho pedagógico sistemático de leitura e escrita sobre a apropriação dos aspectos formais e argumentativos do gênero artigo de opinião? Apesar de reflexões teóricas que supostamente se filiam ao letramento crítico (STREET, 2014) ou ainda que declaram sua rejeição a uma concepção de leitura como decodificação, as práticas de leitura compreendidas como produção de sentido parecem ser esvaziadas, na medida em que uma direção pragmática toma seu lugar (SILVA, 2019). Do ponto de vista da fundamentação teórica, este trabalho se apresenta como uma perspectiva interdisciplinar, convergindo estudos do texto, advindos da linguística textual, da retórica clássica e da nova retórica, da argumentação e da semiótica didática.

Conforme Silva e Silva e Melo, ler vai ser, na prática pedagógica do ensino de língua portuguesa, muitas vezes reduzido ao reconhecimento da estrutura genérica ou de elementos superficiais do texto, atendendo a questionamentos como quem (personagens), o quê (o acontecimento central), quando (o tempo), onde (cenário), que podem muito bem atender a alguns gêneros precisos como o das notícias para efeito de um projeto que vise à produção, mas que não dão conta do que é efetivamente um texto na irrepetibilidade de sua enunciação, sua historicidade, seu modo de funcionamento nas dinâmicas interacionais (SILVA *et al.*, 2016; SILVA; MELO, 2018; SILVA, 2019). Diante disso, propomos um conjunto de atividades com uma maior articulação entre leitura e escrita, ampliando as práticas leitoras. Ao mesmo tempo, rejeitamos modelos, fórmulas, substituindo-as pelo exame das enunciações do ponto de vista da sua singularidade. Leitura e escrita, portanto, se articulam num processo crescente de reflexão e uso.

Inicialmente, o trabalho consistiria em uma pesquisa-ação, com alunos de uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental II de uma escola estadual, na cidade de São Pedro do Piauí. A ocorrência da pandemia de Covid-19, principiada ainda no primeiro trimestre de 2020, sem sinais de arrefecimento, a interrupção das aulas presenciais nas escolas públicas do país e a opção pela oferta de ensino remoto, fizeram com que fôssemos levados a redefinir esse direcionamento, corroborado pela Resolução 003/2020, do PROFLETRAS.

Assim, continuamos considerando elementos que são trazidos de nossa experiência docente imediata, o perfil de nossos alunos, o contexto em que visa ser aplicada a nossa

produção, mas não consideramos aqui a aplicação propriamente dita de nossas proposições, dada a própria fragilidade das interações com os alunos nas atividades remotas. De uma pesquisa-ação, esta dissertação se orienta, portanto, para uma pesquisa qualitativa, tendo como produto um conjunto de oficinas que pretende servir para subsidiar aulas de língua portuguesa no tratamento conferido ao gênero artigo de opinião, a serem desenvolvidas no âmbito de aulas presenciais. A proposta pode, ainda, suscitar trabalhos semelhantes de professores interessados na temática.

Como objetivo geral, visamos, mediante as reflexões acerca do gênero artigo de opinião e as oficinas propostas, contribuir para desenvolver a competência para a produção de artigos bem articulados do ponto de vista formal, argumentativo e da perspectiva crítica socialmente comprometida com uma dimensão mais humanitária da sociedade.

Como objetivos específicos, relacionamos: i) elaborar um material didático para alunos do 9º ano, numa sequência de textos, reflexões e atividades que visem à apropriação do gênero artigo de opinião; ii) ampliar a competência de leitura, sobretudo considerando a capacidade de analisar criticamente as estratégias enunciativo-argumentativas que visam à adesão a uma perspectiva de compreensão do real; iii) desenvolver a capacidade de pesquisa contrapondo um fato fundamentado e notícias falsas; iv) promover atividades que possibilitem aos alunos se posicionarem criticamente diante dos fatos da realidade buscando mobilizar informações de base sólida; v) levar os alunos a ler e analisar diferentes estratégias linguístico-discursivas mobilizadas em artigos de opinião.

Está assim estruturado: na seção seguinte, Contribuições dos gêneros para o trabalho com a leitura e a escrita na escola, fazemos uma reflexão sobre a centralidade que passa a ter o trabalho com os gêneros, suas implicações do ponto de vista discursivo-enunciativo, ampliando as reflexões sobre o gênero selecionado para a elaboração da sequência didática, traduzida no caderno pedagógico. Ali ainda tratamos mais especificamente sobre o gênero artigo de opinião e de questões teórico-práticas relativas à leitura e à produção de texto. Na seção posterior, trazemos aspectos metodológicos relacionados à pesquisa e também os que guiaram a elaboração do material pedagógico, considerando dimensões da didatização a partir de estudos da linguística textual, da retórica, da linguística aplicada e da semiótica teórica e aplicada. Na quarta seção, apresentamos as oficinas, explicitando os objetivos relacionados a cada atividade. Por fim, como anexo, apresentamos o Caderno Pedagógico Artigo de Opinião.

2 CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS PARA O TRABALHO COM LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA

Os estudos da linguística textual têm ao longo das últimas décadas orientado em grande parte o trabalho docente. Em linhas gerais, a linguística textual concebe o texto do ponto de vista da interação, como unidade que é construída pela interação dos sujeitos envolvidos no processo sociocomunicativo. Desse modo, o texto deixa de possuir um significado pré-determinado para apresentar um significado construído, dialogicamente, pela interação dos interlocutores do processo de comunicação, onde o leitor exerce um papel ativo, como uma espécie de coprodutor.

Fundamentam essa orientação Koch e Elias (2018), quando definem o texto como um evento sociocomunicativo, que ganha existência dentro de um processo interacional. As linguistas ainda acrescentam que todo texto é resultado de uma coprodução entre interlocutores: o que distingue o texto escrito do texto falado é a forma como tal coprodução se realiza. Marcuschi (2008) afirma que o texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte.

Nesse processo de produção, o leitor/ouvinte e o escritor utilizam os conhecimentos da gramática textual a fim de construir uma unidade linguística que é necessária, conforme se pode observar nas palavras de Koch (2018, p.53): “o texto é visto como a unidade linguística hierarquicamente mais elevada, constitui uma entidade do sistema linguístico, cujas estruturas possíveis em cada língua devem ser determinadas pelas regras de uma gramática textual”.

Para Antunes (2010), o texto é um evento comunicativo em que operam, simultaneamente, ações linguísticas, sociais e cognitivas. Nesse sentido, a linguista recorre a três aspectos na definição. Primeiro, produz-se um texto quando temos alguma pretensão comunicativa; segundo, o texto envolve um interlocutor, num dado contexto sociocomunicativo; por fim, o texto se constrói a partir de um tema, de um tópico, de uma ideia central ou de um núcleo semântico, que lhe dá continuidade e unidade.

O conceito de texto varia de acordo com a concepção de língua e de sujeito conforme se pode perceber nas palavras de Koch (2006). Para os filósofos gregos que fundamentaram as primeiras discussões gramaticais, por exemplo, a língua era concebida como representação do pensamento, sendo o falante/escritor compreendido como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer. Para essa perspectiva que fundamenta por séculos os estudos gramaticais e as práticas escolares e, de certo modo, ainda persistem consciente ou inconscientemente no ensino de língua materna, o texto é visto como um produto lógico do pensamento (representação mental)

do autor, nada mais cabendo ao leitor/ouvinte senão “captar” essa representação mental, juntamente com as intenções (psicológicas) do produtor, exercendo, pois, um papel essencialmente passivo. É o que justifica que o professor pergunte ao aluno, no ato da leitura, o que um dado autor quis dizer, considerando que se materializa no texto, de modo transparente, o pensamento de seu autor. Nessa direção, uma vez ali dado na sua integralidade, cabe apenas a captação dos sentidos.

Nas práticas de leitura apressadas que tomam o texto apenas como modelo para a produção imediata de um segundo, de certo modo é essa a concepção que está presente. Para ler, basta a inteligibilidade da língua e o docente certamente está certo de que o que os sentidos que ele “decodifica” são obviamente decodificados por todos os seus alunos e, portanto, nada há que possa levá-lo a deter-se muito sobre o texto. Assim, mesmo quando supostamente o estudo se estrutura em torno dos gêneros, como preconiza a BNCC (BRASIL, 2019), pode-se ver reproduzida ainda a velha concepção de linguagem advinda do período clássico.

Sob uma segunda concepção, que ganha destaque a partir das proposições da linguística de base saussuriana, a língua é concebida como um código, o sujeito como (pre)determinado pelo sistema, o texto é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, bastando a este, para tanto, o conhecimento do código, já que o texto, uma vez codificado, é totalmente explícito.

Também aqui, vemos a persistência dessa concepção, ainda que não assumida por docentes e pesquisadores, bastante presente nas práticas de leitura e escrita no interior da escola ou orientando projetos de pesquisa-ação fundamentados nos gêneros, quando, aparentemente recuperando as “condições de produção”, as questões que guiam a leitura se assentam apenas no reconhecimento do que, quem, quando, onde, para quem, atualizados os elementos da comunicação descritos desde Roman Jakobson (1976).

Se esse reconhecimento é indispensável para a produção/leitura, não encerra, porém, todas as possibilidades de reflexão sobre os textos, seja do ponto de vista da escrita ou da sua recepção. O que essa gramática encerra acaba por ignorar a própria singularidade das enunciações, assim como esquematiza e simplifica as relações interlocutivas.

A terceira é a concepção interacional e dialógica da língua, fundamentada nos estudos bakhtinianos, segundo os quais os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma há lugar, no texto para uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação.

É nesse sentido que Marcuschi (2008) afirma que não é possível dar um conjunto de regras formais que possam gerar textos adequados. Como ele admite, o texto se dá como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas interativas e colaborativas. Essa definição aponta para o texto além de uma sequência de palavras escritas ou faladas, é um evento, ou seja, é um processo que envolve vários aspectos como sistema de conexões entre vários elementos que são multifuncionais, que é construído numa orientação de multissistemas e não se dá de forma solitária.

Beaugrande (1997) complementa essa visão dizendo que o texto é um sistema atualizado de escolhas extraído de sistemas virtuais entre os quais a língua é o sistema mais importante. Marcuschi (2008) adota o conceito de texto desenvolvido por Beaugrande que postula: o texto é um evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, sociais e cognitivas, ressaltando que o que faz um texto ser um texto é a discursividade, inteligibilidade e articulação que ele põe em andamento. A extensão física não interfere na noção de texto em si.

Mediante essa premissa, adentramos nos aspectos conceituais do gênero textual. Sabe-se que a educação viabiliza o exercício pleno da cidadania. Toda educação comprometida com esse princípio precisa criar condições para o desenvolvimento das habilidades necessárias para a inserção do indivíduo em uma sociedade letrada. Para participar ativamente nessa sociedade, ele realiza diversas atividades. Ocorre que todas as atividades humanas estão relacionadas com a linguagem, que por sua vez, se concretiza por meio de textos realizados em gêneros textuais. São esses os pressupostos que orientam tanto os PCN quanto a BNCC.

Segundo Bakhtin (2011), que no Brasil tem um papel fundamental para os estudos sobre gêneros, todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O que denominamos de gêneros do discurso são os tipos relativamente estáveis de enunciados que são elaborados por cada esfera de utilização da língua e que esses enunciados refletem as condições específicas dessas esferas tanto por seu conteúdo temático, como estilo e construção composicional.

Marcuschi (2008) afirma que somos levados a ver os gêneros como entidades dinâmicas, cujos limites e demarcações se tornam fluidos, ressaltando que é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto. Isso se dá, segundo ele, porque toda manifestação verbal acontece por meio de

textos realizados em algum gênero, ou seja, a comunicação verbal só é possível por algum gênero. São entidades comunicativas em que predominam os aspectos relativos a funções, propósitos, ações e conteúdo. São dinâmicos, de complexidade variável. São atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Na concepção de Bakhtin,

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discursos orais (e escritos). Em termos práticos, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente sua existência (BAKHTIN, 2011, p. 282).

Pode-se, pois, dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia a dia, necessários para a interlocução humana. Desde que nos constituímos como seres sociais, achamo-nos envolvidos numa máquina sociodiscursiva e um dos instrumentos mais poderosos dessa máquina são os gêneros textuais, sendo que de seu domínio e manipulação depende boa parte da forma de nossa inserção social e de nosso poder social.

De certo modo ignorando o contexto pragmático, as relações de poder e imaginário, Koch e Elias (2018) afirmam que dominar um gênero consistiria no próprio domínio da situação comunicativa, domínio esse que se pode dar por meio do ensino das aptidões exigidas para a produção de um gênero determinado. Se nem tudo se encontra no âmbito intrínseco aos textos, como defendem as autoras, não se pode prescindir de pensar o texto oral ou escrito como um elemento que também instaura realidades e que, no âmbito da escola, tem uma posição central no que diz respeito ao seu conhecimento e uso.

Assentados nessa concepção de linguagem, o ensino da língua mediado pela leitura e produção de textos de diferentes gêneros seria, pois, uma forma concreta de dar poder de atuação aos alunos, capacitando-os para apreender o modo efetivo de funcionamento social da linguagem. Fazemos uso de uma infinidade de gêneros que organizam a nossa fala e a do outro de modo que ao ouvir a fala do outro já se sabe de imediato pressentir-lhe o gênero e todas as características que o compõem como o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional.

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (BAKHTIN, 2011). Marcuschi (2008), apresenta um quadro agrupando os gêneros de acordo com seu domínio discursivo e modalidades de uso da língua, conforme se pode observar a seguir:

Quadro 01 - Gêneros textuais por domínios discursivos e modalidades

Domínios Discursivos	Modalidades de uso da Língua	
	Escrita	Oralidade
Instrucional (científico, acadêmico e educacional)	Artigos científicos; teses; monografias; resenhas; projetos; dicionário; epígrafe etc.	Conferências; debates; discussões; colóquios; exposições etc.
Jornalístico	Editoriais; notícias; reportagens; artigos de opinião; comentários; carta ao leitor; reclamações; etc.	Discussões; debates; reportagem ao vivo; apresentações, etc.
Religioso	Orações; rezas; catecismo; homilias; missal; penitências etc.	Sermões; confissão; cantorias; orações; lamentações etc.
Saúde	Receita médica; bula de remédio; parecer médico etc.	Consulta; entrevista médica; conselho médico etc.
Comercial	Rótulo; fatura; classificados; publicidade; boleto; logomarca; Memorando; nota fiscal etc.	Publicidade de feira; refrão de feira; publicidade de TV etc.
Industrial	Avisos; controle de estoque; descrição de obras etc.	Ordens
Jurídico	Contratos; leis; regimentos; estatutos; certificados; certidão de casamento; diplomas, editais etc.	Tomada de depoimento; arguição; declarações; depoimento etc.
Publicitário	Propagandas; publicidades; anúncios; cartazes; outdoors; folhetos; placas; avisos etc.	Publicidade na TV; publicidade no rádio
Lazer	Piadas; jogos; adivinhas; histórias em quadrinhos; palavras cruzadas; horóscopo	Fofocas; piadas; adivinhas; jogos teatrais
Interpessoal	Cartas pessoais; e-mails; bilhetes; atas; telegramas; memorando; telegramas; advertências etc.	Recados; convites; avisos; agradecimentos; ameaças; advertências etc.
Militar	Ordem do dia; roteiro de formatura; roteiro de cerimônia oficial; lista de tarefas	Ordem do dia
Ficcional	Épica – lírica- dramática; poemas diários; contos; mito; lenda; parlendas; fábulas; romances etc.	Fábulas; contos; lendas; poemas; declamações encenações

Fonte: Marcuschi (2008, p.194)

Pode-se observar no quadro acima que a diversidade e a quantidade de gêneros são muitas e que, dependendo do suporte e de novas formas de socialização, novos gêneros vão surgindo, enquanto outros vão se perdendo ou se transformando. Na BNCC (BRASIL, 2018), multiplicam-se os gêneros emergentes, que advêm, por exemplo, de novas práticas do universo digital, enquanto alguns gêneros literários são cada vez mais raros (como o apólogo) ou se acham circunscritos hoje apenas à esfera comercial (como a carta). A tabela de Marcuschi (2008), assim, pode ser hoje revista e ampliada.

Na base dessa categorização, encontra-se a ideia de que considerar o gênero como ponto de partida para o ensino é privilegiar a linguagem em uso, atento às demandas linguísticas e contextuais da interação humana. Na medida em que compreendemos o modo de funcionamento social dos gêneros, temos maiores condições de nos apropriarmos dos elementos que nos possibilitem agir como autores. A questão que emerge então é relativa à didatização dessa perspectiva teórica, isto é, o modo de tradução para as práticas escolares de

uma dada concepção de linguagem, sem incidir, ainda que sob nova roupagem e discursos, em velhas práticas.

A esse respeito, discorrem Silva et al (2016, p. 102) sobre atividades que visem apenas ao objetivo de levar o aluno a reconhecer os gêneros, atendendo a um dos itens da Matriz de Referência da Prova Brasil. Esse reconhecimento pode se dar por efeito de um trabalho efetivo de leitura, escuta, escrita, mas pode se dar ainda tão somente por um ensino de características genéricas concebidas como elementos estanques, muito aquém da dinamicidade que Bakhtin já atribuía aos gêneros discursivos em efetivo funcionamento.

No caso de uma proposta de ensino de gêneros, a ênfase no mero reconhecimento é, portanto, limitadora, sem contribuir efetivamente para a leitura ou a escrita. É então necessário que a professora vá além do que prevê a matriz, ainda que seus alunos não sejam avaliados por isso, o que nem sempre encontra lugar na escola quando se tem uma orientação de cunho mais pragmático, centrado em resultados imediatos (SILVA *et al.*, 2016, p. 102).

Assim, nosso desafio da didatização vai bem além de nos apropriarmos de uma dada concepção de linguagem do ponto de vista de nossa capacidade de assumi-la discursivamente. Vai na direção de buscarmos uma prática correspondente. Inscreve-se aí a orientação de natureza prática que guia nossa proposta didática, traduzida nas oficinas de leitura e escrita, resultante desta pesquisa.

Como se trata de um gênero que demanda a mobilização de uma série de competências e habilidades, e se constitui em um dos objetos de estudo do 9º ano do Ensino Fundamental, selecionamos para elaboração de nossas oficinas, que visam, antes de tudo, nossos alunos da educação básica, o gênero artigo de opinião. A seguir, vamos tratar mais especificamente a seu respeito.

Como nossa pesquisa é de natureza interdisciplinar, salientamos muitas convergências entre as concepções de texto e de leitura entre a linguística textual e a semiótica, assim como a incorporação do pensamento de Bakhtin por ambas. As especificidades referentes à semiótica, serão, contudo, exploradas mais adiante. Essa convergência diz respeito a conceber o texto simultaneamente como objeto de significação e comunicação (BARROS, 1994), à natureza dialógica dos textos (FIORIN, 2016), à historicidade do dizer, ao seu atravessamento ideológico (FIORIN, 1998), à leitura como gesto de atribuição de sentidos pelo leitor (LANDOWSKI, 2001), e uma semelhante recusa à noção simplista de decodificação.

2.1 Caracterização do gênero artigo de opinião

O artigo de opinião é um gênero discursivo pertencente ao agrupamento dos gêneros da ordem do argumentar, visto que o sujeito enunciativo se posiciona a respeito de um assunto controverso. É produzido normalmente em 1ª pessoa do plural, podendo também ser escrito em 3ª pessoa, nesse caso o objetivo é conferir ao texto um efeito de objetividade e de verdade. Estruturado por sequência argumentativa, podendo também aparecer outros tipos de sequências, como a descritiva, quando o autor introduz a polêmica sobre a qual irá discorrer.

Esse gênero é estruturado predominantemente no tempo verbal presente, pois o autor situa sua fala no aqui e agora. Esse tempo é usado para o autor discutir, argumentar, criticar e se posicionar. Porém, podem aparecer verbos que indicam ações no tempo passado e também ações no tempo futuro. Os verbos podem ser de ação e estado. A coesão ocorre, principalmente por meio dos conectivos lógicos (mas, porém, portanto, afinal). Ele obedece a norma culta da língua. Nesse gênero é comum o autor buscar o apoio de vozes externas, geralmente, utiliza-se do discurso indireto, contudo podem aparecer também o discurso direto e nesses casos ele faz uso das aspas. Está organizado em torno de uma questão polêmica ligada a um tema atual pertencente ao campo social, econômico, cultural e político.

Nessa direção, portanto, esse gênero gira em torno da argumentação predominantemente. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.50), “o objetivo da argumentação é provocar e aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”. Assim sendo, na interação entre autor e leitor há uma tese criada e defendida pelo autor, a mobilizar uma série de argumentos com o intuito de mover o leitor a uma ação pretendida. Em termos semióticos, trata-se de pensar a manipulação que se estabelece entre enunciativo (manipulador) e enunciatário (destinatário, leitor ou ouvinte pressuposto), implicando estratégias e artifícios diversos para fazer crer, fazer ser, fazer saber, fazer, fazer.

Nesse processo de criação e organização do artigo de opinião, o autor precisa demonstrar conhecimento para defender uma opinião. Utiliza argumentos ou provas bem fundamentados e também contra-argumentos para antecipar posições contrárias. Para Fiorin “um argumento são proposições destinadas a fazer admitir uma dada tese. Argumentar é, pois, construir um discurso que tem a finalidade de persuadir” (FIORIN, 2018, p.69).

Geralmente, esse gênero situa-se na seção destinada à publicação de matéria opinativa, por isso intitulada opinião, sua publicação tem uma periodicidade (diária, semanal). Ocupa um espaço de meia a uma página dividida com editorial ou outro gênero de opinião dependendo do veículo de publicação.

É um gênero de tipologia textual dissertativa, uma vez que o articulista estrutura o texto em torno de uma opinião(tese) e circula na esfera jornalística. Geralmente expressa a opinião de um jornalista ou de um colaborador convidado da empresa. Pode ser publicado em jornais e revistas, impressos ou virtuais e também ser apresentado oralmente na televisão e no rádio. Possui características e estrutura idênticas às do editorial cujas especificidades serão consideradas na sequência seguindo a organização proposta por Beltrão (1980, p.56-59)

2.1.1 Características do artigo de opinião

De acordo com Beltrão, as características do artigo de opinião dizem respeito a quatro aspectos, a saber: a topicalidade, o conteúdo, o estilo e a natureza. Sinteticamente, assim a autora sistematiza (quadro 02):

Quadro 02 – Características do artigo de opinião segundo Beltrão

CARACTERÍSTICAS	
Quanto à topicalidade	a) Preventivo b) De ação c) De consequência
Quanto ao conteúdo	a) Informativo b) Normativo c) Ilustrativo
Quanto ao estilo	a) Intelectual b) Emocional
Quanto à natureza	a) Promocional b) Circunstancial c) Polêmico

Fonte: A autora (2021).

De acordo com o quadro, destacamos de forma sucinta informações sobre as características do artigo de opinião, visto que, alguns subsidiarão as análises que serão propostas nas oficinas.

I) Quanto à topicalidade, o artigo pode ser:

a) Preventivo - antecipa a realidade, indicando situações, fixando circunstâncias e focalizando aspectos reveladores de sucessos futuros;

b) De ação - quando escrito no momento da ocorrência, com o objetivo de esclarecer o público em pleno impacto da realidade;

c) De consequência - quando resulta do exame do impacto e dos efeitos do fato, da dedução da realidade.

Exemplos de artigos de opinião de caráter preventivo, com relação ao tópico, temos naqueles que dizem respeito à defesa de *lockdown* na pandemia, a necessidade de avançar na

vacinação em massa, de recrudescer no combate a quem desrespeita as regras sanitárias. Antecipam os riscos na demora de ações mais consistentes por parte de políticas públicas.

Os de ação são comuns em editoriais, que acompanham a tônica do dia, posicionando-se reflexivamente sobre assuntos atuais. Os de consequência podem ser como os que avaliam medidas econômicas tomadas pelo governo, a alta ou a queda do dólar, as eleições de determinados sujeitos para a presidência de um país.

Com relação à classificação do artigo pelo tópico, observemos como exemplo o texto de Uchôa (2021), do qual transcrevemos apenas um fragmento:

[...]Incabível, portanto, apelar à prerrogativa da imunidade parlamentar para evitar a prisão. A imunidade não serve para proteger quem comete crime, principalmente o crime de incitar o estabelecimento do estado de exceção, como fez o deputado quando escarneou contra o livre funcionamento do Supremo e demandou pela intervenção odiosa das forças armadas na vida política. Antes disso, a imunidade existe para amparar o parlamentar no livre exercício de suas prerrogativas contra o estabelecimento do estado de exceção. Advogar a imunidade parlamentar ilimitada para este caso seria advogar pela possibilidade da ruptura institucional, o que não faz nenhum sentido [...] (UCHÔA, 2021, s/p).

No caso acima, publicado no portal Brasil de Fato, Marcelo Uchôa discute aspectos jurídicos relacionados à prisão de um deputado federal que agrediu em vídeo de ampla repercussão o Supremo Tribunal Federal. Caracteriza-se pela perspectiva da ação, interpretando a existência de arbitrariedade na prisão, a prerrogativa de imunidade parlamentar, a condição de excepcionalidade do acontecimento. Sua posição, portanto, é de esclarecimento, trazendo luzes sobre o imbróglio.

II) Quanto ao conteúdo

a) Informativo - quando o objetivo do artigo é esclarecer o leitor sobre determinados fatos, ideias ou situações;

b) Normativo - é o artigo que tem a intenção de convencer o leitor a atuar em determinado sentido, para isso utiliza sentenças e argumentos lógicos a fim de encorajar, exortar e inspirá-lo.

c) Ilustrativo - tem como objetivo aumentar a qualidade da instrução do leitor, entretê-lo, despertar seu interesse para a apreciação de questões menos comuns da vida.

Se o artigo caracterizado como normativo parece ser o mais exemplar, Beltrão salienta ainda o caráter informacional ou de ilustração que podem adquirir os artigos, tendo em vista o caráter de informatividade e não apenas de persuasão. Trata-se nesse caso não apenas de fazer crer e fazer fazer, mas também de fazer saber.

III) Quanto ao estilo

a) Intelectual - aquele artigo escrito para o intelecto do autor, levando-o a raciocinar por meio de premissas, silogismos e conclusões;

b) Emocional - é o artigo redigido com a finalidade de atingir a sensibilidade do leitor, visa tocar os sentimentos e os instintos mais profundos do leitor.

A depender do auditório (enunciatório pressuposto), o orador (enunciador) pode optar pela ordem da razão (artigo intelectual) ou do afeto (emocional). Pesquisas em torno do fenômeno da pós-verdade defendem que o sucesso de fake news e o modo como se tornam virais certos textos e vídeos advém da mobilização do afeto, mais do que a razão, produzindo uma perigosa conjuntura que tem severas consequências (SILVA, 2019).

Veja-se o caso de deputados que, na sessão de impeachment de Dilma Rousseff, em 2017, justificavam sua posição fazendo alusão à defesa da família. A esquerda, então, é relacionada à fragilização da família concebida como “tradicional” e, portanto, implica em considerar que políticos sejam mostrados como “inimigos”. Não se tratava de uma argumentação de natureza lógica, mas de mobilizar passionalmente o espectador que acompanhava o processo.

Sandra Duarte de Souza (2015) já identificou a existência de um processo de produção do inimigo, que é por vezes implícita, por vezes explícita, mas que recai, fundamentalmente, sobre a população LGBTQ+ e as feministas. Assim, nos debates que concernem ao conceito de família, as pessoas homossexuais e transexuais, enquanto indivíduos transgressores que colocam em xeque a concepção heterossexualizada de família, ao lado das feministas que também promovem a crítica da naturalização e essencialização dos papéis socialmente atribuídos às mulheres, são produzidos, neste contexto, como os inimigos que querem destruir a família (DIAS, 2017, p. 61).

Com relação à natureza, o artigo pode ser:

a) Promocional - é o artigo que acompanha os eventos e ideias marcantes da atualidade, tomando uma posição definida para analisá-los e explicá-los com vistas a convencer a comunidade e levá-la à ação.

b) Circunstancial - é o artigo que surge eventualmente para fixar e apreciar dado sucesso, situação ou movimento de opinião.

c) Polêmico - é o artigo eminentemente doutrinário, que provoca contestação e réplica.

Em jornais como o da Folha de São Paulo, é comum que, nas páginas dedicadas à opinião, além do editorial e da charge, sejam convidadas pessoas para expressarem seu ponto de vista sobre um ponto polêmico. Um assume a posição a favor; outro, contra. Essa exposição dá ao jornal o caráter de democrático, plural e polifônico.

Figura 1 - Print da página de opinião da Folha de São Paulo



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/#10> Acesso em: 19 fev. 21

Na figura 1, reproduzimos um *print* da primeira rolagem da página desse jornal, em edição online, de 19 de fevereiro de 2021. Nela, podemos ver nos títulos os links para os textos, com a diversidade de questões que são abordadas do ponto de vista explicitamente opinativo. Na seção inferior à esquerda, o jornal enuncia expressar “diariamente seus pontos de vista sobre controvérsias”.

2.1.2 A estrutura

Conforme Beltrão, o artigo de opinião se organiza em quatro partes: título, introdução, discussão/argumentação e conclusão que para melhor visualização encontram-se sistematizadas de forma sintetizada no quadro 03.

Quadro 03 – Estrutura do artigo de opinião de acordo com Beltrão

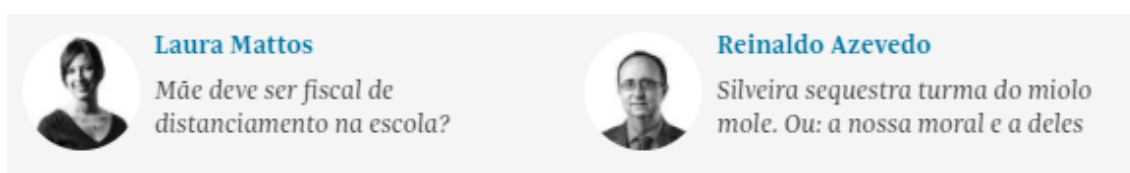
Elementos	Características
Título	<ul style="list-style-type: none"> -Chama a atenção do leitor -Formado com poucas palavras -É incisivo -Explicita a linha ideológica adotada

Introdução	-É breve, formula a notícia ou ideia que deu origem à matéria -Transforma atenção espontânea em atenção voluntária
Discussão/Argumentação	-Interpreta, analisa, debate os diferentes aspectos do tema
Conclusão	-Assume diferentes modalidades: exortação, apelo, aviso, palavra de ordem, constatação pura e simples

Fonte: A autora (2021).

O artigo de opinião possui uma estrutura semelhante à do editorial fixa e simples. O título tem o objetivo de chamar a atenção do leitor. A orientação geral é que, embora apareça no início do artigo, deva ser o último a ser escrito, pois precisa ser bem provocativo visando a motivar a leitura. Como exemplo desse aspecto persuasivo e sedutor, vejam-se os títulos a seguir (figura 2). Laura Mattos faz uso de uma pergunta, que leva em conta o retorno às aulas presenciais em meio à pandemia do Covid-19, enquanto Reinaldo Azevedo emprega a linguagem coloquial, que já acena para o caráter irônico e combativo de seus textos.

Figura 2 - Títulos de artigos de opinião de jornalistas da F. de São Paulo, em 19 fev. 21.



Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/#10> Acesso em: 19 fev. 2021

Para Beltrão (1980, p.59), a situação (ocorrência ou ideia) que leva à escrita do artigo e a tese a ser defendida determinam o título que é o primeiro elemento estrutural do artigo. São os chamados marcadores visuais que servem para nortear a leitura e chamar a atenção para o tema do texto. Este deve ser elaborado com poucas palavras, ser incisivo, explicitando a linha ideológica adotada.

Na introdução, geralmente, o autor apresenta a questão a ser defendida ao longo do texto. Pode não trazer a tese e só contextualizar o assunto trazendo um exemplo, um problema, uma história ou dados estatísticos que dão origem à matéria. Tem como objetivo chamar a atenção do leitor transformando a atenção espontânea em atenção voluntária, despertando o interesse do leitor para a leitura do artigo.

O terceiro elemento estrutural do artigo é a fase mais importante, trata-se da discussão, na qual o articulista interpreta, analisa, debate os diferentes aspectos do tema. De acordo com Beltrão (1980, p.59) “Aqui, há que expor as suas implicações, confrontá-lo com outros

semelhantes, manipulá-lo, desintegrá-lo. (...) Há que antecipar-se às críticas e destruir previamente as objeções que seriam formuladas ao ponto de vista expresso,” ou seja, o articulista vai apresentar os argumentos, as provas contra ou a favor a sua posição. Faz uso da exposição de fatos concretos, dados e exemplos, com o emprego de sequências narrativas, descritivas e explicativas, entre outras.

Por último, aparece no artigo a conclusão “que assume diferentes modalidades: exortação, apelo, aviso, palavra de ordem, constatação pura e simples” (BELTRÃO, 1980, p. 59). O articulista dá a resposta à questão formulada e deve reafirmar a posição assumida ou fazer alguma proposição de solução.

De acordo com Beltrão (1980, p. 65), “os autores de artigos são pensadores, escritores e especialistas em diversos campos, e cujos pontos de vista interessam ao conhecimento e divulgação do editor e de seu público típico”. Isso pressupõe que o articulista é detentor de um certo conhecimento do assunto que lhe confere autoridade para convencer os leitores do jornal ou da revista.

Desse modo, possibilita um trabalho pedagógico rico em virtude do acesso a esse gênero que pode ser encontrado nas revistas e jornais presentes na biblioteca escolar, nos comércios e até mesmo na residência do aluno. Como é um gênero construído em torno de uma questão polêmica, suscita a realização de debates para o levantamento de ideias a serem desenvolvidas com base em temas atuais e de interesse do público em geral e dos adolescentes que se sentem mais responsáveis pelo desenvolvimento da aula.

Para Beltrão (1980, p.66), “a publicação de artigos valoriza muito um veículo jornalístico, e ainda mais quando o editor (...) não interfere nos temas e opiniões expressas pelos seus autores, mesmo contrários às suas próprias ideias e arriscadas para os interesses puramente empresariais”. Essa decisão contribui para dar credibilidade ao jornal ou revista e oportuniza a criação de espaços de discussão tão essenciais para a formação de opiniões.

Todos esses aspectos podem ser verificados no artigo de opinião intitulado “Educação como ferramenta de combate à corrupção”, de Antonio Baptista Gonçalves e Priscila de Castro Busnello, publicado no Jornal Gazeta do Povo, em 17 de agosto de 2020, em uma seção intitulada *Opinião*, cujo objetivo é possibilitar que escritores e outros especialistas de diferentes áreas expressem suas opiniões acerca de temas variados.

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

De acordo com o índice de percepção da corrupção (IPC), publicado pela Transparência Internacional em 2019, o Brasil alcançou seu patamar negativo histórico, com apenas 35 pontos (do total de 100 possíveis). Isso significa, segundo essa estatística, que o país é considerado mais corrupto do que em 2014, quando atingiu sua melhor performance, com 43 pontos. Um dos

motivos da regressão pode ser explicado porque a bandeira do combate à corrupção tem sido arduamente defendida no campo da repressão, e ablegada a prevenção a um segundo plano.

Na repressão tivemos incontestáveis avanços. Foram centenas de investigações criminais de grande porte que, a exemplo da Operação Lava Jato, desvelaram esquemas de corrupção com envolvimento de políticos e, inclusive, com reflexos internacionais. Além disso, novas estruturas institucionais com a atribuição de “anticorrupção” foram criadas em órgãos públicos, o que fomentou o aumento do número de servidores especializados no assunto. As autoridades brasileiras têm trabalhado para responsabilizar, reprimir e recuperar ativos da corrupção. Se por um lado a repressão conta com um conjunto de mecanismos estruturados, por outro a prevenção ainda é tratada com esquecimento.

Prevenção e repressão são duas faces de uma mesma moeda, por conseguinte, reprimir sem fomentar integridade é como “secar gelo”, um trabalho contínuo com resultado com baixo impacto. É o mesmo que deixar uma doença, que pode ser curada ou controlada, consumir um paciente para tratá-lo apenas no futuro, quando chegar a um estado de saúde crítico, degradante, terminal. Essa comparação com a saúde serve para enfatizar que a profilaxia é fundamental para evitar o colapso do corpo humano, no caso de doenças, da mesma forma, também é indispensável para evitar o colapso das estruturas do Estado, no caso da instalação da corrupção. Medidas de prevenção devem e precisam incluir a participação da população, e, com a sociedade civil, prefeituras e municípios criar maior transparência, fomentar o comportamento ético e, acima de tudo, a educação e uma cultura anticorrupção.

A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Uncac), ao tratar das medidas preventivas, já menciona a importância de se fomentar a intolerância à corrupção, por meio de atividades de informação pública e programas de educação pública, incluindo currículos na matriz escolar e universitária. De fato, a efetividade da participação social depende não apenas da disponibilidade da informação relevante, como também de pessoas que tenham informação com um nível adequado de educação para compreendê-la e interpretá-la. Não é segredo que a construção de valores éticos e morais em uma sociedade depende sobretudo da educação de base.

A educação tem um papel fundamental no sucesso para o combate à corrupção. E aqui não nos referimos apenas às instituições de ensino, mas também ao processo de desenvolvimento pessoal das crianças e jovens. Desde tenra idade, as crianças devem ser expostas a situações nas quais possam internalizar o sentido de bem comum e defesa da cidadania. O estímulo é o grande diferencial para que a percepção dos valores morais e que a cidadania possa aflorar e ser gradativamente compreendida, testada, avaliada e aprimorada durante as situações e contextos da vida.

A sociedade precisa ter consciência de que a cadeia da corrupção só pode ser rompida com a educação. De nada adianta os pais criticarem políticos e servidores corruptos, se ao mesmo tempo disseminam a cultura da vantagem e do jeitinho, mostrando aos filhos que esse mau exemplo é a atitude certa a ser copiada e seguida. É preciso educar a população, da base às universidades, contar com o apoio de estados e municípios, além de uma comunicação eficaz com a matriz educacional das escolas e faculdades privadas. São necessárias também políticas públicas de longo prazo, campanhas de conscientização e, acima de tudo, formação consistente de verdadeiros cidadãos.

O Brasil investe 6% de seu PIB na educação, o que não é pouco, porém os resultados são pífios segundo os dados do Pisa sobre a educação fundamental. A educação pública não prepara os jovens e não lhes concede formação e cultura suficientes para que sejam incluídos e competitivos no mercado de

trabalho globalizado. Nesse cenário, falar de educação ética é quase uma utopia quando sequer atingimos o patamar mínimo da educação para a cidadania.

Apesar dos resultados negativos do índice divulgado pela Transparência Internacional, o povo brasileiro segue intolerante contra a corrupção, a mídia apoia e reverbera ações brasileiras no tocante à repressão e, em geral se acredita no combate, porém é preciso mais. Repensar com seriedade a questão da educação e preparar as novas gerações para concretizar valores éticos favorecerão a construção de sociedades mais íntegras. Precisamos praticar com urgência a educação para a integridade e com isso equacionar o combate à corrupção. Nesse caso, segue válido o ditado popular, segundo o qual é melhor prevenir do que remediar (GONÇALVES; BUSNELLO; 2020, s/p).

Coerente com sua tipologia, trata-se de um texto dissertativo, no qual os autores apresentam a sua posição explícita sobre um dado problema. Em semiótica, trata-se de um texto predominantemente temático, porque se vale sobretudo de temas, categorias abstratas que remetem a conceitos, valores, ideias, em detrimento de figuras – elementos que remetem a seres existentes no mundo natural (FIORIN, 1989). Ainda como texto predominantemente temático, fica explícita também a perspectiva ideológica assumida pelo enunciador.

No caso, os temas são a educação, a corrupção, os avanços e os retrocessos que identificam junto à sociedade brasileira. Nessa abordagem, os autores defendem que a educação desde a dada pela família até a prestada nas instituições de ensino se constitui como ferramenta efetiva para favorecer o desenvolvimento de cidadãos éticos e íntegros. Valendo-se de dados quantitativos, apresentam um olhar disfórico sobre o que julgam como altos investimentos na educação, considerando “resultados píffios” e a falta de preparo para o mercado de trabalho na economia globalizada.

A linguagem utilizada é simples, com um vocabulário claro, acessível aos leitores do jornal, como é próprio de um veículo de comunicação que se preocupa com o acesso dos leitores às matérias publicadas. O texto está redigido em terceira pessoa do singular, o que produz efeito de verdade e de objetividade. Apesar disso, evidencia-se o tom passional que serve para remeter diretamente à instância da enunciação (FIORIN, 1996), quando, de um lado, credita euforicamente avanços quanto ao combate à corrupção, ou quando, de modo contundente, desqualifica a escolarização.

O tempo verbal predominante é o presente do indicativo, que favorece a perspectiva de um presente durativo e o efeito de verdade. O presente é o tempo da certeza, das verdades universais, principalmente quando se relaciona ao presente omnitemporal (FIORIN, 1996). Situam sua fala no aqui e agora, pois é nesse tempo que eles discutem, criticam e se posicionam.

Considerando argumentos de quantidade, apresentam dados estatísticos que comprovaram a relevância da questão problematizada no artigo e que deu início ao fio condutor da argumentação desenvolvida.

O texto está estruturado em introdução, discussão/argumentação e conclusão conforme a explicitação a seguir: O artigo “Educação como ferramenta de combate à corrupção” tem um título que expressa a linha ideológica adotada pelo jornalista e direciona a compreensão da tese que vai ser defendida no texto – o jornalista acredita que a educação pode ajudar a combater a corrupção.

A introdução (parágrafos 1-2) inicia com a contextualização do assunto a ser abordado. Apresenta o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2019 que indica que o país é mais corrupto do que em 2014 e que embora tenha havido muitos esforços para responsabilizar, reprimir e recuperar ativos da corrupção, o país precisa avançar na questão da prevenção. Isso serve para direcionar a argumentação para as ações de necessidade de prevenção que é o objetivo comunicativo do texto, defender a tese de que a educação como medida preventiva no combate à corrupção é efetiva.

Na discussão/argumentação (parágrafo 3-7), os autores expõem os argumentos para defender a tese referente à questão a ser examinada. “Prevenção e repressão são duas faces de uma mesma moeda, por conseguinte, reprimir sem fomentar integridade é como “secar gelo”, um trabalho contínuo com resultado com baixo impacto. É o mesmo que deixar uma doença, que pode ser curada ou controlada, consumir um paciente para tratá-lo apenas no futuro, quando chegar a um estado de saúde crítico, degradante, terminal.

Essa comparação com a saúde serve para enfatizar que a profilaxia é fundamental para evitar o colapso do corpo humano, no caso de doenças, da mesma forma, também é indispensável para evitar o colapso das estruturas do Estado, no caso da instalação da corrupção. Medidas de prevenção devem e precisam incluir a participação da população, e, com a sociedade civil, prefeituras e municípios criar maior transparência, fomentar o comportamento ético e, acima de tudo, a educação e uma cultura anticorrupção. O autor utiliza essa comparação para confirmar que a prevenção é uma medida que precisa ser adotada de forma urgente, pois ela pode atacar o problema na sua origem tornando os esforços mais precisos.

O autor recorre a uma fonte de autoridade (UNCAC) para sustentar sua opinião de que a educação de base contribui para a construção de valores éticos e morais em uma sociedade. Expõe claramente sua tese (A educação tem um papel fundamental no sucesso para o combate à corrupção) descrevendo de que forma a educação pode influenciar na formação do caráter do indivíduo. Destacam, por meio de raciocínio lógico, o que os pais, como o fundamento de uma

sociedade, e a sociedade e o poder público, por meio de políticas, podem promover a formação consistente de verdadeiros cidadãos. Os autores apresentam ainda os dados de investimento do Brasil na educação e embora reconheçam que não é pouco, porém com resultados insuficientes no que tange a atingir um patamar mínimo de educação para a cidadania e muito menos ainda para se falar de educação ética.

A conclusão (parágrafo 8) é construída a partir do reconhecimento de que há ações no tocante à repressão, mas que não são suficientes. Os autores apontam quais seriam as soluções que, na opinião deles, levariam ao combate efetivo da corrupção, reafirmando que a educação, como medida de prevenção, é fundamental para o combate à corrupção.

Ao elegerem a corrupção como principal temática, a submeter a educação estrategicamente ao seu combate, os autores explicitam sua adesão a discursos como os que justificaram medidas de punição a políticos brasileiros, que hoje caem por terra quanto à falta de fundamento jurídico e provas. Ecoam também o discurso de desqualificação da educação, argumentando que são muitos os recursos para poucos resultados. Por isso mesmo, calam-se quanto à defesa de maiores investimentos necessários para ampliar a oferta de uma educação de qualidade. Como ocorre com artigos desse gênero, assumem o papel de destinador-sancionador, condenando o insucesso escolar.

Na subseção seguinte, abordaremos a importância da aquisição dos saberes relativos à argumentação e as estratégias argumentativas que tornam o discurso persuasivo.

2.2 Argumentação e estratégias argumentativas

A argumentação é uma atividade discursiva essencial nas relações humanas, que se apresenta por meio do discurso sociocultural compartilhado pelos membros nele envolvidos, cujo engajamento do sujeito argumentante vai depender do olhar do outro. Nesse sentido, Fiorin afirma que a “vida em sociedade trouxe para os seres humanos um aprendizado extremamente importante: não se poderiam resolver todas as questões pela força, era preciso usar a palavra para persuadir os outros a fazer alguma coisa” (FIORIN, 2018, p.9).

As palavras do linguista indicam a importância da argumentação ao longo da história das culturas. Ela surge com a civilização e serve para organizar as democracias que têm no diálogo a forma para resolver as questões da cidade sem desperceber o seu caráter persuasivo, pois todos os usos que se fazem da linguagem estão diretos ou indiretamente visando influir sobre o comportamento do outro.

Fiorin (2018) afirma, ainda, que o aparecimento da argumentação, seu uso intensivo, sua codificação faz parte da marcha civilizatória do ser humano, da extraordinária aventura do

homem sobre a terra. Ao abdicar do uso da força para empregar a persuasão, o homem se torna efetivamente humano. Num momento em que parece recrudescer a capacidade de argumentação pelo uso da força movida por ódio e preconceito, seu ensino implica apostar no exercício democrático da razão e da negociação. Desse modo, seu estudo se faz necessário desde a educação básica, porque, como Plantin (2008, p.36) acrescenta, “não basta saber falar para saber argumentar, são necessárias competências e um aprendizado específicos”.

O conhecimento dos saberes relativos a argumentar e persuadir relacionados à produção textual, oral ou escrita, é uma das habilidades demandadas pelos usos sociais da linguagem. Somos frequentemente chamados a interagir com os outros, expressar opiniões e defender pontos de vista e todas essas situações requerem de nós o uso estratégico da palavra. Esse uso será mais eficiente se tivermos desenvolvido a competência argumentativa que pode ser constantemente aprimorada. Assim, podemos afirmar que a argumentação está presente em todas as atividades linguísticas que realizamos, em maior ou menor grau.

Ao fazer uma breve retrospectiva dos estudos argumentativos, vemos que remontam à Antiguidade Clássica. Plantin (2008, p.8) lembra que, de acordo com a organização clássica das disciplinas, a argumentação estava vinculada à lógica “a arte de pensar corretamente”, à retórica, “a arte de bem falar”, e à dialética “a arte de bem dialogar”. Esse conjunto formava a base do sistema no qual a argumentação foi sistematizada por Aristóteles, numa reflexão que se mantém na formação até o fim do século XIX.

Desse modo, a argumentação corresponde a operações relacionadas ao pensamento, ao discurso público e ao particular. Os estudos de Aristóteles sobre retórica são até hoje imprescindíveis para a compreensão das estratégias persuasivas mobilizadas pelo orador. Ela surgiu na Sicília, por volta de 485 a.C., para habilitar os cidadãos a defenderem suas causas e interesses em grandes júris populares. Nesse momento histórico de desenvolvimento da democracia Córax e Tísias de Siracusa conceptualizaram e publicaram o primeiro manual de retórica.

Depois a retórica foi desenvolvida por Górgias, um célebre seguidor da vertente retórica, que reconhecia o poder persuasivo da emoção e da palavra bem cuidada e falada com expressividade. Após uma longa evolução, a retórica encontra-se dividida em dois ramos: uma retórica da elocução, o estudo da produção literária; e uma retórica da argumentação, o estudo da palavra eficaz ou produção persuasiva. A essas duas retóricas denomina-se “novas retóricas” (Aristóteles, 2015, p.17).

Aristóteles inovou os estudos de retórica ao incluir o argumento lógico como a base da arte da persuasão. Assim, “a sua *Retórica* é sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do

silogismo, retórico; isto é, uma teoria da argumentação persuasiva” (ARISTÓTELES, 2015, p 19). Para ele, “a retórica é a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2015, p. 62). Nesse sentido, ela pressupõe um esforço para desenvolver essa habilidade que requer atenção, conhecimento e sensibilidade.

Os meios de persuasão consistem nas provas que Aristóteles (2015, p.63) lista como sendo responsáveis pelo êxito no discurso persuasivo e que são de “três espécies: umas residem no caráter moral do orador (*Ethos*); outras, no modo como se dispõe o ouvinte (*Pathos*); e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar (*Logos*)”. Dessa forma, Aristóteles estabeleceu as categorias sob as quais se fundamenta a retórica. Aristóteles põe em relevo, portanto, a dimensão da relação intersubjetiva da linguagem, que será retomada posteriormente pelos estudos da enunciação de Benveniste (1991; 2006) e na compreensão do caráter dialógico da linguagem, que implica sempre a dimensão do outro (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2009).

Benveniste, introduzindo os estudos enunciativos na linguística, acentua a natureza eminentemente intersubjetiva do discurso. Por meio de “índices específicos” e “procedimentos acessórios” projetados mediante escolhas do locutor no enunciado, o locutor enuncia sua posição como tal. Adverte imediatamente após que o dizer não se faz apenas concentrado na instância do que enuncia, mas se faz pela convocação do outro: “Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a esse outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário” (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Essa reflexão é subsumida hoje pela noção de “condições de produção”, que, conforme Orlandi (1999, p. 30), em sentido estrito, “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. Em sentido amplo, ainda de acordo com Orlandi (1999, p. 30), “as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico”.

Do ponto de vista das implicações didáticas, esse é um dos aspectos mais relevantes a considerar, porque é necessário que o aluno compreenda a necessidade de levar em conta, sempre, a para quem escreve, quem é o auditório pressuposto, porque é dessa apreensão que se define de antemão o que, como locutor (enunciador) deverá evocar de argumentos e como se dá sua organização no texto. Por isso mesmo, quanto mais as produções textuais visem a ultrapassar a perspectiva de que se escreve na escola apenas para o professor, mais significativas podem ser as produções dos estudantes.

Esses elementos em conjunto vão contribuir para o desenvolvimento do raciocínio por meio de entimemas, que, para Aristóteles, “são afinal o corpo da prova” (ARISTÓTELES,

2015, p.58). Nessa direção, o filósofo deixa claro o papel do entimema na argumentação ao explicar que:

[...] ora, sendo evidente que o método artístico é o que se refere às provas por persuasão e que a prova por persuasão é uma espécie de demonstração (pois somos persuadidos sobretudo quando entendemos que algo está demonstrado), que a demonstração retórica é o entimema e que este é, geralmente falando, a mais decisiva de todas as provas por persuasão; que enfim, o entimema é uma espécie de silogismo, e que é do silogismo em todas as suas variantes que se ocupa a dialética, no seu todo ou nalguma das suas partes, e é igualmente evidente que quem melhor puder teorizar sobre as premissas - do que e como se produz um silogismo - também será o mais hábil em entimemas, porque sabe a que matérias se aplica o entimema e que diferenças este tem dos silogismos lógico (ARISTÓTELES, 2015, p. 60).

Nesse contexto, fica claro que a retórica visa à apreensão de estratégias e recursos de persuasão mais eficazes, que o filósofo vai, portanto, buscando arrolar a partir da observação e análise dos discursos e dos efeitos produzidos. Fiorin (2018, p.56) acentua que "o entimema é o raciocínio por excelência da retórica, porque, nos negócios humanos, dificilmente se encontram premissas necessárias. Ao contrário, trabalha-se com o que é contingente, histórico, possível, provável. Por isso, é necessário convencer. Não se trata simplesmente de demonstrar, mas de mover corações e mentes". De acordo com o exposto, fica clara a necessidade de conhecer o ouvinte/leitor a quem nos dirigimos e a importância das emoções para a persuasão. Por isso mesmo, Aristóteles, em seu livro II, trata das emoções por constituírem material para a formação de argumentos entimemáticos.

Para Citelli (2002, p.12), atribuir a Aristóteles o papel de um dos primeiros sistematizadores da teoria do discurso é mais do que justo, porque analisou os discursos de seu tempo, verificou a existência de certos elementos estruturais, comuns a todos eles, e a partir de então indicou a função e o espaço a serem ocupados pelos estudos retóricos. Embora Aristóteles não tenha sido o inventor da retórica, sua sistematização possibilita o entendimento do discurso e a apropriação de sua estrutura.

De certa forma, a estrutura sugerida por Aristóteles na Arte da Retórica é seguida até hoje nos livros didáticos. Citelli explicita essa estrutura da Retórica clássica:

I. Exórdio – É o começo do discurso. Para nós a introdução. II. Narração – É propriamente o assunto, onde os fatos são arrolados. É propriamente a argumentação. III. Provas – Serão os elementos sustentadores da argumentação. IV. Peroração – É o epílogo, a conclusão (CITELLI, 2002, p. 11).

A função mais evidente do proêmio (*exórdio*), conforme Aristóteles (2015), é evidenciar a finalidade daquilo sobre que se desenvolve o discurso. Precisa ser interessante a fim de

suscitar a atenção do auditório. Na narração, como em todas as partes, a preocupação deve ser o equilíbrio, a justa medida, ou seja, falar do que o assunto necessita, para ficar claro.

Aristóteles explica que, em qualquer discurso, “o primeiro a discursar deve pronunciar primeiramente as próprias provas, e em seguida refutar as do oponente, destruindo-as e despedaçando-as” (ARISTÓTELES, 2015, p. 225). Essa estratégia é eficaz porque expõe os argumentos do adversário, enfraquecendo sua defesa. Já no epílogo é apropriado se fazer uma recapitulação dos pontos principais do discurso. Essa parte possui deve atender a quatro objetivos: tornar o ouvinte favorável à causa do orador e desfavorável à do adversário, amplificar ou minimizar; dispor o ouvinte a um comportamento emocional; recapitular.

Conforme se pode observar, mantém-se essa estrutura, mesmo que não se utilize a mesma nomenclatura clássica. Um estudo mais aprofundado nos permite perceber que, em cada fase dessas, há subdivisões que nos levam a criar argumentos diferentes, modos de tornar o discurso mais sedutor, irrefutável e persuasivo. A Retórica, porém, sofre um declínio como campo de interesse de estudos e passa a ser vista como uma técnica de ornamentação do discurso, ficando associada a uma arte da expressão, ou expressão literária, ou ainda a uma teoria da prosa literária.

São Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) que vão revalorizar a Retórica Aristotélica em seu Tratado da Argumentação, publicado em 1958. A seu respeito, Fiorin declara que se trata de “uma volta a Aristóteles, para examinar as provas dialéticas, elaboradas nos Tópicos e utilizadas na Retórica, que constituem as bases de um estudo das técnicas discursivas visando a adesão dos espíritos” (FIORIN, 2014, p. 23).

Plantin acrescenta que “Perelman e Olbrechts-Tyteca construíram uma noção autônoma de argumentação, por um lado, rejeitando as emoções e, de outro, opondo-a à demonstração: trata-se de categorizar um campo discursivo autônomo, no qual se fala ‘sem demonstrar nem se emocionar’” (PLANTIN, 2008, p.91). De acordo com essa perspectiva, portanto, trata-se de conceber uma prática da argumentação fundamentada na razão, no raciocínio lógico. Com esses estudos, os elementos da antiga Retórica – orador, auditório e discurso – são retomados.

Conforme os autores, argumentar é um sinal de respeito ao outro, que precisa, como já defendia Benveniste (2006) ao discutir a gramática da enunciação, ser instaurado, antecipado, considerado. O orador deve, portanto, em respeito à alteridade, buscar uma comunhão fática inicial, um ponto de contato que os ponha inicialmente em conjunção, para que, a partir daí, floresça o diálogo que toda argumentação pressupõe:

Para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental...Cumpro observar, aliás, que

querer convencer alguém implica sempre certa modéstia da parte de quem argumenta, o que ele diz não constitui uma “palavra do Evangelho”, ele não dispõe dessa autoridade que faz com que o que diz seja indiscutível e obtém imediatamente a convicção. Ele admite que deve persuadir, pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.18).

O auditório assume, pois, uma importância crucial, e essa postura de respeito a outrem, a seus saberes e valores, vai responder pelo maior ou menor sucesso do orador.

2.2.1.O orador e seu auditório, as teses e o acordo prévio

A argumentação tem como objetivo obter a adesão do auditório, que é heterogêneo, a quem o orador procura convencer por meio de argumentos múltiplos. Há, portanto, entre auditório e orador uma estreita relação que de um lado exige habilidade de um para convencer e/ou persuadir e do outro alguém a quem se precisa conquistar para que haja uma argumentação eficaz. O orador, então, deve conhecer bem o auditório a quem vai se dirigir, porque os mesmos argumentos não são eficazes para todos os auditórios.

Na Nova Retórica, o auditório é o principal elemento a ser observado quando se trata de convencer e persuadir. Perelman e Olbrechts-Tyteca destacam que “É a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.24) Assim, o auditório é responsável em grande parte pela construção do orador na medida em que suas características motivam o orador a desenvolver as melhores habilidades para conseguir atingir uma ação pretendida. Então se pode reafirmar que cabe ao auditório o papel de estabelecer a qualidade da argumentação e direcionar as atitudes e comportamentos dos oradores.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.22) definem o auditório como sendo “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. O orador nem sempre consegue visualizar todo o seu auditório, que pode ir de uma pessoa a uma imensa plateia em um auditório fechado ou outro espaço físico. Também pode variar em relação à idade e a fortuna, cultura. Para quem escreve, a dificuldade é ainda maior, pois, geralmente, os leitores não podem ser identificados com exatidão. Porém, o auditório presumido deve ser o mais próximo possível da realidade para possibilitar uma argumentação efetiva.

Cabe destacar aqui as três espécies de auditório propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca:

O primeiro constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, que chamaremos de auditório universal; o segundo

formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige; o terceiro, enfim constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.33-34).

Ainda de acordo com os autores, há particularidades inerentes a cada auditório e que os diferenciam, por exemplo, o orador não possui nenhum controle sobre o auditório universal, visto que este é constituído por grupos heterogêneos, com formação escolar e profissional diferente, pertencente a gêneros e idades diferentes e com opiniões e crenças diversas. Toda essa diversidade requer do orador uma performance argumentativa, que mesmo eficaz não atingirá de forma unânime a todos.

O auditório particular, no entanto, refere-se a um único ouvinte, ou um grupo seletivo com características comuns, mais perto de um auditório ideal com interesses em comum. Em que “o discurso degenera invariavelmente em diálogo” e este se constituiria em “uma *discussão*, em que os interlocutores buscam honestamente e sem preconceitos a melhor solução de um problema controvertido” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 1996, p.40,42).

No que se refere à deliberação consigo mesmo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) destacam que o homem deve ser sincero consigo mesmo ao formar uma convicção, já que ele é dotado de razão, pode experimentar seus próprios argumentos e verificar o valor deles., É o que se pode dizer de convencer a si mesmo da validade dos seus argumentos depois de pesar bem os prós e os contra.

Nesse sentido, quanto mais o orador estiver convicto de suas crenças mais será capaz de elaborar e organizar seus argumentos para protegê-la de ataques inesperados conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca confirmam.

Nossa tese é de que, de um lado, uma crença, uma vez estabelecida, sempre pode ser intensificada e de que, de outro, a argumentação depende do auditório a que se dirige. Por conseguinte, é legítimo que quem adquiriu uma certa convicção de empenhe em consolidá-la perante si mesmo, sobretudo perante ataques que podem vir do exterior; é normal que ele considere todos os argumentos suscetíveis de reforçá-la (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 49).

O orador formula suas convicções em proposições às quais podem ser denominadas de teses, que se constituem no objeto da teoria da argumentação conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam “o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 4).

Para eles, o contato intelectual que se faz por meio do uso da linguagem na formulação dos argumentos no debate de questões com vistas à adesão dos espíritos é determinante para o desenvolvimento de uma argumentação segundo o que se pode perceber no que está expresso por eles.

Quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.16).

A eficácia de uma exposição vai ser determinada se, de acordo com o objetivo expresso pelo orador na apresentação de suas teses, uma ação tenha sido desencadeada no sentido de obter adesão de acordo com a intenção delineada no discurso. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 55)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 69) afirmam que:

assimilando a adesão a uma tese ao reconhecimento da verdade absoluta desta, chega-se às vezes, não ao fanatismo, mas ao cepticismo. Quem exige, de uma argumentação, que ela forneça provas coersivas, provas demonstrativas, e não se contenta com menos para aderir a uma tese, desconhece tanto quanto o fanático o caráter próprio do processo argumentativo. Este, por tender justamente a justificar escolhas, não pode fornecer justificações que tenderiam a mostrar que não há escolha, mais que uma única solução se oferece aos que examinam o problema (PERELMAN; OLBRECHTS-Tyteca, 1996, p. 69).

De acordo com o exposto a argumentação tem como objetivo apontar uma escolha entre outras possíveis, propondo justificativas numa intenção de tornar a decisão racional.

O ponto de partida da argumentação é o acordo prévio entre os envolvidos. No processo de desenvolvimento da argumentação é necessário que haja um acordo prévio entre os envolvidos conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca:

Esse acordo tem por objetivo ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. (PERELMAN; OLBRECHTS-Tyteca, 1996, p. 73)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 74) agruparam em duas categorias tudo o que é possível ser constituído como objeto de crença ou de adesão, ou seja, como objeto dos acordos que podem servir de premissas, “uma relativa ao *real*, que comportaria os fatos, as verdades e

as presunções, a outra relativa ao *preferível*, que conteria os valores, as hierarquias e os lugares do preferível”.

Embora a concepção que as pessoas tenham do que é real varie de acordo com suas opiniões filosóficas, para a argumentação o que será determinado como real vai se caracterizar pela validação dada pelo auditório universal e, em contrapartida, será preferível o que nos determina as escolhas, ou seja, não é determinado por uma realidade preexistente, mas está ligado ao ponto de vista de um auditório particular.

Os objetos de acordo incluídos no real são, de um lado fatos e verdades, de outro, as presunções. Como não é possível dar uma definição de fato que sirva para assim o determinar em todos os lugares e tempos, vamos falar de fato, do ponto de vista argumentativo, como sendo aquele dado concreto sobre o qual se pode postular a seu respeito um acordo universal, não controverso, ou seja, é o auditório universal que o reconhece como fato.

As verdades, por outro lado, designam “sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 77). Além dos fatos e das verdades, os auditórios admitem, também, as presunções dentro do acordo universal.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 87, 89) separam os valores em duas categorias, os valores abstratos tais como a justiça ou a veracidade e os valores concretos que estão vinculados “a um ente vivo, a um grupo determinado, a um objeto particular, quando os examinamos em sua unicidade”. Assim a argumentação ora vai estar ancorada em valores abstratos, ora nos valores concretos dependendo das circunstâncias. Embora haja distinção entre essas categorias de valores, isso não significa que estejam totalmente separados. “Valores concretos são utilizados, o mais das vezes, para fundar os valores abstratos, e inversamente”, ou seja, estão fortemente vinculados.

No entanto, a argumentação não está apoiada apenas em valores abstratos e concretos, mas também em hierarquias que se apresentam sob dois aspectos característicos: as hierarquias concretas manifestadas na superioridade do homem sobre os animais e as hierarquias abstratas reveladas na superioridade do justo sobre o útil.

Portanto, o discurso do argumentador carrega uma intencionalidade que é expressa por meio das estratégias argumentativas de que ele lança mão para incluir em seu discurso e que deverão ser fortes o suficiente para conduzir o interlocutor a aceitar a tese defendida embora este tenha a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos o que torna mais necessário o uso das estratégias argumentativas.

Em termos semióticos, corresponde ao que a teoria define pela sintaxe da manipulação, concebendo o enunciador no papel actancial de manipulador e o enunciatário (o outro, o auditório, o alocutário) no papel de destinatário. Ainda que essa manipulação se constitua pelo dever e não pelo querer, como se dá com a intimidação, há ainda a possibilidade de resistência e de recusa. Persuadir, implica, ainda que se constituindo de modo mais autoritário, no respeito à alteridade do outro. A negação dessa possibilidade se faz pela barbárie.

2.2.2 Estratégias Argumentativas

Dentre os principais autores contemporâneos que se dedicaram a tratar das estratégias argumentativas, encontram-se Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). Apresentando um vasto tratado que retoma os estudos aristotélicos e os adensa, com exemplos da área jurídica, esse trabalho se mostra como um dos mais relevantes para a compreensão da argumentação. Trataremos aqui de alguns dos aspectos que nos pareceram mais salientes para os fins didáticos de nossa pesquisa.

Inicialmente, consideremos que apresentam duas técnicas argumentativas que se caracterizam por processos de ligação e dissociação. Os processos de ligação são argumentos que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma correlação que visa, seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente, um pelo outro.

Já os processos de dissociação são técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento. A dissociação terá o efeito de modificar tal sistema ao modificar algumas das noções que constituem suas peças mestras. As duas técnicas são complementares, segundo os autores, e sempre operam conjuntamente e estão presentes na consciência do orador que pode escolher qual das duas vai usar para chamar a atenção ou destacar.

Desse modo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.215) dizem que “psicológica e logicamente, toda ligação implica uma dissociação e inversamente: a mesma forma que une elementos diversos num todo estruturado os dissocia do fundo neutro do qual os destaca”.

Como esquemas de ligação os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.219) apontam os argumentos quase-lógicos que são comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos, mas, por não serem totalmente formais, podem ser contestados e tiram sua força persuasiva de estarem próximos dos modos de raciocínios incontestados, dentre eles podemos citar contradição, identidade, comparação, definição, etc.

Os argumentos baseados na estrutura do real são manifestados por meio de sua relação com elementos da realidade entre os quais se encontram o argumento por causa e consequência e argumento de autoridade, os argumentos que fundamentam a estrutura do real pelo recurso ao caso particular desempenhando papéis variados (exemplo, ilustração e modelo) e raciocínio por analogia.

Para ilustrar um dos raciocínios mais comuns, citamos um exemplo de argumentação por causa e consequência:

A desinformação, que atingiu níveis inéditos em 2020 especialmente nas redes sociais, pode virar um obstáculo para as futuras campanhas de vacinação contra a covid-19, em um contexto de crescente desconfiança social a respeito das instituições.

Canalizada via Facebook, Twitter, YouTube e WhatsApp, principalmente, "a desinformação se propagou como nunca", observa Sylvain Delouvée, pesquisador de Psicologia Social na universidade francesa de Rennes-2 (A DESINFORMAÇÃO, 2020, s/p).

Discorrendo sobre a situação emergente relativa a uma grande rejeição à vacinação, o texto encontra as causas na desinformação amplamente difundida por redes sociais. Há que se destacar, nesse caso, que o argumento de autoridade que adviria de pesquisadores, médicos e cientistas, diretamente implicados num raciocínio de ordem lógica, perdem espaço para especulações, que mobilizam mais a ordem do afeto. É o campo em que mergulham os textos de fake news (SILVA, 2019).

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), o processo de dissociação apresenta-se por ruptura de ligação ou por dissociação de noções. Para eles, a técnica da ruptura de ligação equivale a demonstrar que determinados elementos, que deveriam ficar separados, são associados indevidamente. Por outro lado, a dissociação das noções pressupõe a unidade primitiva de elementos presentes em uma mesma concepção, designados por uma mesma noção. Um exemplo desse tipo de argumento se dá com aqueles que, no caso da vacinação contra o coronavírus Covid-19, associam a qualidade da vacina ao país que a produziu, atribuindo sua confiabilidade ao fato de originar-se de um laboratório de um país capitalista ou comunista.

A seguir apresentamos um quadro que visa trazer de forma sintética as técnicas argumentativas elencadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996):

Quadro 04: Esquema das técnicas argumentativas

ARGUMENTOS		
	ARGUMENTOS	

ARGUMENTOS POR ASSOCIAÇÃO DE NOÇÕES	QUASE-LÓGICOS	a) Argumento de contradição, da incompatibilidade e do ridículo; b) Argumento de identidade e definição; c) Argumento de regra de justiça, e reciprocidade; d) argumento de transitividade; e) argumentos de comparação	
	ARGUMENTOS FUNDADOS NA ESTRUTURA DO REAL	a) ligações de sucessão	Vínculo Causal Pragmático Fins e meios Desperdício Direção Superação
		b) ligações de coexistência	Autoridade Ruptura e refreamento
		c) ligações simbólicas	Dupla hierarquia De grau e de ordem
ARGUMENTOS QUE FUNDAM A ESTRUTURA DO REAL	a) fundamento pelo caso particular (exemplo, ilustração e modelo/antimodelo) b) raciocínio pela analogia		
ARGUMENTOS POR DISSOCIAÇÕES DE NOÇÕES	PARES HIERARQUIZADOS	a) aparência /realidade b) meio/fim c) individual/universal	

Fonte: A autora (2021).

De acordo com o quadro, destacamos de forma sucinta as características desses argumentos, visto que subsidiarão o trabalho com artigo de opinião apresentado no caderno de oficinas pedagógicas.

2.2.3 Argumentos quase-lógicos

Referem-se a argumentos cuja força persuasiva está na aproximação com raciocínios incontestáveis. Possuem um caráter não-formal e requerem um esforço para a redução ao formal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 1996). Para Fiorin (2018), o uso dos argumentos quase lógicos não significa falta de raciocínio lógico, mas que estes estão agrupados dentro dos raciocínios preferíveis por operarem com coisas plausíveis, possíveis, prováveis, pois, em muitos domínios como a política, o direito e assim por diante, só há a possibilidade, a probabilidade e a plausibilidade.

Os principais são:

- a) Argumentos de contradição, de incompatibilidade e do ridículo.

Os sistemas formais, por apresentarem univocidade, inviabilizam a discussão da contradição, porque apenas a combinação dos signos é suficiente. Não é assim com enunciados

da linguagem natural que permite a interpretação de diferentes formas. Na argumentação, como as premissas nem sempre são totalmente explicitadas ou completamente unívocas, é possível alegar contradição no sistema do adversário. A incompatibilidade está sempre relacionada a circunstâncias manifestadas por leis naturais, ou fatos particulares, ou então decisões humanas, ou seja, dentre duas asserções, que são aplicáveis simultaneamente à mesma realidade, se deve escolher uma sob pena de precisar renunciar às duas. Geralmente é ridícula uma assertiva que entra em conflito sem justificativa com opiniões que são aceitas. Assim, sua contestação causa riso por ser absurda, ou seja, “merece ser sancionado pelo riso” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.233).

Novamente, tomamos como exemplo um artigo de opinião relacionado ao caso da vacinação e que envolve disputas de ordem política e ideológica:

Assistimos agora, em pleno terceiro milênio, na esteira do terraplanismo absurdamente defendido por alguns próceres do bolsonarismo, um verdadeiro revival da “revolta da vacina”, celeuma popular que assolou o Rio de Janeiro em 1904, e que coincidentemente ocorreu em relação à obrigatoriedade legal da vacinação contra a varíola, flagelo que assolava a então capital federal do século.

É o fim da picada lançar um tema de tamanha relevância nesse enorme Fla x Flu que se tornou o debate público no Brasil. Efetivamente o bolsonarismo não vê mais limites para a politização das coisas. Tudo é bandeira a ser levantada e defendida fanaticamente (PONTES, 2020, s/p).

Aqui, Pontes (2020) utiliza de argumentos que ridicularizam a ideologização da política de combate à pandemia, desqualificando o “bolsonarismo”, associado ao “fanatismo”. Para isso, relaciona-o ao obscurantismo de ideias como a do terraplanismo, que remete a posições adversas à ciência e que remetem a concepções da Idade Média, como ainda à Revolta da Vacina, que mobilizou o Rio de Janeiro nos anos iniciais do século XX. Os termos jocosos empregados pelo autor explicitam uma enunciação passional, sancionando vigorosamente essa politização da saúde no contexto pandêmico.

b) Argumento de identidade e definição

A identificação já se configura como um argumento quase-lógico por se realizar por meio de uma escolha do orador. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.238) “uma das técnicas essenciais da argumentação quase lógica é a identificação de diversos elementos que são o objeto do discurso”. O procedimento mais característico de identificação completa consiste no uso das definições.

Fiorin (2018, p. 118) acrescenta que esse tipo de argumento “estabelece uma relação de equivalência que visa dar sentido a um dado termo”. O pesquisador salienta que as finalidades argumentativas orientarão o modo de definir e vão impor um sentido que se usará para convencer o interlocutor do significado que deve ser considerado.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.239) esmiúçam esse tipo de argumentação, apresentando a classificação das definições: a) definição normativa - quando, por meio de acordo, já se indica com qual significado a palavra deve ser utilizada; b) definição descritiva - consiste em determinar o significado de um termo de acordo com o contexto; c) definição de condensação - salienta os elementos essenciais da definição descritiva; d) definição complexa - combina elementos das formas anteriores, de forma variável.

Como se pode depreender, trata-se de processos bastante comuns a gêneros como os acadêmicos, nos quais os termos devem ser devidamente explicitados, considerando as implicações das definições acionadas.

Um exemplo de seu emprego em artigo de opinião encontramos no blog de Renan Carvalho, em sua postagem intitulada *Violência e racismo*. No caso, o autor se vale da definição descritiva na epígrafe, remetendo à etimologia do verbo discriminar, tomando-a como um dado a partir do qual constituirá sua argumentação: “Discriminar: Do Latim DISCRIMINARE, “*dividir, separar, determinar uma diferença*”, derivado de DISCERNERE, “*distinguir, separar*”, formado por DIS-, “fora”, mais CERNERE, “*peneirar, separar*”. A partir dessa referência à matriz latina, passa a discorrer sobre questões contemporâneas que envolvem a discriminação, considerando momentos de crise e escassez que levam os sujeitos a delimitar os espaços do nós e o dos outros (CARVALHO, 2020, s/p).

c) Argumento de regra de justiça e de reciprocidade

Embasado no critério da justiça, se as situações são idênticas o tratamento dado deve ser o mesmo, pois é isso que a regra de justiça requer. Assim pontuam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.248) “a regra de justiça reconhece o valor argumentativo daquilo a que um de nós chamou justiça formal, segundo a qual os “seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo”. Assim, o fundamento estabelecido pela regra de justiça permite tratar situações futuras com base em casos anteriores constituídos como precedentes.

Os argumentos de reciprocidade são fundamentados numa relação de simetria que visa a aplicação de tratamento igual a duas situações correspondentes. Como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.250) destacam que “uma relação é simétrica, em lógica formal, quando sua proposição conversa lhe é idêntica, ou seja, quando a mesma relação pode ser afirmada tanto

entre a e b como entre b e a ". Nesse sentido se observa que pode haver uma inversão entre o antecedente e o conseqüente.

De acordo com Fiorin (2018, p.126) "todos os argumentos que pedem ao interlocutor para colocar-se no lugar de alguém dizem respeito ao princípio da reciprocidade, pois o que se pretende é mostrar que, se o enunciatário estivesse no lugar de outro (do enunciador ou de uma terceira pessoa) não agiria diferentemente".

Encontramos um exemplo desse tipo de argumentação no pequeno texto de Rosely Sayão que se intitula justamente *No lugar do outro*. Em seu artigo, ela se vale da referência ao contra-argumento empregado por um filho em diálogo com seu pai.

Um pai me contou, comovido, que conversava com um amigo a respeito da situação de muitos refugiados de países em guerra e que comentou que não adiantava a busca por outro local, já que a crise de empregos era mundial. Seu filho, de sete anos, que estava por perto, perguntou de imediato: "Pai, se tivesse guerra aqui, você preferiria que eu morresse?". Ele mudou de ideia. (SAYÃO, 2015, s/p).

Sendo levado pela criança a pensar em si mesmo como aquele que deveria buscar refúgio para salvar a vida do filho, o pai revê sua posição indiferente aos que fogem de seus países em situação de guerra.

d) Argumento de transitividade

Conforme explicitado por Perelman e Olbrechts-Tyteca,

A transitividade é uma propriedade formal de certas relações que permite passar da afirmação de que existe a mesma relação entre os termos a e b e entre os termos b e c , à conclusão de que ela existe entre os termos a e c : as relações de igualdade, de superioridade, de inclusão, de ascendência são relações transitivas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.257).

De acordo com o exposto, o que se pode perceber é que, no argumento de transitividade há a mesma relação entre a e b e entre b e c e que conseqüentemente seria a mesma entre a e c . No entanto, Fiorin (2018) afirma que a consequência da relação entre a e c não é necessária, mas provável, por isso é um argumento quase-lógico.

Um exemplo de argumentação dessa natureza pode ser visto na charge, num suposto diálogo entre advogado e deputado Daniel Silveira, preso por defender em vídeo truculento e vulgar o Ato Institucional nº 5, de 1968, que fechou o Congresso Nacional, exonerando todos os deputados e pondo fim a todas as garantias constitucionais.

Figura 3 - Charge de Amarildo, em A Gazeta



Fonte: <https://www.agazeta.com.br/charge/ai-5-e-habeas-corporus-0221> Acesso em: 19 fev. 2021.

Para garantir sua soltura, o deputado depende dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, que ele renega, ao chamá-la de “comunista”. É ela que garante a possibilidade de habeas corpus, quando a pessoa processada pode ser julgada em liberdade. Assim, se (a) defender a ditadura; (b) a ditadura não prevê direitos: então (c), ele deve continuar preso. O mesmo se dá com relação a sua justificativa de “liberdade de expressão”. Ao defender a ditadura, perde-se o direito à liberdade de expressão e instaura-se a censura, o não poder dizer e ser sancionado negativamente, sem garantias legais de julgamento. A charge ironiza, pois, as contradições do deputado.

e) Argumentos de comparação

Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), esse tipo de argumentação ocorre quando se cotejam vários objetos com o fim de avaliá-los, considerando a relação entre um e o outro. As comparações podem dar-se por oposição, por ordenação e por ordenação quantitativa. Além disso, a escolha dos termos de comparação adaptados ao auditório pode ser um elemento essencial da eficácia de um argumento.

Nessa direção, Fiorin acentua que “as comparações têm um papel pedagógico forte, pois dão concretude àquilo que é uma abstração” e que, “quando se faz uma comparação, não se

toma o objeto em si, expondo suas características ou suas funções, mas se escolhe outro objeto mais conhecido e se fazem aproximações entre eles” (FIORIN, 2018, p.122).

Um belo exemplo de argumentação dessa natureza pode ser encontrado no *Sermão de Santo Antônio aos Peixes*, do padre Vieira.

A primeira cousa que me desedifica, peixes, de vós, é que comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande [...]. Os homens, com suas más e perversas cobiças, vêm a ser como os peixes que se comem uns aos outros. Tão alheia cousa é não só da razão, mas da mesma natureza, que, sendo criados no mesmo elemento, todos cidadãos da mesma pátria, e todos finalmente irmãos, vivais de vos comer (VIEIRA, 1993, p. 264-265).

Em seu sermão, Vieira compara os homens aos peixes, como estratégia de natureza figurativa para levar seus fiéis a se convencerem das injustiças sociais. Na primeira frase do fragmento citado, vemos, pelo emprego do vocativo, que o orador parece se dirigir aos peixes, seu suposto auditório, num recurso para falar indiretamente aos seres humanos, que são mais adiante nomeados e convocados. O verbo comer encontra-se, aí, em sentido conotativo, indicando a exploração dos grandes, sujeitos poderosos e de bens, em relação aos outros, menores, porque econômica e socialmente mais frágeis.

2.2.4 Argumentos fundados na estrutura do real

São argumentos que se baseiam em situações reais, concretas, que não estão ligadas a fórmulas lógicas ou matemáticas, mas que se apoiam em experiências, nos elos de ligação existentes entre as coisas. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca “o que nos interessa aqui não é uma descrição objetiva do real, mas a maneira pela qual se apresentam as opiniões a ele concernentes; podendo estas, aliás, ser tratadas, quer como fatos, quer como verdades, quer como presunções” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 298).

Esses argumentos se aplicam a ligações de sucessão, que relacionam um acontecimento a suas causas ou consequências, e os argumentos que se aplicam a ligações de coexistência, que liga pessoas a atos e essência a suas manifestações. Pensamos que um bom exemplo desse tipo de argumentação possa ser encontrado no poema *Perguntas de um trabalhador que lê*, de Bertold Brecht:

Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
Nos livros estão nomes de reis;
Os reis carregaram as pedras?
E Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem a reconstruía sempre?
Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a construíram?
No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
Para onde foram os pedreiros?
A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:
Quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos césores?
Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores?
Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a
dar ordens a seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César ocupou a Gália.
Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Foi o único a
chorar?
Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem partilhou da vitória?
A cada página uma vitória.
Quem preparava os banquetes?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava as despesas?
Tantas histórias,
Tantas questões. (BRECHT, 2012, p. 166)

Atuando na direção de um desmascaramento da ideologia que opera pelo apagamento do papel do trabalhador na ordem da História, o poeta alemão enuncia didaticamente sua posição, levantando situações históricas e personagens de relevo para evidenciar que se não podem ter realizado os feitos que lhes são atribuídos sem a presença de um imenso contingente de trabalhadores anônimos: os pedreiros, os cozinheiros, escravos. A argumentação é aqui mais implícita do ponto de vista de uma construção, mas se faz pelo raciocínio que evoca. É o peso do “real” por ele convocado que serve para desvelar o apagamento ideológico, desfavorável à classe trabalhadora.

I. As ligações de sucessão

O que caracteriza essas ligações é a busca das causas, consequências, explicações e justificativas para defesa de teses. São construídos com base em relações de causa/efeito, consequência/finalidade. Os argumentos que se baseiam nessas ligações são:

a) o vínculo causal e a argumentação – esse vínculo permite argumentações que relacionam dois acontecimentos sucessivos investigando o vínculo causal entre eles, buscando descobrir a existência de uma causa para determinado acontecimento e tendendo a evidenciar o efeito resultante de um acontecimento. Dentre as ligações de sucessão, o vínculo causal

desempenha, incontestavelmente, um papel essencial, e seus efeitos argumentativos são tão numerosos quanto variados.

Fiorin (2018, p.151) acrescenta que “a causalidade supõe um encadeamento dos fatos, em que um acontecimento antecedente produz um dado efeito”. Exemplificamos esse tipo de raciocínio no texto de Junqueira (2020), publicado no site da UOL, em 22 jan. 2021, ao relacionar os valores de repasse de verbas federais para atendimento ao combate à pandemia ao maior índice de mortalidade registrado na região Norte:

Os municípios da região Norte foram os que menos receberam recursos do Ministério da Saúde, na relação por habitante, para combater a covid-19. Entre as 450 cidades nortistas, a menos beneficiada pelos repasses federais foi Manaus, que enfrenta novo colapso do sistema de saúde, com explosão de contágios e falta de oxigênio em hospitais.

[...]

Todas estão abaixo da média nacional por habitante, que foi de R\$ 110,72 - o Ministério da Saúde repassou ao todo R\$ 23,1 bilhões para os 5.568 municípios brasileiros. Na média, os municípios da região Norte receberam R\$ 92,63 por habitante, ficando atrás das demais regiões. O Nordeste liderou com R\$ 126,32 per capita.

Um estudo publicado nesta quinta mostra que a mortalidade foi maior na região Norte do que no restante do país e foi agravada por "disparidades regionais de leitos e de recursos existentes no sistema de saúde" (JUNQUEIRA, 2021, s/p).

Além do argumento de quantidade, o que Junqueira deixa claro é a relação de sucessão entre ações do governo federal e os efeitos sobre as cidades do Norte, em situação extremamente grave em Manaus. Pela evidência dos dados, esse tipo de raciocínio evidencia um recurso argumentativo mesmo no gênero notícia.

b) o argumento pragmático – para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.303), o “argumento pragmático é aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis”. Para eles, trata-se de um argumento que se desenvolve naturalmente, porque, mesmo sem pretensão, se passa para a causa o valor das consequências. No caso brasileiro da gestão da atual pandemia, um argumento dessa natureza tem sido feito por aqueles que, sem desprezar a gravidade das centenas de mortos pela doença, apela para a defesa do Sistema Único de Saúde ou para a necessidade de maiores investimentos públicos nas universidades e demais instituições de pesquisa. Isso se dá em função do projeto de privatização da saúde, inicialmente acenado pelo governo federal e que perde fôlego com a crise sanitária, e pelos drásticos cortes de financiamento da pesquisa no país no governo Bolsonaro. Esse tipo de argumento é mobilizado por médicos e demais profissionais no texto que convoca para uma *Marcha pela Vida*, em junho de 2020:

O médico Drauzio Varella, em depoimento gravado, afirmou que a Covid-19 no Brasil poderia ser ainda pior se não fosse o SUS. “Sem o SUS viveríamos uma barbárie. É o maior sistema de Saúde do mundo. É o grande programa de distribuição de renda. É o que permite defender a vida dos brasileiros agora. O SUS não é perfeito, tem problemas de gestão, de financiamento, de troca de ministro de Saúde como se troca de camisa, mas o SUS melhorou desde o início da epidemia até agora. Que fique essa lição para quando a epidemia terminar. O SUS ainda é vilipendiado pelos brasileiros e é injusto”.

Deborah Duprat, que recentemente deixou a titularidade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), trouxe à tona o conceito de “necropolítica”, referenciando o teórico Achille Mbembe. “Estão apostando numa política de eliminação de vidas, numa escala ascendente de pobreza e miséria extrema, voltando o país para o Mapa da Fome. A pandemia torna mais evidente essa política, num estado precarizado em investimento em Saúde”, criticou (MARTINS, DIAS, 2020, s/p).

c) os fins e os meios - são fundamentados na ideia de que há uma interação entre os objetivos perseguidos e os meios empregados para realizá-los, e o valor atribuído a eles vai depender de cada situação.

O texto de Eduardo Sakamoto publicado no site da UOL Notícias, em 06 out. 2020 nos traz um exemplo desse tipo de argumento ao analisar o comportamento de parte da população que conscientemente repassa mensagens falsas com o objetivo de beneficiar o seu candidato. Esse comportamento, que foi paulatinamente se instalando desde as eleições de 2014 no Brasil, tem deixado marcas na democracia. Como o objetivo é a vitória de seu candidato, não importa os meios utilizados, nem os valores que se perdeu.

Um dos piores legados de 2018 foi o aumento da parcela da população que não faz questão de separar fatos de invenções - seja porque considera isso irrelevante, seja porque desistiu de tentar entender o que é real e o que não é devido ao caos, seja porque se beneficia com isso. Se você não acredita em fatos e na razão e se guia apenas por falsidades e emoções, como vai tomar decisões racionais envolvendo sua vida e a da sua comunidade? (SAKAMOTO, 2020, s/p).

d) o argumento do desperdício - é o argumento que consiste em dar continuidade ou concluir algo, mesmo com prejuízos ou sem sucesso pelo fato de já se ter iniciado.

e) argumento da direção - consiste em alertar contra decisões que vão levar a outras e mais outras que podem não ser a mais acertada, ou seja, são decisões que vão desencadear outras. Para Fiorin (2018, p.169) “consiste em rejeitar alguma coisa, porque ela desencadeará uma reação em cadeia, uma perda de controle, uma consequência indesejada”.

Para exemplificar esse tipo de argumento trazemos o artigo de Pedro Magalhães Ganem publicado no site do Jusbrasil que discute a questão da redução da menoridade penal e seus efeitos, que podem desencadear outras discussões e consequentes decisões que provocariam

mudanças drásticas na sociedade, como direção de veículo automotor, aprovação em concurso, venda de cigarros e bebidas alcoólicas a esses adolescentes além de tirar a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente a um público inexperiente e em formação.

Só que a questão não é essa.

O que trago aqui é o debate sobre a “capacidade” e a possibilidade de levar um adolescente à prisão, visto que **a prisão é o que de mais grave podemos impor a um indivíduo** e, numa análise reversa, se retiramos a inimputabilidade e prendemos os adolescentes, será necessário estender essa "capacidade" para várias outras áreas do Direito.

Não podemos dar ao adolescente apenas a "capacidade de ser preso"! (GANEM, 2015, s/p).

f) a superação - é o argumento que insiste “na possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que se entreveja um limite nessa direção, e isso com um crescimento contínuo de valor”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.327), ou seja, se atingir uma etapa se torna um trampolim para alcançar outras e assim nessa busca se atingir uma situação mais perfeita.

No site da *Uol*, aparece, em 24/11/2020, uma notícia em que o atacante Marinho pede para seu time, o Santos, manter os “pés no chão”, ou seja, não se empolgar tanto com a vitória, porque ainda tinha jogo difícil pela frente, embora com a vantagem de continuar classificado mesmo com uma derrota de 1 a 0.

Independentemente da altitude, Marcelo Fernandes falou para tentarmos vencer. LDU é equipe forte aqui, mas nós sabemos do nosso potencial. Foi grande jogo. Tivemos a felicidade de vencer. E vamos manter os pés no chão, trabalhando forte porque no Brasil também vai ser difícil. Cabecinha no lugar e pezinho no chão", disse o jogador em entrevista coletiva virtual. Marinho marcou o gol da vitória santista cobrando pênalti que ele mesmo sofreu em jogada individual. No radar do técnico Tite, da seleção brasileira, o camisa 11 falou que já joga em uma seleção. "Eu já jogo numa seleção, que é o Santos. De Pelé, Neymar. Eu fico muito feliz de poder desempenhar um grande trabalho. Todo jogador almeja Seleção. Agora é descansar, manter o foco, que temos um grande jogo depois na volta. Futebol é trabalho, e vamos continuar trabalhando", disse. O Peixe volta a campo neste sábado, às 17h, para enfrentar o Sport, na Vila Belmiro, pela 23ª rodada do Brasileirão (TRASKINI, 2020, s/p).

Na fala do jogador Marinho se percebe claramente a presença do argumento de superação ao explicitar a necessidade de a equipe manter o foco, que embora tendo conquistado a vitória era apenas uma etapa, que tinham trabalho e por isso precisavam “continuar trabalhando” para atingir um estado perfeito que seria a conquista da Copa Libertadores.

II.As ligações de coexistência

São as ligações que unem realidades de níveis diferentes, em que uma delas é mais fundamental e explicativa do que a outra. Embora a ligação de coexistência relacione uma

essência com suas manifestações, seu protótipo são as relações existentes entre uma pessoa e seus atos. O fator influenciador da reação da pessoa sobre seus atos é o prestígio - qualidade da pessoa que se reconhece por seus efeitos (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.345)

Os argumentos de coexistência são: argumento de autoridade - é o que utiliza como meio de prova para defender uma tese os atos ou juízos de uma pessoa ou grupo de pessoas. Merece atenção destacar que nas relações entre o ato e a pessoa o discurso deve ser analisado porque é nele que a pessoa se manifesta e essa interação entre pessoa e discurso exerce um papel importante na argumentação, conforme afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

Fiorin complementa ao afirmar que “quem argumenta introduz a si mesmo como prova no exame da questão, mencionando seus conhecimentos ou quaisquer outras qualidades” (FIORIN, 2018, p.176). Nesse sentido o que vai ser usado como critério de persuasão será a autoridade de quem enuncia, seu conhecimento especializado, credibilidade e integridade pessoal, ou seja, é o prestígio de quem argumenta que vai referendar o argumento fundamentando-o.

Um exemplo desse tipo de argumento se encontra no artigo a seguir publicado na Folha de São Paulo em 27 de janeiro de 2021, de Alexandre E. Nowill e Pedro O. de Campos Lima, médico imunologista e médico pesquisador, respectivamente da Unicamp. Nesse caso, em todo o artigo o critério de persuasão é a autoridade dos articulistas enunciados na especialidade deles e evidenciadas na descrição feita de maneira clara, profunda e científica do coronavírus.

Por outro lado, outra discussão pode ser levantada: o que dá autoridade a quem argumenta? Quem é autoridade para falar de ensino? Quem é autoridade para falar de literatura? Recentemente, o youtuber, Felipe Neto, se envolveu em uma polêmica por publicar no Twitter que era um desserviço das escolas para a literatura forçar os adolescentes a lerem romantismo e realismo brasileiro, Machado de Assis, Álvares de Azevedo. Em matéria publicada no Diário do Nordeste, no dia 25 de janeiro de 2021, Diego Barbosa discute essa questão e as opiniões ficam divididas.

Outro caso que também coloca em discussão a questão da autoridade é o desabafo do professor e pesquisador Maurício Lacerda Nogueira publicado em uma notícia de Ana Carla Bermúdez, em 26 de janeiro de 2021. Diante de uma *fake news* que dizia que duas pessoas tinham morrido depois de serem vacinadas, a indignação foi tamanha que o médico não se conteve e falou um palavrão. Em sua justificativa ele argumenta que acabou a paciência, porém o que nos leva a reflexão e o que indignou a ele também, foi a falta de valor que foi dada à sua

palavra como médico, especialista qualificado, ou seja, ele tinha autoridade para falar do assunto, mas a opinião de outro era que estava prevalecendo.

Fiorin (2018, p.171) inclui também o *argumentum ad hominem* (=argumento dirigido à pessoa) que, ao contrário do argumento de autoridade, procura “desqualificar o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente.” Esse argumento apresenta três variantes: a) o ataque pessoal direto; b) o ataque pessoal indireto; c) a apresentação de contradições entre posições do oponente ou entre suas palavras e suas ações.

Na resposta do Presidente Jair Bolsonaro a um jornalista que o inquiriu sobre as investigações no gabinete de seu filho Flávio, há um exemplo desse tipo de argumento ao lançar um ataque pessoal direto ao jornalista para se esquivar da incômoda pergunta.

O presidente Jair Bolsonaro atacou jornalistas nesta manhã de sexta-feira (20), na porta do Palácio da Alvorada, ao ser indagado sobre as investigações de “rachadinha” no gabinete de seu filho Flávio quando este era deputado estadual, cargo que ocupou entre 2003 e 2018.

Durante a entrevista, o presidente afirmou que o ex-assessor Fabrício Queiroz, suspeito de articular o esquema de “rachadinha”, deveria ser responsabilizado se tiver cometido algum “deslize”. Questionado pelo repórter do GLOBO sobre o que deve acontecer com Flávio se o senador também tiver cometido um deslize, respondeu:

“Você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual. Você fala ‘se’, ‘se’, ‘se’ o tempo todo.”

De acordo com Bolsonaro, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) faz um “trabalho porco” e a imprensa só vê “um lado” da investigação (GLOBO, 2019, s/p).

O Presidente se sentiu acuado porque já tinha afirmado que quem se envolvesse em esquema de “rachadinha” deveria ser responsabilizado, porém se mostrava parcial se a questão envolvesse seu filho, assim partiu para o ataque direto. Cabe destacar, também, as técnicas de ruptura e de refreamento opostas à interação ato-pessoa que são postas em ação quando há alguma incompatibilidade entre o julgamento que se faz da pessoa e o que se pensa sobre o ato, e não se quer aceitar as modificações que se imporiam em decorrência dessa relação antagônica.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 353) propõem como técnicas de ruptura considerar ou o agente um ser perfeito, no bem ou no mal, ou o ato uma verdade ou a expressão de um fato. Já as técnicas de refreamento visam restringir o rompimento completo da ação do ato sobre a pessoa ou da pessoa sobre o ato.

III. Ligações simbólicas

A ligação simbólica aproxima-se das ligações de coexistência, porque entre o símbolo e o que ele evoca há uma relação de participação, ou seja, há na ligação simbólica uma transferência entre símbolo e simbolizado. Como exemplo pode-se citar os casos de símbolos que representam, a pátria, religiões, clubes esportivos, entre outros.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 353) citam “o argumento de hierarquia dupla que permite assentar uma hierarquia contestada numa hierarquia admitida; por isso presta enormes serviços quando se trata de justificar regras de conduta.” Como é a determinação do que é preferível que vai ditar nosso comportamento, por exemplo se determinadas leis são preferíveis a outras, então a obediência será a essas leis preferíveis.

Ainda há o argumento a *Fortiori* (por causa de uma razão mais forte) como argumento de hierarquia, que, conforme a tradução, leva em conta o que está com maior razão. Complementando Fiorin (2018, p.181,183) acrescenta que quando “se coloca em paralelo, duas ordens de grandeza, dizendo que se se admite a menor, com muito mais razão tem que se aceitar a maior,” ou quando “o que é válido para o mais também o é para o menos.” E, finalmente, os argumentos concernentes às diferenças de grau e de ordem que se relacionam com as noções de *quantidades* (diferenças de grau) e *qualidades* (diferenças de ordem).

2.2.5 As ligações que fundamentam a estrutura do real

São argumentos que estabelecem alguma ligação não vista ou nem percebida entre elementos da realidade. Para Fiorin (2018, p.185) “são considerados modos de organização da realidade”. Incluem fundamento pelo caso particular (exemplo, ilustração, modelo/antimodelo) e raciocínio por analogia.

a) Argumento pelo exemplo, por ilustração, por modelo/ antimodelo

A argumentação pelo exemplo busca fundamentar uma generalização, uma regra a partir de um fato particular. Deve ser incontestável, pois deve levar a uma conclusão Fiorin (2018, p.185) afirma que “o caso particular serve, então, para comprovar a tese”.

O Procurador Federal Adel El Tasse faz uso desse argumento em um artigo intitulado “O Perigo da Intolerância” publicado no jornal Gazeta do Povo, em 24 jan. 2011, em que ele discute o mal que a intolerância traz para uma sociedade. Os exemplos citados realmente representam uma página vergonhosa da história e são incontestáveis.

Convém observar exemplos de intolerância como o apartheid, o fascismo, os massacres em Ruanda e na Bósnia, em que seus defensores julgaram-se possuidores da verdade plena, mas hoje lembrados como algumas das páginas mais vergonhosas da humanidade. Para não se viver experiências como essas há necessidade premente que os valores da tolerância e do liberalismo sejam

estabelecidos em políticas públicas de incremento da compreensão e da aceitação das diferenças (TASSE, 2011, s/p).

A argumentação pela ilustração, diferente do exemplo, “tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral, mostram o interesse deste através da variedade das aplicações possíveis, aumentam-lhe a presença na consciência.” De modo que funcionam como uma espécie de recurso de presença que deve impactar de forma viva a imaginação a fim de impor-se à atenção.

Para Fiorin (2018, p.188) esse argumento, ao reforçar uma tese que já é aceita, vai figurativizá-la, dando-lhe concretude a fim de torná-la sensível. Tem uma função de comover, de mobilizar os sentimentos. Esse argumento está bem presente no texto bíblico. Jesus falando da importância de seus discípulos ouvirem as suas palavras e do efeito positivo delas em suas vidas falou o seguinte:

24 “Portanto, todo aquele que ouve essas minhas palavras e as pratica será como um homem prudente, que construiu sua casa sobre a rocha. 25 E caiu a chuva, vieram as inundações, e os ventos sopraram com força contra aquela casa, mas ela não desmoronou, pois tinha sido fundada sobre a rocha. 26 Além disso, todo aquele que ouve essas minhas palavras e não as pratica será como um homem tolo, que construiu sua casa sobre a areia. 27 E caiu a chuva, vieram as inundações, e os ventos sopraram e bateram contra aquela casa, e ela desmoronou, e foi grande a sua queda.”
28 Quando Jesus terminou de falar essas palavras, o efeito foi que as multidões ficaram maravilhadas com seu modo de ensinar (BÍBLIA, Mateus 7, 24-28).

O uso da ilustração está reforçando a adesão a regras, sem forçar, porém, procurando sensibilizar ou impressionar, objetivo que foi atingido porque ao final as multidões ficaram maravilhadas. O argumento pelo modelo/antimodelo consiste em motivar a imitação ou a rejeição de certas ações, considerando condutas ou comportamentos desejáveis ou não. Esse argumento promove certas condutas ou induz ao afastamento de outras por serem consideradas contrárias aos padrões de comportamento aceitos pelo auditório. “Se a referência a um modelo possibilita promover certas condutas, a referência a um contraste, a um antimodelo permite afastar delas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 1996, p.417).

Esse argumento pode ser observado no texto de Rodrigo Scialfa Falcão publicado no site Psicologia do Esporte, em 10 de junho de 2014, em que ele discute a importância dos atletas na modificação de comportamentos e na contribuição para uma sociedade mais justa e democrática na medida em que eles se engajam em projetos sociais.

b) O raciocínio por analogia

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 424) “seu valor argumentativo será posto em evidência com maior clareza se encararmos a analogia como uma similitude de estruturas, cuja fórmula mais genérica seria: A está para B assim como C está para D”, em que A e B se chamam *tema*, sobre os quais repousa a conclusão e os termos C e D se chamam *foro*, que servem para fundamentar o raciocínio. Há entre eles, tema e foro, uma relação assimétrica nascida do lugar que ocupam no raciocínio.

Fiorin (2018, p.191) admite que “esse argumento tem um forte poder persuasivo, pois, nele, utiliza-se o que é conhecido para entender o que não se conhece, transpõe-se o que é válido num domínio para outro”. Exemplos desse tipo de raciocínio encontramos nas parábolas empregadas por Jesus ao tratar de ensinamentos a seus discípulos. Para falar do modo como os corações humanos operam diante da palavra de Deus, Jesus emprega a parábola do semeador.

2.2.6. Argumentos por dissociação de noções - pares hierarquizados

Enquanto os argumentos estudados anteriormente buscavam associar noções ou elementos que inicialmente eram considerados independentes, a dissociação das noções, visando eliminar uma incompatibilidade, busca separar ideias estabelecidas por meio de pares hierarquizados.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) os pares apresentados “com mais frequência no pensamento ocidental, são meio/fim, consequência/fato ou princípio, ato/pessoa, acidente/essência, ocasião/causa, relativo/absoluto, subjetivo/objetivo, multiplicidade/unicidade, normal/norma, individual/universal, particular/geral, teoria/prática, linguagem/pensamento, letra/espírito.

O par mais representativo da dissociação das noções é a aparência/realidade. Ele possibilita ver duas realidades, uma é apenas aparência e a outra é a expressão da realidade, é de fato verdade. Para esclarecer melhor Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) apresentam o exemplo de um bastão, que ao ser mergulhado parcialmente na água, dá a ideia de ser curvo, quando o olhamos, e quando o tocamos é reto, na realidade ele não é ao mesmo tempo curvo e reto. A aparência diz uma coisa e a realidade outra.

No artigo “Corrupção: aparência e realidade” publicado na revista *Cult*, em 21 out. 2019, Márcio Sotelo Felipe utiliza esse argumento ao fazer uma análise do que é aparência e do que é realidade na corrupção, explicitando que acreditar que corrupto é apenas o funcionário que recebe propina ou o empresário espertalhão que pagar a propina, cujo custo, ao incorporar ao preço final, joga para a sociedade, é aparência. A realidade, ou seja, também é corrupto quem faz manobras para que haja desigualdade social e as riquezas se concentrem nas mãos de

poucos, quem apoia sistemas político-econômicos que ampliam as desigualdades e promovem a pobreza.

Conhecer é distinguir entre aparência e realidade. Quem olha para o céu estrelado e não conhece o cosmos terá a plena convicção de que as estrelas são menores do que a lua e nem estão muito distantes dela. Poderá até mesmo medir a distância entre os astros pelo tamanho do seu dedo. Em um dia de sol terá também a absoluta convicção de que o sol se movimenta e a terra não. O que significa conhecimento foi sintetizado por Marx em uma frase lapidar: se aparência e realidade coincidisse toda ciência seria inútil. Séculos antes desconfiar da aparência foi o que moveu Heráclito e Parmênides na gênese da aventura humana do conhecimento. O primeiro para negar o ser porque tudo fluiria incessantemente; o segundo para dizer, ao contrário, que o ser é e o não ser não é. O monumento filosófico do platonismo se ergue sobre a desconfiança da aparência. Nas ciências da natureza suspeitar da aparência nos trouxe a este patamar de conhecimento, de desenvolvimento da ciência, de tecnologia, de compreensão do universo (FELIPPE, 2019, s/p).

O estudo das técnicas argumentativas viabiliza a aquisição de conhecimentos para embasar a defesa de teses, embora se tenha claro que essas técnicas são passíveis de falha podendo ser refutadas.

2.3 Modalização

De acordo com Gomes (2011, p.7), a modalização nos leva à compreensão das leituras dos textos porque nos ajuda a assimilar como se constrói a significação. Abordar esse conhecimento na análise de discursos se constitui em uma estratégia eficiente de apropriação da competência para a leitura e produção textual.

A modalização é um dos objetos de conhecimento da BNCC que assim a descreve:

(EF89LP16) analisar a modalização realizada em textos noticiosos e argumentativos, por meio das modalidades apreciativas, viabilizadas por classes e estruturas gramaticais como adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, locuções adverbiais, orações adjetivas e adverbiais, orações relativas restritivas e explicativas etc., de maneira a perceber a apreciação ideológica sobre os fatos noticiados ou as posições implícitas ou assumidas. (EF89LP31) Analisar e utilizar modalização epistêmica, isto é, modos de indicar uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade de uma proposição, tais como os asseverativos - quando se concorda com (“realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, sem dúvida” etc.) ou discorda de (“de jeito nenhum, de forma alguma”) uma ideia; e os quase-asseverativos, que indicam que se considera o conteúdo como quase certo (“talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente”) (BRASIL, 2019, p.181, 185).

Desse modo se percebe que no texto argumentativo o autor, por meio de estruturas linguísticas, expressa sua posição, intenções e sentimentos. No trecho a seguir a modalidade se apresenta no adjetivo destacado. Ele denota um engajamento enunciador em relação ao que é

dito, ou seja, ele acredita e deixa bem explícito sua posição, que as tecnologias não tiram o protagonismo do ser humano nos processos e para apoiar essa ideia o locutor argumenta citando o exemplo de um sistema de reconhecimento facial que, para funcionar, necessita de um ser humano tanto para criar o algoritmo como para definir os critérios de usos sem os quais não seria eficiente a sua utilização. Dentre outros aspectos de natureza enunciativa, como a própria argumentação, observa-se o emprego do adjetivo “grande”, em destaque, acentuando sua sanção negativa em relação ao que considera equivocado.

Existe um *grande* equívoco, que é bem comum, em achar que uma tecnologia como a IoT tira o protagonismo do ser humano nos processos. Por exemplo, o sistema de reconhecimento facial presente em diversos aeroportos espalhados pelo mundo. Um ser humano desenvolve o algoritmo que vai definir todo o sistema. Que tipo de critérios serão utilizados para identificar quem deve ou não passar na fila da alfândega? Aparência? Com base em quê? São perguntas que trazem à tona toda uma discussão sobre a ética na tecnologia, mas que antes de tudo mostram como todo o poder ainda está nas nossas mãos (LAPORTA,2019, p. 1).

De acordo com Koch (2013, p. 50) “o estudo das modalidades vem desde a lógica clássica e permeia toda a semântica moderna”. Essa modalidade se apresenta por meios linguísticos que são importantes na construção do discurso pois indicam como aquilo que se diz é dito.

Koch (2013, p. 50,51) acrescenta também “necessário/possível/ certo/ incerto, duvidoso/ obrigatório/ facultativo” como os principais tipos de modalidade apontados pela lógica. No entanto a escritora aponta também outras formas de expressão da modalidade: certos advérbios ou locuções adverbiais (talvez, provavelmente, certamente, possivelmente, etc.) verbos auxiliares modais (poder, dever, etc.); construções de auxiliar + infinitivo [ter de + infinito, precisar (necessitar) + infinitivo; dever + infinitivo, etc.]; “orações modalizadoras” (tenho a certeza de que; não há dúvida de que; há possibilidade de; todos sabem que; etc).

Observemos o trecho a seguir retirado do artigo de opinião "O ser humano no centro da transformação digital assinado por Leandro Laporta e publicado no Jornal Gazeta do Povo (2019, p.1)

A tecnologia *deve servir* ao ser humano, e não o contrário. A frase *pode soar* como um clichê, mas é uma ideia extremamente necessária para aqueles que trabalham e desenvolvem tecnologia. Sem o ser humano no centro, a transformação digital simplesmente perde sua razão de existir. Afinal, toda inovação tem como objetivo atender às necessidades humanas.

Nesse trecho se percebe nitidamente que o locutor por meio do uso da construção “deve servir” manifesta certeza diante do valor da tecnologia e da relação dela com o ser humano

obrigando de certa forma o interlocutor a aderir ao seu discurso, considerando-o como verdadeiro. Já na frase “A frase pode soar como um clichê, mas é uma ideia extremamente necessária para aqueles que trabalham e desenvolvem tecnologia” a expressão “pode soar” denota uma incerteza. Para Koch (2011, p.133) os modalizadores:

são todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso...revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida , enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso.

Na semiótica, o estudo das modalidades diferencia-se da modalização propriamente linguística, como a sinalizada pelos estudos da linguística textual e pela BNCC. Conforme Bertrand (2003, p. 422), a modalização linguística “caracteriza a relação que o sujeito mantém com seu enunciado, segundo, por exemplo, seus graus de certeza”. O mesmo se dá com a modalização lógica, “que analisa a modalidade com base no cálculo proposicional, sem levar em conta a realidade cultural do discurso”. Nesse sentido, podemos considerar que os estudos linguísticos e lógicos levam em conta principalmente a modalização do ponto de vista das escolhas enunciativas e dos elementos que denunciam a presença do enunciador no enunciado, mesmo quando, em gêneros como o de notícias, pretende-se produzir efeito de objetividade, distanciamento, verdade, ilusão referencial. Conforme Gomes,

Enfim, a organização modal de um texto pode levar à construção das imagens do enunciador e do enunciatário no texto, assim como sua interação comunicativa, explicando a própria orientação argumentativa e ideológica dos textos, sendo fundamental para a compreensão da própria discursivização de um ponto de vista, um posicionamento enunciativo. As modalidades podem mesmo deixar de ser apenas categorias modificadoras dos enunciados para tornarem-se, elas mesmas, os valores almejados, servindo como elementos estruturadores do discurso (GOMES, 2010, p.200).

Em termos semióticos, as modalidades podem corresponder a níveis mais abstratos de análise, considerando as estruturas narrativas, os enunciados elementares de estado e de fazer e manifestam-se pelos verbos modais que definem o estatuto do actante, assim como pelos formantes figurativos que explicitam as relações juntivas (BERTRAND, 2003). Reiterando a perspectiva semiótica que implica o estatuto modal do actante, Gomes (2011, p.8) acrescenta que “as modalidades funcionam como elementos que explicam as condições da realização das ações.

As modalidades básicas são o crer, o querer, o dever, o poder e o saber, que alteram as relações dos sujeitos com os valores buscados e suas ações para alcançá-los”. Podemos, portanto, não apenas levar em conta nas análises a dimensão discursiva, que pode ampliar-se com a análise da dimensão passional do ponto de vista da enunciação e que, portanto, compromete de modo explícito o sujeito no dizer, como as estruturas mais abstratas e que denunciam, em última instância, as posições de natureza também argumentativa.

Passemos a análise do artigo de opinião de Djaci David de Oliveira, intitulado *Redução da Maioridade Penal: mais segurança ou mais violência?* publicado no Jornal UFG

A redução da maioridade penal tem sido apontada por alguns parlamentares como uma política de segurança pública. Supostamente, os adolescentes de 16 e 17 anos são responsáveis pelos altos índices de criminalidade e, por não serem punidos como adultos, acabariam favorecendo a impunidade. De acordo com os parlamentares, a redução da maioridade penal contribuirá para uma melhoria da segurança, uma vez que reduzirá as práticas de violência na sociedade, entre elas, os homicídios.

Para muitos expoentes do campo jurídico, a proposta é completamente equivocada, pois a Constituição Federal veta toda e qualquer tentativa de eliminar direitos sociais. Isto é, só se poderia propor e aprovar a redução da maioridade penal em uma nova constituição. Partindo dessa premissa, poderíamos ficar todos tranquilos, pois, no momento oportuno, uma lei absurda não passaria. Infelizmente não é assim que devemos pensar. Absurdos ocorrem constantemente e, por mais incoerente que seja a lei, o Congresso Nacional pode fazer valer suas vontades.

A proposta não deve ser vista como uma política de segurança. Quem deseja mais segurança deve pensar mais amplamente nos dados que antecedem os problemas e nos possíveis desdobramentos das políticas propostas. Nem sempre isso é fácil, pois requer que as agências estatais produzam dados fiéis e que eles sejam transparentes. A partir deles podemos construir cenários, projeções e pensar em novas práticas de políticas públicas.

Os dados estatísticos produzidos sobre adolescentes e crimes apontam que a faixa etária de 16 e 17 anos não está entre a principal responsável pela violência na sociedade. Como já se foi amplamente divulgado, dentre mais de 20 milhões de adolescentes, 22.077 estão em conflito com a lei. Isto representa 0,01%. Por pequeno que seja, este é um problema que devemos enfrentar, mas definitivamente, é uma farsa afirmar que eles representam uma ameaça social que obriga uma redução da maioridade penal.

Mas, muito mais grave é que, ao contrário do que se fala, a redução da maioridade penal tem todos os ingredientes para ampliar o número de mortes violentas (homicídio, mortes no trânsito e suicídios). É possível chegarmos a essa conclusão observando os desdobramentos imediatos de uma eventual aprovação dessa proposta.

Dos desdobramentos possíveis e imediatos dois deles são o direito de dirigir aos 16 anos e a venda de bebidas alcólicas para os adolescentes de 16 e 17 anos. Separadamente cada um já produz estragos. Já a combinação terá um desfecho ainda mais trágico para a sociedade que anseia tanto por garantias de segurança. Os mais otimistas poderiam afirmar que podemos reduzir a maioridade penal, mas sem estender seus efeitos para as demais áreas do direito. Pura ilusão. Quem lutará contra dois dos segmentos mais virulentos da indústria brasileira, o setor automotivo e a indústria de bebidas? O pesado *lobby* desses dois poderosos segmentos será capaz de santificar

quaisquer propostas, por pior que sejam, desde que favoreçam a ampliação das vendas dos seus produtos.

Isso já está em prática. No Congresso existem mais de 50 propostas que objetivam permitir o direito de dirigir a partir dos 16 anos. O que impede sua aprovação? O fato de que adolescentes de 16 e 17 anos não respondem penalmente. Nesse caso apelam para o pânico e vendem a política de encarceramento como panaceia. Todavia, o recente relatório *What Caused the Crime Decline?*, publicado em 2015 pelo Brenner Center for Justice, da Universidade de Nova York, demonstra amplamente que a política de mais encarceramento, além de não reduzir a violência, deixou um passivo extraordinário de despesas para a sociedade americana. O encarceramento foi um fracasso. Enfim, reduzir a maioria penal, além de produzir mais violência (via consumo de álcool) e mais mortes violentas (via acidentes de trânsito), não nos dará uma sociedade melhor (OLIVEIRA, 2015, s/p).

O autor argumenta que a redução da maioria penal não trará mais segurança, mas ao contrário, têm todos os ingredientes para ampliar o número de mortes violentas e no processo de construção da argumentação ele faz uso da modalização que é marcada, especialmente, pela presença de advérbios, adjetivos, modo verbal indicativo, que evidenciam sua posição de enunciador no enunciado. Regulando vozes em contraponto ao seu dizer, inicia apresentando a posição de alguns parlamentares que defendem a redução da maioria penal como uma política de segurança pública, refutando-as com dados e análises.

Ao se posicionar o autor modaliza seu próprio dizer por um *não crer ser*, apresentando um distanciamento entre sua opinião e a de alguns parlamentares. Ao empregar o advérbio “supostamente” ele mostra que não concorda com a opinião de alguns parlamentares que fazem demonstrando certeza (*crer ser*) no julgamento de que os adolescentes de 16 e 17 anos são responsáveis pelos altos índices de criminalidade e que a redução da maioria penal a solução tanto para a melhoria da segurança como a redução das práticas de violência.

O enunciador traz, também, o ponto de vista de muitos expoentes jurídico cujas ideias se aproximam que julgam “a proposta completamente equivocada”, o emprego do advérbio “completamente” e do adjetivo “equivocada” demonstram uma opinião desfavorável à redução da maioria penal modalizando o modo de dizer pelo uso do verbo no modo indicativo expressando certeza. Qualificando seu ponto de vista, desqualifica o de seus opositores.

Nas construções com o uso do verbo modal poder “poderia propor” imprime um conteúdo de probabilidade ou possibilidade reiterada pelo emprego do futuro do pretérito. Ao fazer uso dos adjetivos “absurda” e “incoerente” se referindo à lei de redução da maioria penal continua reafirmando sua opinião desfavorável à redução da maioria penal.

O autor é bem direto e claro ao explicitar sua opinião de que “A proposta não deve ser vista como uma política de segurança”. O uso do advérbio de negação, do verbo no modo

indicativo e da locução verbal, dever ser que expressam uma impossibilidade, marcam a orientação da argumentação. É intenção do autor manipular o leitor a também *querer crer*. Como argumento, o autor aponta os desdobramentos da lei de redução da maioria penal que seria o direito de dirigir aos 16 e a venda de bebidas alcólicas marcando a modalização pelo emprego do advérbio “separadamente”, “estragos” e “ainda mais trágico” e da oração adjetiva.

Do ponto de vista narrativo, temos uma sociedade modalizada pela crença de que os adolescentes infratores são responsáveis em grande parte pelos crimes violentos do país e, por isso, impõe aos parlamentares um dever fazer, considerando o que crê ser justiça. Essa perspectiva é ainda endossada por parlamentares, que podem, a despeito da “eliminação de direitos sociais”, aprovar uma “lei absurda”, tal como sanciona o enunciador ao analisar o Congresso Nacional que “pode fazer valer suas vontades”, independentemente do que isso implica em termos de direitos. O enunciador ainda traz a necessidade de um outro dever que se antepõe ao de dever punir, preconizado pelos arautos da redução da maioria penal: o dever elaborar políticas públicas de maior alcance e que, de fato, incidirão sobre a diminuição da violência. Assim, os parlamentares se mostram desqualificados por não cumprirem com um dever ser. Na falta de compromisso, querem punir adolescentes encobrando sua incompetência como gestores públicos.

Como se pode observar, há diferentes possibilidades de considerar a modalização na elaboração de um ponto de vista ou um posicionamento manifesto no discurso. Contrapondo vozes, vemos aqui a posição explícita do enunciador em relação ao que defende, assumindo expressamente sua perspectiva pelas estratégias da modalização no enunciado e nas estruturas narrativas.

2.4 Linguagem e ideologia

Em consonância com os estudos do discurso, não é possível considerar um texto neutro do ponto de vista ideológico, ainda mais quando se trata de analisar textos argumentativos, nos quais a perspectiva ideológica é explicitamente assumida. Linguagem e ideologia são indissociáveis. Para a semiótica, a ideologia está indissociavelmente articulada ao próprio pertencimento do sujeito a uma dada classe social, podendo ser compreendida como “o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social” (FIORIN, 1998, p. 29).

Ideias como pobres e ricos sempre existiram, uns são mais inteligentes do que outros, nem todos nasceram para estudar, todo mundo não pode ser rico senão quem faria os serviços

mais simples, dentre outros tem soado como naturais porque são ideias com as quais sempre se conviveu e se aprendeu mesmo no seio familiar, mas que na verdade são veiculadas e difundidas pela classe dominante com o fim de promover o comodismo e a aceitação. Pela naturalização, apagam-se as condições de produção dessas crenças e o que implica do ponto de vista dos confrontos e lutas políticas.

O homem precisa entender o mundo no qual está inserido, o porquê de determinadas situações o que justifica mudanças ocorridas ou situações perpetuadas mesmo que acarretem problemas para muitos. A denominação que Fiorin (1998, p. 28) dá a esse conjunto de ideias é ideologia. A ideologia é então, de acordo com Fiorin (1998, p. 28) “o conjunto de ideias ou representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens” que objetivam convencer o ser humano de verdades que pertencem a determinadas classes, que vão conduzi-los a decisões que vão ao encontro dos interesses de tais classes.

Não existe um discurso neutro, ele está sempre carregado de interesses. As escolhas do léxico, dos modalizadores, dos verbos de dizer e do tipo de escolhas de quem vai fazer uso da palavra diretamente ou não estão impregnadas de intenções.

A linguagem é o meio de veiculação da ideologia, pois:

Não existem ideias fora dos quadros da linguagem, entendida no seu sentido amplo de instrumento de comunicação verbal ou não-verbal, essa visão de mundo não existe desvinculada da linguagem. Por isso, a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo. Essa formação discursiva é ensinada a cada um dos membros de uma sociedade ao longo do processo de aprendizagem linguística. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer (FIORIN, 1998, p.32).

Assim, é por meio da linguagem que se partilham as visões de mundo e por conseguinte as ideias que ganham existência nas formações discursivas. De acordo com Fiorin (1998, p.16), “o discurso é o lugar de coerções ideológicas”, compreendendo como tal que o processo de filiação ideológica do sujeito não se dá por mecanismos conscientes, mas como efeitos de sua condição histórica, dos processos de formação ao longo da vida, de sua educação, dos atores sociais com os quais interage, da mídia, de vivência religiosa, pertencimento a grupos sindicais. Em outras palavras, as condições de formação da consciência ideológica escapam ao próprio sujeito, que sofre os efeitos de sua historicidade, das forças com as quais dialoga num dado momento.

Na semiótica, a dimensão ideológica do dizer é mais de perto analisada no nível discursivo. Do ponto de vista da sintaxe discursiva, considera-se a maior autonomia do enunciador, considerando as escolhas conscientes que faz ao argumentar, ao selecionar o que projetar no discurso, a perspectiva enunciativa que acolherá, aos recursos retóricos etc. É o caso de selecionar procedimentos que visam a produzir efeito sentido de “objetividade” ou “subjetividade”, como também, a introdução do discurso direto, o indireto e o discurso indireto-livre para veicular conteúdos de natureza social.

Ao tratar da sintaxe discursiva, Fiorin (1998, p. 18) destaca que é nela que “o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor”, porém, é na semântica discursiva que a ideológica propriamente dita vai ser expressa.

Do ponto de vista da semântica, contudo, articulada a partir dos processos de tematização e figurativização, explicita-se a dimensão ideológica do discurso. Nesse sentido, os valores e as imagens que acolhe e articula ultrapassam a dimensão propriamente argumentativa e são efeito da inscrição do sujeito na ideologia, essa cuja adesão lhe escapa à consciência, dadas as determinações de natureza histórica.

Para uma exemplificação desse processo, consideremos brevemente a charge publicada em junho de 2021 no jornal Folha de São Paulo.

Figura - 4 Charge de Leandro Assis e Triscila Tavares



Fonte: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1701336175835457-charges-junho-2021> Acesso em: 18 jun. 2021

Leandro Assis e Triscila Tavares apresentam uma charge caracterizada pela denúncia do preconceito racial que ganhou evidência em junho de 2021, a partir do roubo de uma bicicleta no Leblon, bairro de classe média alta do Rio de Janeiro. Ao observar um rapaz negro com uma bicicleta, um dos moradores intuiu que deveria ser aquela que foi roubada, dado que, na lógica de exclusão e assimetria econômica do país, reiterada pelo racismo histórico e amplamente negado, um negro não deveria ter direito a uma bicicleta ou não deveria estar no Leblon.

Na charge, um casal à esquerda declara em discurso direto que não seria racista, apesar de que, ao ver um negro de bicicleta imediatamente ter concluído “que era roubada”. O casal ao centro assume de vez o racismo ao dizer que compreende o equívoco do primeiro casal que denuncia o rapaz como assaltante, dado que o Leblon não é lugar para ele. A mulher mais velha, num gesto ainda pior, acusa a vítima de entristecer os jovens racistas. Com desculpas ou agressões, os enunciados reproduzem as falas racistas que ecoaram nos depoimentos que se sucederam ao incidente.

Como não há pudor em reiterar o racismo? Mesmo negando, os sujeitos assumem-nas suas contradições ou no seu ódio de classe. Como isso aconteceu à sociedade brasileira a ponto de termos chegado a esse nível? Só mesmo considerando os processos históricos e a perpetuação da ideologia dominante e sua formação racista, patriarcal, excludente.

Examine-se o artigo de opinião a seguir intitulado “Taxar livros não é um problema – faz parte da solução”, de Cristóvão Borba, publicado no jornal Gazeta do Povo, em 15 set. 2020, para uma compreensão de como a ideologia se apresenta nos artigos de opinião.

Recentemente ouvi de um advogado tributarista uma piada que resume bem a importância de uma cobrança de impostos eficiente. Segundo ele, ter um bom sistema tributário está para o desenvolvimento econômico de um país assim como ser bonito está para conseguir um relacionamento amoroso: embora não seja condição necessária, com certeza ajuda. E faz todo sentido: na prática, a forma como um país cobra seus tributos influencia muito na maneira como os negócios se desenvolvem.

Dizer que o sistema tributário brasileiro é extremamente complexo e injusto já virou lugar comum no debate público. Mas, de fato, essas afirmações estão corretas: somos o país onde as empresas mais gastam tempo pagando impostos e nossa tributação é regressiva, onerando mais os pobres.

No entanto, talvez o mais grave dos problemas no sistema tributário brasileiro seja a forma como ele distorce o mercado. A grande quantidade de exceções e benefícios tributários torna a tarefa de cobrar impostos uma verdadeira zona de guerra. Uma prova disso é o tamanho do contencioso tributário brasileiro, que gira em torno de 50% do PIB.

O diagnóstico é claro: precisamos reformar nosso sistema tributário. Nesse contexto, à luz do caminho traçado internacionalmente, a unificação dos tributos deve ser encarada como um dos primeiros passos para fazê-lo: ao adotarmos um modelo de imposto sobre o valor agregado (IVA) sobre mercadorias e serviços, simplificamos o sistema e o deixamos mais isonômico.

E é nesse cenário que o debate a respeito da taxaço de livros deve ser encarado. A isenço fiscal dada ao mercado editorial é mais uma das políticas bem intencionadas que não resolvem o problema e provocam consequências talvez ainda mais nefastas.

É preciso ter ciência de que tributar livros não é um problema *per se*. É somente parte da correço de uma distorço que nos trouxe até onde estamos: um país preso na armadilha da renda média e com uma produtividade estagnada há quatro décadas. Na intenço de permitir o acesso à leitura aos mais pobres, a sociedade subsidia livros para as classes altas e financia um mercado ineficiente.

Uma parcela do debate público, encampada principalmente pela esquerda tuiteira, abriu as torneiras dos argumentos falaciosos. “Não podemos taxar livros, é um produto essencial”, dizem. Nosso sistema tributário chegou a esse caos devido a essas máximas: não podemos tributar isso nem aquilo; precisamos subsidiar a indústria X ou a zona franca Y. Precisamos evoluir nesse debate, e rápido.

Por suposto, é preciso garantir que pessoas de baixa renda tenham acesso à leitura e à informação. Eu mesmo cresci em uma família na qual livros não estavam na lista de compras, e só consegui ter acesso a eles na biblioteca da minha escola. Mas precisamos nos guiar pelos dados e, na literatura econômica, há ampla documentação indicando que combater a desigualdade social via gasto público é mais eficiente do que via subsídios tributários. Oferecer algo análogo a um “vale cultura” ou usar o valor arrecadado com impostos sobre livros para aumentar o Bolsa Família seria uma solução de compromisso para garantir um acesso real dos mais pobres à leitura.

Não podemos cair no debate raso e polarizado: não existem impostos de esquerda ou de direita. A taxaço de livros não é um problema – ela faz parte da solução. Resolver a complexidade absurda do nosso sistema tributário é essencial para aumentarmos a produtividade brasileira e pilar de uma extensa agenda republicana pautada por um simples princípio: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais (BORBA, 2020, s/p).

Logo no título é possível perceber a presença dos interesses de uma classe elitizada. O articulista já inicia com uma afirmaço categórica de que a taxaço de livros faz parte da solução. De forma bem clara ele explicita uma verdade objetiva criando na mente do leitor uma ilusço de que é uma necessidade para resolver o problema da tributaço no Brasil. De modo que já prepara o leitor para aceitar os argumentos que serão mobilizados ao longo do texto.

O articulista inicia o texto de forma descontraída contando uma piada que ouviu de um advogado, essa estratégia visa criar laços de familiaridade e acordo com o leitor, estabelecendo um contato, que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.21) consideram “essencial para todo o desenvolvimento da argumentação”, ou seja, a argumentação é toda voltada para o leitor/auditório a quem o autor/orador deseja persuadir.

O articulista faz uso da primeira pessoa em “Recentemente ouvi de um advogado tributarista uma piada que resume bem a importância de uma cobrança de impostos eficiente. (11). Ao fazer essa escolha o autor prenuncia a subjetividade presente no texto e destaca o efeito de aproximaço da enunciaço.

No texto, é possível perceber que o articulista procura usar “as ideias para justificar e explicar a ordem social” - a chamada ideologia conforme definida por Fiorin (1998) - onde ele reafirma a necessidade de haver reformas no sistema tributário brasileiro que deve atingir as mercadorias e serviços de forma isonômica e ao mesmo tempo critica as isenções fiscais que seriam as exceções, como a não cobrança de impostos sobre livros, chamando-as de “políticas bem intencionadas que não resolvem o problema e provocam consequências talvez ainda mais nefastas”. Esse entendimento está claramente comprometido com os interesses de uma classe social que deseja dificultar o desenvolvimento cultural da grande maioria da população que não teria condições financeiras de arcar com os custos dos livros.

O articulista usa o seu exemplo “Eu mesmo cresci em uma família na qual livros não estavam na lista de compras, e só consegui ter acesso a eles na biblioteca da minha escola”. Percebe-se que ao invocar o seu exemplo o articulista pretende dar-lhe o “estatuto de fato” apontado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 402) como argumento pelo exemplo, pelo qual o orador demonstra que se sente comprometido, tem certeza da veracidade da causa defendida. Em seu discurso se percebe que para ele é muito natural não se ter acesso a livros a não ser na escola conforme a afirmação “ele mesmo” Conferindo à sua pessoa autoridade grande sobre as ideias do leitor. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.403) afirmam que a “escolha de um exemplo, enquanto elemento de prova, compromete o orador, como uma espécie de confissão”. Também permite pressupor um julgamento em relação ao destinatário, tendo em vista que, se ele cresceu sem livros porque a maioria da população não pode também ficar sem livros? Apresentando, assim, uma imagem presunçosa de si mesmo.

O articulista procura demonstrar que não está a serviço do governo “Não podemos cair no debate raso e polarizado: não existem impostos de esquerda ou de direita”. acreditando que com isso pode conseguir a adesão de todos as suas ideias porque são expressão da verdade e não defesa de um discurso político, porém seu discurso o denuncia expressando claramente sua filiação ideológica com as ideias da classe dominante. O uso da terceira pessoa produz efeito de objetividade, mas embora queira criar um efeito de imparcialidade se sabe que isso não é próprio do artigo de opinião que pela sua natureza opinativa é marcado pela busca de persuasão e do convencimento.

Considerando a sua construção, o artigo de opinião, por ser um texto de análise, se constitui como predominantemente temático e a ideologia é manifestada pelos temas que acolhe e o tratamento que lhes confere.

2.5 Argumentação em tempos de intolerância e *fake news*

Encarar o diferente é sempre uma experiência que causa medo. O ser humano sente necessidade de se aproximar dos iguais, porém se distanciar dos diferentes. Essa relação, embora aconteça, não precisa ser turbulenta, perigosa, problemática ou aflitiva. Todos são diferentes, embora com alguns gostos, pontos de vista, comportamentos parecidos, na essência somos diferentes. No processo de interação, os pensamentos e visões de mundo são expressos por meio dos discursos e é nesse discurso que as paixões interiores são exteriorizadas.

Hoje, o que se observa é o estabelecimento de uma intolerância que está se instalando como normal e natural pelo menos no que diz respeito ao conceito de muitos. Embora existam leis que buscam coibir a proliferação desse tipo de comportamento, ele tem se alastrado pelo mundo com muita força, especialmente quando há um discurso de consentimento por parte das autoridades políticas, como é o caso do Brasil.

A BNCC explicita que

A viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si. Nesse contexto, torna-se menos importante checar/verificar se algo aconteceu do que simplesmente acreditar que aconteceu (já que isso vai ao encontro da própria opinião ou perspectiva). As fronteiras entre o público e o privado estão sendo recolocadas. Não se trata de querer impor a tradição a qualquer custo, mas de refletir sobre as redefinições desses limites e de desenvolver habilidades para esse trato, inclusive refletindo sobre questões envolvendo o excesso de exposição nas redes sociais. Em nome da liberdade de expressão, não se pode dizer qualquer coisa em qualquer situação (BRASIL, 2019, p.68).

Eis então, uma demanda que se coloca para a escola, realizar práticas que visem contribuir para desenvolver habilidades que viabilizem o reconhecimento dos limites sobre o que dizer e como dizer, bem como de checagem de conteúdos a fim de descobrir se são verdadeiros. Fiorin (2018, p. 90), chama a atenção para o uso das palavras, afirmando que elas ferem. Que há a necessidade de um trabalho com a linguagem no sentido de incentivar o seu uso de um modo que não machuque, que não esteja eivado de preconceitos, que não gere discriminação, a fim de se criar um mundo mais justo.

Está também presente na BNCC a necessidade de que “é preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários” (BRASIL, 2019, p. 69). Há uma linha, aparentemente, muito tênue entre liberdade de expressão e ataque a direitos que precisa ser discernida.

BARROS (2016, p.8), propõe o exame da organização narrativa e discursiva dos discursos intolerantes e preconceituosos no âmbito da semiótica discursiva, com quatro

aspectos principais: a organização narrativa dos discursos intolerantes como discursos de sanção; seu caráter fortemente passional, com ênfase nas paixões do medo e do ódio; os percursos temáticos e figurativos da diferença; a organização tensiva desses discursos.

Considerando a organização narrativa, o discurso de sanção se justifica pelo descumprimento de certos contratos sociais por parte dos sujeitos alvos do discurso intolerante, tendo em vista que se tornaram maus atores de papéis sociais imaginários.

Para os intolerantes, sua atitude e seu discurso se justificam porque o culpado é o próprio sujeito que descumpriu um contrato, por exemplo, de branqueamento da sociedade, de pureza da língua, de heterossexualidade dentre outros. São eles que são maus do ponto de vista dos preconceituosos. São pretos ignorantes, maus usuários da língua, índios preguiçosos, homossexuais pervertidos (BARROS, 2016, p) e que por isso devem ser punidos com a perda de emprego, de direitos, ou até mesmo com a morte.

O exemplo a seguir mostra a sanção narrativa decorrente da interpretação de que contratos sociais foram rompidos. Em relação aos discursos passionais, esses sujeitos são sempre apaixonados. BARROS (2016) vai afirmar que prevalecem as paixões do ódio e do medo em relação ao “diferente”. Um exemplo encontramos na fala do então deputado federal Jair Bolsonaro em sua passagem por Goiânia, em 18 de setembro 2015 e publicada pelo jornal *Opção*:

Não sei qual é a adesão dos comandantes, mas, caso venham reduzir o efetivo (das Forças Armadas) é menos gente nas ruas para fazer frente aos marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando os sírios também. A escória do mundo está chegando ao Brasil como nós não tivéssemos problema demais para resolver (VITOR, 2015, s/p).

O texto trata da ruptura do pacto social e que imigrantes são “marginais” e “a escória do mundo” que vêm para o Brasil para aumentar os problemas, ou seja, são uma ameaça à ordem social e que, portanto, devem ser barrados. Como medidas de enfrentamento já se encontra estabelecido na BNCC a previsão de trabalhar na disciplina de Língua Portuguesa tal conteúdo em sala de aula. Nesse documento está delineado o seguinte:

(EF69LP01) Diferenciar liberdade de expressão de discurso de ódio, posicionando-se contrariamente a esse tipo de discurso e vislumbrando possibilidades de denúncia (BRASIL, 2019, p.141).

Como se pode ver, o verbo “diferenciar”, mobilizado na BNCC sugere a existência de uma confusão entre as expressões liberdade de expressão e discurso ódio que gera uma certa

sensação de liberdade para se dizer o que quer sem preocupação com o sentido que ele carrega e com o que ele vai provocar no outro.

Logo, se percebe a preocupação com o ensinar os sujeitos a desenvolverem a habilidade de discernir um discurso de ódio de uma liberdade de expressão. O que se observa é que há uma confusão bem acentuada entre esses termos. Tudo em nome da liberdade de expressão pode ser dito sem se compreender que às vezes o discurso expressa preconceito e ódio, e que a partir do momento em que o direito de escolha do outro deixa de ser respeitado e se parte para o uso do discurso visando expressar ódio, desrespeito, insulto e intolerância ele deixa de ser liberdade de expressão.

Os discursos intolerantes não são veiculados por um único gênero ou tipo textual. BARROS, (2014, s/p), afirma que eles estão presentes em diferentes gêneros, necessitando, para seu reconhecimento, de uma análise da unidade temática.

Outro fenômeno também grave é o das *fake news* que, assim como o discurso de ódio, tem se alastrado de forma muito rápida e natural a tal ponto que passou a ser objeto de preocupação na BNCC que o traz como objeto de estudo.

(EF09LP01) Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data, local da publicação, autoria, URL, da análise da formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc (BRASIL, 2019, p.177).

É um fenômeno que de tanto ter sido usado encontrou uma boa aceitação no meio de grande parte da população que se tornou um fato preocupante, conforme se pode observar no trecho do artigo intitulado “O que fazer quando é o eleitor que compartilha desinformação de propósito” de Eduardo Sakamoto, publicado na UOL:

Tão assustador quanto o sujeito passivo que não percebe que o conteúdo que está compartilhando nas eleições é falso é a constatação de que parte da população sabe exatamente que está recebendo um boato, uma fraude, uma notícia falsa e, conscientemente, passa adiante para ajudar o seu candidato ou prejudicar o adversário.

Não apenas para fortalecer sua identidade dentro do grupo e ganhar respeito (sim, chuvas de likes dão um banho quentinho na alma), mas também atacar o "inimigo" - personificado na figura de um político que pensa diferente - com todas as armas que tiver à disposição. Inclusive a mentira anônima e disparada em massa.

Para muita gente, imoral e antiético é "deixar" o outro vencer. A ideia de que "o fim justifica os meios" ganha um caráter coletivo em seu formato 2.0. [...]

Faz parte de nosso aprendizado para a vida privada e pública considerar a difusão de falsidades como algo negativo e de informações verídicas como uma coisa boa. Mesmo assim, desde sempre, o ser humano mentiu, e faz isso várias

vezes por dia, para garantir benefícios a ele seu grupo ou proteger alguém ou a si mesmo.

Mas a partir do momento em que o processo de repassar, conscientemente, mentiras é feito de forma massiva, com a aceitação coletiva dessa difusão em nome de um objetivo político comum, nada impede que tal comportamento contamine as demais dimensões das relações sociais. A difusão de fatos falsos vai sendo encarado como parte normal da vida cotidiana, não como um desvio, preenchendo de lama a democracia.

Um dos piores legados de 2018 foi o aumento da parcela da população que não faz questão de separar fatos de invenções - seja porque considera isso irrelevante, seja porque desistiu de tentar entender o que é real e o que não é devido ao caos, seja porque se beneficia com isso. Se você não acredita em fatos e na razão e se guia apenas por falsidades e emoções, como vai tomar decisões racionais envolvendo sua vida e a da sua comunidade? (SAKAMOTO, 2020, s/p).

O artigo traz explicitamente o posicionamento de uma grande maioria da população que ilustra o efeito negativo de banalizar a questão das notícias falsas. Barros (2020, p.28) afirma que o destinatário vai interpretar o discurso falso a partir de seus conhecimentos, crenças e emoções e da capacidade do destinador. O que pode ser constatado no artigo na medida em que a emoção guiou as ações dos destinatários que desperceberam questões de princípios ou de ética numa crença frenética de que o mais importante era o objetivo final.

De acordo com Barros (2020, p. 28, 29) para que o destinador conquiste a confiança do destinatário e construa uma relação de credibilidade ele vai utilizar três estratégias que são eficazes nas *fake news*, e não só nelas mas em quase todos os tipos de discurso: -escalonamento da verdade à falsidade - em que o destinador vai construindo credibilidade, divulgando notícias verdadeiras, depois notícias que parecem verdadeiras e por último notícias totalmente falsas e o destinatário, já conquistado, interpreta todas como verdadeiras e nelas acredita.

Outra estratégia é ancoragem de ator, tempo e espaço - as notícias são ancoradas em recursos de figurativização, em atores, lugares e datas que já são conhecidas como existentes, produzindo, assim, efeitos de verdade e de autoridade. A terceira estratégia é o emprego das pessoas do discurso - acontece o uso da primeira pessoa (e da segunda) com o objetivo de produzir efeito de aproximação emocional e sensorial entre o destinador e o destinatário de modo que este se identifique com aquele. Usa a terceira pessoa para produzir a ilusão de isenção do destinador para criar confiança.

Conforme demonstrado, o destinador se torna hábil na criação e disseminação de notícias falsas dificultando a identificação e o combate, ação esta que pressupõe um trabalho também de construção de estratégias de enfrentamento e desmascaramento da mentira que se encontram propostas por Barros (2020, p.30) a saber: “apontar os diálogos que o discurso ou o

texto em exame mantêm com outros textos e discursos; examinar a organização discursiva e textual do texto em análise e verificar os mecanismos usados”

Todo esse processo de criação e disseminação indiscriminadamente nos leva a refletir em questões éticas que regulam as ações humanas e que devem nortear tanto a leitura quanto a escrita.

2.5.1 Ética da leitura e ética da escrita

A leitura e a escrita, tão necessárias para o exercício da cidadania, não estão ao alcance de todos. Mesmo os que ingressaram na escola e já estudam há algum tempo, em algumas situações específicas ainda não são capazes de mergulhar em um texto e compreender informações explícitas e implícitas presentes nele e nem de se expressar por meio do texto escrito.

De acordo com os PCN, “a leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc.” (BRASIL, 1998 p.69-70). Assim, o leitor não é passivo, exerce sobre o texto um esforço para depreender dele o sentido, sendo que para isso mobiliza conhecimentos prévios, utilizando várias estratégias que lhe permitirão a compreensão plena ou não do texto. Sobre isso os PCN acrescentam:

Um leitor competente sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender às suas necessidades, conseguindo estabelecer as estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos (BRASIL, 1998, p.70)

Conforme o exposto, a leitura é muito importante porque favorece a ampliação dos repertórios de palavras, ideias e informações do leitor. O aluno deve ser desafiado a ler textos variados para desenvolver a habilidade de compreender e de reconstruir os sentidos e as intenções do autor do texto. No entanto, vale destacar de acordo com Landowski que

De fato, mesmo considerando que os textos (assim como outras coisas) *fazem sentido*, isto não quer dizer que o sentido que seria o seu - essa espécie de “perfume” que parece emanar deles e que, ou nos envolve imediatamente, ou só se deixa definir a custa de muito esforços - esteja presente como uma propriedade, uma dimensão, um componente substancial, ou seja, como uma coisa a ser descoberta e que esperaria desde sempre a nossa passagem para de deixar, um belo dia, apreender. Se o sentido não existe para se “pegar” (como seria um tesouro quando se cava a superfície) é porque ele, em todos os casos, deve ser *construído*: “compreender” é fazer, é operar, é construir” (LANDOWSKI, 2001, p. 29).

Como se pode perceber, embora o texto tenha um sentido, ele não está simplesmente pronto à espera de um leitor passivo para captá-lo. Também o sentido do texto não deve ser construído pelo leitor, ao seu bel prazer, admitindo todas as interpretações e criações de sentido, mas seguindo as pistas dadas pelo autor.

Para Landowski (2001, p. 30), quando os textos são “textos” propriamente dito, seu sentido não procede, inteira e diretamente, daquilo que eles “são” enquanto “textos”. Ele depende, ao mesmo tempo, dos pontos de vista de leitura adotados por cada um, isto é, da posição de cada leitor, enquanto ator inscrito num universo de práticas em conflito, por isso, Ele completa falando que a leitura não é, nem pode ser, uma leitura “distanciada”.

São as práticas específicas dos leitores que fazem com que os textos façam sentido. Mas, para que tais práticas e textos signifiquem alguma coisa, é preciso que essas manifestações, seja qual for a sua natureza respectiva (é o observador que as leva em consideração), apresentem em *si mesmas* um mínimo de traços estruturais que permitam justamente que sejam “lidas” (LANDOWSKI, 2001, p.31).

Essa situação gera uma reflexão sobre uma questão fundamental que é: se tem sentido, de onde procede? Landowski coloca três questões para reflexão: do *objeto*, que neste caso, deveria ser concebido como um dispositivo dotado tanto de uma significação unívoca que lhe seria inerente como também organizado de tal maneira que esta sua significação não tenha como deixar de se impor ao leitor no momento da leitura de modo que ele não pode chegar a outro sentido a não ser o imposto pelo autor? Ou pelo contrário, do *sujeito* que, “lendo”, vai poder construir o sentido dos objetos (textos ou outros) de acordo com determinações individuais ou sociais sem levar em conta as características intrínsecas do dado submetido à leitura? ou ainda da *relação* entre essas duas instâncias, de uma espécie de coordenação entre o que, caso por caso, o objeto propõe como operações de leitura (e, em consequência, como possibilidades de “interpretações”) e a maneira como os sujeitos dispõem do que o texto lhes oferece? (LANDOWSKI, 2001, p.31)

Landowski analisa essas hipóteses dizendo que “a primeira opção - que se liga à corrente positivista - nos leva brutalmente para trás, porque para nós o sentido não pode ser instalado, como uma coisa, nas coisas.” Nesse sentido, seria necessário apenas conhecer o código para decifrar, inequivocamente, as diversas mensagens veiculadas por meio da própria escritura das coisas. A segunda opção evocaria o outro extremo, “o pós-estruturalismo”, onde o objeto desaparece e entra em cena o sujeito que vai ocupar todo o espaço sem nenhuma restrição sobre

a interpretação, é como se o leitor fosse “um pequeno soberano em matéria de construção de sentido”.

Essa concepção admite haver tantos pontos de vista diferentes, como leituras e que todas encontrarão alguma matéria significativa dependendo do ângulo de visão escolhido, encontrarão respaldo em algum traço que vai justificar a leitura feita. Assim, coloca-se como único limite de leitura à deriva interpretativa a ética da leitura. Ou seja, não se pode, mesmo existindo uma pluralidade de níveis possíveis de apreensão, se atribuir qualquer sentido que não foi autorizado pelo texto (LANDOWSKI, 2001).

Distanciando-se das duas posturas anteriores e buscando a semiótica estrutural, a questão da emergência do sentido vai se concentrar na *relação* entre sujeito e objeto. Desta vez, o sentido precisará ser *construído*, e construído *a dois*. “Porque, se ele existe, só pode ser, semioticamente falando, como produto da *colocação em presença* de duas instâncias, oferecendo uma e outra o caráter de entidades organizadas, competentes para *interagir em situação*, uma enquanto ‘sujeito’, outra enquanto ‘objeto’” (LANDOWSKI, 2001, p.35).

Há que se falar também de uma ética da escrita em um momento em que se observa a multiplicação das *fake news*. Um clima de desconfiança foi instaurado entre os leitores em fontes outrora centro de produção e divulgação de informações verdadeiras. As redes sociais concorrem com o jornalismo, tanto como fonte de produção como de divulgação de notícias, com a vantagem de maior rapidez.

Nesse contexto, há uma fragilização e deterioração das interações, os contratos de veridicção são quebrados na medida em que se vê a mídia televisiva e jornalística tomando partido, sem reservas, como foi o caso nas eleições presidenciais do Brasil. As filiações ideológicas, na maioria das vezes e não a análise de textos, passam a guiar o julgamento de tudo o que é visto ou lido.

Para Silva (2019, p.41) “a atividade de ler e produzir sentidos se acha, pois, complexificada em função de novas práticas de produção e circulação de textos nas mídias contemporâneas, a demandar do sujeito leitor mais do que a capacidade de identificar na unidade do texto elementos que tornem possível estabelecer a distinção entre verdade e mentira, ilusão e falsidade”.

Silva (2019, p.41) fala da ética da enunciação no eixo da produção. O sujeito assume o *status* de um *coenunciador* ao compartilhar e curtir notícias falsas, até mesmo incluindo as implicações de natureza jurídica que isso acarreta em alguns casos. Assim, ao curtir ou compartilhar uma notícia sem antes checar/verificar sua procedência, ou sua fidedignidade, o

leitor se coloca como o propagador de uma mentira, sem compromisso com as consequências advindas de tal ato.

Assim a BNCC prevê um trabalho escolar com essas práticas, que venham a culminar em um leitor crítico e ético, conforme se pode observar a seguir

(EF89LP02) Analisar diferentes práticas (curtir, compartilhar, comentar, curar etc.) e textos pertencentes a diferentes gêneros da cultura digital (meme, gif, comentário, charge digital etc.) envolvidos no trato com a informação e opinião, de forma a possibilitar uma presença mais crítica e ética nas redes (BRASIL, 2018, p. 177).

Diante do exposto, há a preconização de um trabalho mais comprometido com o sentido do texto e com a construção de um novo leitor mais autônomo, perspicaz, crítico e ético.

2.6 Reescrita

A BNCC traz como segunda competência específica de Língua Portuguesa para o ensino fundamental “Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social (BRASIL, 2018, p.87). Leitura e escrita se somam na formação de um bom escritor. Na medida em que o aluno tem acesso a novos gêneros ou a textos dos mesmos gêneros, porém de complexidade mais aprofundada ele vai acumulando conhecimentos que servirão de base para o entendimento em novas situações de leitura.

Ao refletir sobre a escrita na escola, Antunes (2003, p. 25) mostra que ela acontece de forma “mecânica e periférica, centrada, inicialmente, nas habilidades motoras de produzir sinais gráficos, e mais adiante, na memorização pura e simples de regras ortográficas: para muita gente, não saber escrever ainda equivale a escrever com erros de ortografia. ”

Assim, é compreensível que o processo de escrita seja difícil e doloroso do ponto de vista cognitivo. O que se observa é que o aluno escreve a primeira versão do texto sem planejamento e já a entrega como pronta e acabada. O professor, por sua vez a recebe, corrige e devolve para o aluno com um bilhetinho enfocando problemas de ortografia, erros de concordância ou paragrafação, sem orientar uma correção desses problemas ou quando o exige, o aluno pensa que basta então passar a limpo o texto evitando os borrões e com uma ou outra correção dos itens apontados, acreditando que o professor não vai devolvê-lo para uma terceira

versão e o professor, por excesso de turmas, julga que esta versão já é suficiente (CARVALHO; FREITAS, 2015).

Mas como é possível dominar uma escrita que é promovida sem sentido, sem propósito a não ser o de meramente ser lido pelo professor e receber uma nota? É aí que reside o fracasso do trabalho de produção textual. Os alunos não conseguem desenvolver as habilidades necessárias para se expressar de forma coerente por meio de textos e isso acontece porque, a sua escrita não é orientada para a compreensão global do texto.

Marcuschi (2008, p. 53) ao falar dos textos escolares afirma que “por vezes carecem de coesão formando um conjunto de frases soltas e em outras, têm em excesso causando enorme volume de repetições tópicas.” O trabalho com a escrita demanda uma consciência de qual concepção de linguagem subjaz a prática docente. O que se nota é que muitas atividades de escrita centram apenas na língua levando a escrita para o campo da correção gramatical sem, contudo, uma preocupação com coerência, coesão ou com o leitor. Antunes (2003) também reforça essa questão quando critica o trabalho da produção textual na escola:

Um processo de aquisição da escrita que ignora a interferência decisiva do sujeito aprendiz, na construção e na testagem de suas hipóteses de representação gráfica da língua; uma prática de escrita artificial e inexpressiva, com palavras e frases isoladas e desvinculadas de qualquer contexto comunicativo, além de destituída de qualquer valor interacional (ANTUNES, 2003, p.25).

Para a autora, tanto a atividade de leitura como a atividade de escrita são atividades de interação entre sujeitos. Isso supõe um processo de cooperação entre quem lê e quem escreve. Assim somente “uma concepção interacionista da linguagem eminentemente funcional e contextualizada, pode, de forma ampla e legítima, fundamentar um ensino de língua que seja, individual e socialmente produtivo e relevante” (ANTUNES, 2003, p. 41).

Essa interação deve ser reforçada no momento do planejamento da escrita, quando o aluno precisa pensar em quem será seu leitor, quais são os interesses deles e a capacidade de compreensão, se a linguagem usada está adequada. São reflexões que vão impactar diretamente nas escolhas que o autor do texto fará. Porém, como sabemos esse trabalho de mobilização desse planejamento está relegado ao esquecimento.

Os PCN propõem as chamadas categorias didáticas de práticas de produção textual a saber - transcrição, reprodução, decalque e autoria - como necessários para ensinar produção textual conforme se pode perceber a seguir:

As categorias propostas para ensinar a produzir textos permitem que, de diferentes maneiras, os alunos possam construir os padrões da escrita, apropriando-se das estruturas composicionais, do universo temático e

estilístico dos autores que transcrevem, reproduzem, imitam (BRASIL, 1998, p.77).

Nesse contato com a escrita do outro no momento das práticas de produção textual o aluno vai desenvolvendo seu estilo, descobrindo suas preferências, se apropriando das palavras do outro na medida em que ele se identifica com o discurso alheio. O trabalho do professor se volta então para o texto do aluno procurando não os erros, mas a interpretação, os recursos que o aluno conseguiu mobilizar as estratégias e escolhas linguísticas que conseguiu realizar, a fim de poder mapear o que o aluno já sabe sobre o gênero e o que ainda precisa dominar, fazendo desse conhecimento a base para as ações didáticas de intervenção a serem planejadas.

Como o aluno vai produzir textos bem escritos do ponto de vista formal e linguístico? Só escrevendo e reescrevendo, não há um caminho mágico. O texto não estará pronto e acabado com apenas uma escrita. O aluno não se acostumou ainda a refazer o seu texto. E esse ato de reescrita está presente na vida de todo escritor. O professor deve viabilizar essa prática na sala de aula para proporcionar ao aluno a oportunidade de vivenciar essa experiência. Parece um assunto desnecessário de se considerar, pois os PCN já preconizavam desde 1998 essa prática, porém, ainda deve ser tratada porque não é rotina de sala de aula. Conforme os PCN:

A refacção faz parte do processo de escrita: durante a elaboração de um texto, se relêem trechos para prosseguir a redação, se reformulam passagens. Um texto pronto será quase sempre produto de sucessivas versões. Tais procedimentos devem ser ensinados e podem ser aprendidos (BRASIL, 1998, p. 77).

O tempo em sala de aula deve ser dividido entre momento da escrita e da reescrita, pois produz efeito significativo sobre a aprendizagem de um determinado gênero. No entanto por vezes essa refacção é entendida como uma mera correção de aspectos gramaticais ou ortográficos, o que não signifique que o aluno não precise fazer esse tipo de correção também, mas ela é mais complexa é uma profunda reestruturação do texto, já que entre a primeira versão e a definitiva uma série de atividades foi realizada conforme pode ser observado no que preconiza a BNCC

(EF69LP08) Revisar/editar o texto produzido – notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, dentre outros –, tendo em vista sua adequação ao contexto de produção, a mídia em questão, características do gênero, aspectos relativos à textualidade, a relação entre as diferentes semioses, a formatação e uso adequado das ferramentas de edição (de texto, foto, áudio e vídeo, dependendo do caso) e adequação à norma culta (BRASIL, 2018, p. 143).

(EF69LP18) Utilizar, na escrita/reescrita de textos argumentativos, recursos linguísticos que marquem as relações de sentido entre parágrafos e enunciados do texto e operadores de conexão adequados aos tipos de argumento e à forma de composição de textos argumentativos, de maneira a garantir a coesão, a

coerência e a progressão temática nesses textos (“primeiramente, mas, no entanto, em primeiro/segundo/terceiro lugar, finalmente, em conclusão” etc.) (BRASIL, 2018, p. 145).

A BNCC traz cinco habilidades relacionadas à reescrita, enfatizando, assim, a importância dessa ação no processo de apropriação da escrita. Portanto, essa prática de reescrita deve ser assumida como objeto de ensino tanto quanto a produção de fato. É a revisão do texto que vai garantir a excelência da produção.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A realização do trabalho em foco segue, apenas em parte, os pressupostos da pesquisa-ação. Visa à produção de atividades didáticas, organizadas em forma de oficinas, que deverão subsidiar prática de intervenção em turma do nono ano do Ensino Fundamental II, na qual lecionamos, mas que se encontra no momento apenas com atividades remotas. Pela precariedade dos modos de interação, referendados que estamos pelo PROFLETRAS a partir de documento da CAPES, em função da pandemia, as atividades inicialmente previstas para aplicação como intervenção não serão efetivamente realizadas na escola neste momento.

Consideramos, porém, a apresentação de uma proposição didática que contribua para uma intervenção no ambiente escolar, tendo em vista as dificuldades relativas à produção textual e às demandas curriculares.

É uma pesquisa que se caracteriza como sendo qualitativa, haja visto, “envolver a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p. 58).

Para Godoy (1995, p. 62) “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada”.

De acordo com Minayo (2009):

É um tipo de pesquisa que trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2009, p. 21).

Assim, a pesquisa qualitativa se converte em adequada para atender aos objetivos deste trabalho, pois as percepções não se traduzem através de números, são compreendidas, interpretadas ou inferidas ao longo da elaboração e aplicação das oficinas. Conforme discorreremos na introdução, a situação de interrupção das aulas presenciais motivadas pela pandemia do Covid-19 e as muitas instabilidades que caracterizam as práticas de educação

remota que se sucederam como resposta imediata para a educação, levaram-nos a redimensionar o projeto e sua orientação metodológica.

Não iremos, assim, relatar o desenvolvimento das atividades junto a nossos alunos neste momento, a partir do desenvolvimento de nosso projeto didático de intervenção, mas assumimos que orientamos todo o nosso fazer a partir da identificação de um problema coletivo – relacionado ao campo de domínio de saberes em torno da argumentação – e para isso organizamos um conjunto de oficinas para subsidiar o trabalho com o gênero artigo de opinião.

Como objetivo geral, este trabalho visa, a partir da sistematização de atividades organizadas em oficinas sequenciais, contribuir para desenvolver a competência para a produção de artigos de opinião bem articulados do ponto de vista formal, argumentativo e da perspectiva crítica socialmente comprometida com uma dimensão mais humanitária de sociedade.

Orientamo-nos ainda pelos seguintes objetivos específicos:

- elaborar um material didático para alunos do 9º ano, numa sequência de textos, reflexões e atividades que visem à apropriação do gênero artigo de opinião;
- ampliar a competência de leitura, sobretudo considerando a capacidade de analisar criticamente as estratégias enunciativo-argumentativas que visam à adesão a uma perspectiva de compreensão do real;
- desenvolver a capacidade de pesquisa contrapondo um fato fundamentado e notícias falsas;
- promover atividades que possibilitem aos alunos se posicionarem criticamente diante dos fatos da realidade buscando mobilizar informações de base sólida;
- levar os alunos a ler e analisar diferentes estratégias linguístico-discursivas mobilizadas em artigos de opinião.

Como procedimento metodológico para as oficinas, elaboramos uma sequência de atividades que visam a qualificar os estudantes do nono ano do ensino fundamental para uma leitura mais atenta, crítica e perspicaz do gênero artigo de opinião, com elementos que subsidiem também a sua própria autoria, na medida em que se pretende mais reflexivo quanto aos recursos de que dispõe a linguagem. Pela dinâmica das oficinas, fica claro que outros gêneros serão contemplados, mas de maneira secundária, dado que privilegiamos um gênero específico.

Com a realização das leituras e atividades propostas, será possível refletir junto com os alunos, por meio de suas produções e compreender o papel decisivo da leitura, escrita e reescrita na aquisição e desenvolvimento da habilidade escritora do sujeito.

Acredita-se que as reflexões possibilitadas por essa pesquisa, contribuirão bastante para a melhoria das práticas pedagógicas de produção de texto e mais do que isso, proporcionarão ao aluno desenvolver as habilidades e competências que o levarão a ser um sujeito atuante de forma consciente e significativa em seu meio, assumindo total controle sobre seu desempenho linguístico nas práticas sociais de seu cotidiano.

3.1 Escola campo de pesquisa/intervenção

De acordo com as diretrizes do ProfLetras para o trabalho de conclusão, a pesquisa deve ocorrer em uma instituição de ensino que atende alunos do ensino fundamental. Nesse sentido, a escola selecionada pertencente à Rede Estadual de Ensino do Estado do Piauí, na qual contamos com vinte e sete anos de lotação no quadro efetivo, atende, atualmente, alunos do Ensino Fundamental II, Ensino Médio Regular e Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA. Possui também dois anexos na zona rural que funcionam em escolas da rede municipal num regime de parceria, para possibilitar o acesso da população da zona rural ao ensino médio regular.

A escola tem uma história de setenta e oito anos de funcionamento. Começou com cinco salas de aulas, uma diretoria, uma secretaria, uma cantina e um depósito. Passou por várias reformas e hoje conta com mais seis salas de aulas, uma biblioteca, uma sala de coordenação e sala de professores. Ganhou uma quadra que ainda aguarda a cobertura.

Em 2020, a escola passou a ser um Centro Estadual de Tempo Integral – CETI, com uma carga horária diária de 09(nove) horas e uma proposta de trabalho com base na formação integral e integrada do estudante, viabilizando um trabalho voltado para a construção de um projeto de vida e para sua formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais, pautada nos pilares aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Essa mudança, no entanto, inclui apenas os alunos do Ensino Médio.

O Currículo de Referência é o direcionamento bimestral do trabalho do professor. Ele propicia que haja uma unidade da diversidade, a partir do diálogo entre os eixos norteadores das áreas do conhecimento, oportunizando a realização de um planejamento mais articulado. A Formação Continuada dos Professores foi pensada de modo a atender à Meta 7 do Plano Nacional da Educação (PNE) e se constitui em pauta prioritária da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, para assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos

matriculados nas escolas públicas estaduais piauienses.

De acordo com o documento norteador, a SEDUC concebe a formação continuada de professores como uma política estadual essencial para a profissionalização e valorização da carreira docente. Para a SEDUC, toda formação de professores deve integrar-se ao cotidiano da escola e respeitar as experiências profissionais de todos os docentes, o direito de participar de cursos de aperfeiçoamento em serviço e o direito de reconhecimento profissional.

Nesse contexto, foi criada a Formação no Chão da Escola, que acontece uma vez por semana em dois horários – manhã e tarde - visando atender as necessidades específicas de todos os docentes. Com o objetivo de conferir credibilidade e o alcance máximo da formação, atuam Formadores Institucionais (profissionais da SEDUC e do Instituto Superior de Educação Antonino Freire – ISEAF), Formadores Regionais (profissionais das Gerências Regionais de Educação) e Orientadores de Estudo (Coordenador Pedagógico Escolar). O conteúdo da formação é definido com base nos resultados apontados nas avaliações nacionais e estadual; na matriz de referência, nos eixos e nos descritores de cada avaliação; nos direitos da aprendizagem previstos legalmente e no diagnóstico das turmas e nas necessidades de formação dos professores.

A SEDUC também oferta ainda o Projeto Mais Aprendizagem que é um programa de Formação Continuada com foco nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Teve início em 2017 com formações setoriais e sazonais com foco em Matemática e a partir de 2018 incluiu o componente curricular de Língua Portuguesa. E em 2019 se estendeu para Ciências. Tem como objetivo desenvolver a capacidade de raciocínio lógico, resolução de problemas e habilidades de leitura, interpretação de texto, além do espírito crítico e a criatividade.

Em 2020, por conta da Pandemia da COVID-19, houve a necessidade do trabalho Home Office e das aulas remotas, a formação, então, foi reconfigurada para atender aos professores de todas as áreas do conhecimento e Componentes Curriculares, com temáticas focadas nas metodologias ativas, abordando estratégias que proporcionem o desenvolvimento das habilidades cognitivas e emocionais dos educandos, bem como o fortalecimento da prática pedagógica do professor para o trabalho com as aulas remotas.

A Sistemática de Acompanhamento e Avaliação adotada pela rede é um instrumento de avaliação e gerenciamento que utiliza os dados coletados para o planejamento de ações pedagógicas conjuntas. As Gerências Regionais de Educação, a partir dos dados inseridos pelas escolas a cada bimestre, analisam e enviam devolutivas dos resultados apresentados, com os pontos que necessitam de intervenção, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, em

consonância com a concepção de avaliação que fundamenta a missão da SEDUC e, portanto, desta escola, que está vinculada ao objetivo maior da educação - a formação de pessoas autônomas, críticas e conscientes. A avaliação, desse modo, deve estar a serviço das aprendizagens que favorecem essa formação.

Mesmo com as ações de formação, estruturação e organização da rede, as deficiências apresentadas pelos alunos, no tocante a leitura e escrita, ainda são gritantes, demandando mais ações sistematizadas e bem estruturadas, com foco em aquisição de leitura autônoma e escrita articulada, fundamentada e proficiente.

3.2 Critérios para a seleção de textos e a estrutura da proposta didática

Considerando que leitura e produção textual estão articulados, definimos como critérios para seleção dos textos:

- Que tivessem temática atual em linguagem adequada ao nível de formação dos alunos;
- Que tivessem relevância para a compreensão de problemas sociais sem evidenciar preconceitos;
- Que mobilizassem diferentes estratégias argumentativas que possibilitasse exploração didática na etapa da reflexão textual e linguística.

Selecionamos textos para compor a coletânea do material didático que visa a subsidiar as oficinas, seguindo sua presença em todos os módulos. Foram planejadas cinco oficinas, desenvolvidas em 02 ou 04 aulas semanais, ao longo de pelo menos dois meses, articulados aos demais conteúdos da disciplina de língua portuguesa.

Uma vez que os textos dos próprios alunos serão também objeto de leitura, reflexão e análise visando a compartilhar o que produziram e subsidiar também reescrita, a esses textos selecionados deverão se unir as produções dos alunos. Um primeiro exemplo de texto que selecionamos é o artigo de Simone Cristina Jensen, publicado online em 7 de junho de 2019 e que tem como título: *Criança não deve trabalhar. Infância é para sonhar*.

Diferentemente das propostas tradicionais, a primeira atividade do módulo não deve começar por caracterizar o gênero, ao que se seguiria exemplificação e atividades. Esse saber será conjuntamente construído pelos alunos sob a mediação do professor a partir das experiências de leitura. O desenvolvimento da oralidade, da criticidade, da capacidade de argumentar e contra-argumentar será fundamental para o sucesso da proposta. Assim, as aulas previstas observarão em síntese a seguinte sequência (obviamente a ser modificada em função dos ajustamentos considerados no momento das aulas, das condições mais imediatas postas

pelo contexto particular do dia a dia, pois não se trata de uma programação a ser seguida a todo custo):

Quadro 05 - Proposta de atividade em sala

Leitura colaborativa do artigo de opinião selecionado. (realizada pelo professor com a colaboração dos alunos.)
Leitura em voz alta do texto (realizada pelo professor)
Debate sobre o assunto abordado no texto de modo que o aluno consiga: Sobre a perspectiva do texto: 1 identificar o problema trazido pelo artigo; 2 identificar o ponto de vista assumido pelo autor e sua perspectiva ideológica; 3 identificar os argumentos que o autor utiliza para validar seu ponto de vista; 4 analisar a qualidade da argumentação desenvolvida. Sobre a perspectiva dos alunos: Compartilhar pontos de vista concorrentes ou divergentes em relação ao artigo lido. Compartilhar suas vivências com relação ao problema tratado.
Aprofundamento sobre aspectos linguísticos e discursivos que ampliem a capacidade do aluno de compreender e utilizar a língua escrita: vocabulário, adjetivação, objetividade, pontuação, progressão, modalização, perspectiva enunciativa etc.
Produção textual (não necessariamente um artigo por aula), considerando aspectos especificamente desenvolvidos no módulo em questão.
Leitura dos textos produzidos pelos alunos.
Orientações para refacção dos textos a fim de favorecer aspectos distintos como clareza, coerência, capacidade argumentativa.
Divulgação das produções dos alunos na mídia digital (submissão a portais de notícia, blogs etc.)

Fonte: A autora (2021).

Na seção seguinte, apresentaremos uma síntese do que está previsto para cada módulo da oficina de leitura de produção de textos.

4 DAS OFICINAS DE LEITURA, REFLEXÃO SOBRE A ARGUMENTAÇÃO E PRODUÇÃO TEXTUAL

Nesta seção, apresentaremos as questões que norteiam a organização das atividades relativas às oficinas de leitura e produção textual referentes ao gênero artigo de opinião. Todas as oficinas estão pensadas para acontecer em 4 aulas, totalizando 20 aulas. Seguem uma estrutura que começa com algumas questões que objetivam resgatar conhecimentos prévios dos alunos sobre a temática tratada, ajudá-los a fazer inferências e levantar hipóteses.

Depois, segue um conjunto de 4 seções, assim intituladas: 1- Além das palavras que por meio de imagens, cartuns, fotografia ou charge promovem uma leitura de imagem sobre a temática da oficina; na seção 2- lendo e compartilhando leituras- trazemos um artigo de opinião também tratando da temática da oficina; na seção 3 – Assumindo o papel de autor - é o momento de o aluno escrever, aproveitando como fonte de informações os textos de apoio e na seção 4 - temos uma sistematização dos conhecimentos pertinentes ao gênero tratados na oficina.

Em cada oficina trazemos também, um quadro com umas dicas importantes objetivando orientar a produção dos alunos. Para cada uma das oficinas, explicitamos os objetivos específicos que a orientam e comentaremos sinteticamente a respeito dos textos que serão lidos.

Oficina I: Conhecendo o artigo de opinião

O trabalho infantil é um assunto ainda bem debatido atualmente. Em pleno século XXI, com Conselho Tutelar funcionando, Estatuto da Criança e do Adolescente em vigor, inúmeras campanhas de conscientização sobre a infância, ainda há muitas crianças vítimas dessa prática que lhes rouba a infância.

É nesse contexto, que julgamos importante trazer para a discussão essa temática relevante do ponto de vista da tomada de consciência e formação cidadã. Essas reflexões guiam as atividades dessa primeira oficina que tem como objetivos: Refletir nas causas e consequências do trabalho infantil; Ler, conhecer e analisar o gênero textual artigo de opinião, compreendendo sua temática, composição e estilo.

A oficina, inicialmente, propõe uma discussão sobre a temática visando explorar os conhecimentos prévios dos alunos. Na seção 1- Além das palavras- trazemos para a leitura uma foto publicada no Portal Geledés, que impacta por mostrar crianças descalças trabalhando debaixo de um sol aparentemente quente. E a segunda imagem é uma charge, publicada no jornal O Estado, em 12 de junho de 2017, que reproduz uma criança carregando um feixe aparentemente bem pesado para a sua idade e uma bola passando na sua frente, provavelmente

jogada por outras crianças. O olhar dele expressa a tristeza por não poder também brincar e aproveitar sua infância.

Depois da leitura e discussão a partir das imagens, vamos continuar a discussão agora com base no artigo de Simone Cristina Jensen que tem como tema Criança não deve trabalhar. Infância é para sonhar e foi publicado online em 7 de junho de 2019. A autora constrói seu texto em torno da questão de que o trabalho infantil em todas as suas formas é uma violação dos direitos humanos e traz como técnica argumentativa principal a argumentação baseada na estrutura do real, pelas relações de causa e consequência com o objetivo claro de provocar a reflexão nas graves consequências do trabalho infantil como:

Fraturas, amputações, ferimentos causados por máquinas e objetos cortantes, queimaduras, lesões e deformidades na coluna, cansaço extremo, distúrbio do sono, irritabilidade são, dentre as consequências físicas, as mais frequentes dos acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes. Dentre as consequências psicológicas, destacam-se, a fobia social, isolamento, depressão, baixa autoestima, perda da afetividade até os gravíssimos casos de adoecimento decorrente de abusos físicos e emocionais. No aspecto educacional, o baixo rendimento escolar, está quase sempre vinculado aos problemas acima e implicam na distorção idade-série com o abandono da escola e a não conclusão da formação educacional básica (JENSEN, 2019, s/p).

Iniciamos essa seção com uma leitura realizada em conjunto com os alunos para conhecermos o texto. Após a leitura comentamos que a autora primeiro contextualiza o conteúdo falando da institucionalização do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil pela Organização Internacional do Trabalho visando chamar a atenção do mundo para o combate a tão grave caso de violência, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido porque ainda há pessoas que tem a concepção de que pelo menos “trabalhar é melhor do que roubar”, que naturalizam o trabalho infantil por acreditarem que é a única solução para crianças nascidas na pobreza.

A autora procura mostrar que o trabalho infantil não é uma ferramenta de proteção, muito pelo contrário, é uma prática que implica em uma violação dos direitos humanos. Pelo título já é possível perceber que a autora se posiciona contra tal prática e que procura convencer seus leitores da validade de sua tese utilizando vários argumentos como dados de pesquisa que mostram diversos acidentes de trabalho ocasionados pela falta de percepção de perigo que crianças e adolescentes têm. Outro argumento foi citar as consequências físicas, psicológicas, emocionais e educacionais somadas à exposição a vários tipos de violência dentre as quais os abusos e o aliciamento para o tráfico e a exploração sexual.

A autora conclui o artigo afirmando que embora exista várias leis de proteção contra o trabalho infantil só funcionarão se houver conscientização da parte de todos de que o trabalho infantil não é uma situação natural nem justificável. Depois dessa conversa os alunos devem responder questões que versam sobre a compreensão do tema do texto, bem como alguns aspectos do gênero

Na seção 3 os alunos são convidados a tomar a palavra, assumir o papel de autor e produzir um artigo de opinião, retomando a temática do trabalho infantil. Eles podem mobilizar dados trazidos nos textos de motivação presentes na seção. Apresentamos também nessa seção um quadro com algumas dicas que os alunos devem observar na produção de seu texto. O professor pode fazer uma breve explanação delas.

Na seção 4, trazemos uma breve sistematização do conhecimento sobre o gênero artigo de opinião para que o aluno conheça as principais características do gênero, no que se refere a veículo de circulação, temática, questão polêmica, leitor e linguagem.

Oficina II: De olho na tecnologia

A tecnologia está presente em todos os campos da vida moderna. Ela tem facilitado e muito a vida das pessoas diminuindo distâncias, promovendo a realização de atividades diversas, especialmente nesse tempo de pandemia, contribuindo para a evolução do conhecimento. Porém, cresce o debate em torno das consequências do uso exagerado da tecnologia para a saúde física, mental e emocional dos usuários. Nesse campo de discussões as opiniões variam muito, mas em um ponto todos concordam que a tecnologia veio para ficar, contudo é preciso equilíbrio no seu uso. Nesse contexto essa oficina propõe um debate sobre essa temática com os seguintes objetivos:- Discutir questões relacionadas à tecnologia a fim de tomada de consciência sobre algumas problemáticas relacionadas ao tema; - Conhecer algumas estratégias argumentativas.

A oficina está planejada para acontecer em quatro aulas divididas em quatro seções: na primeira os alunos, após uma breve conversa sobre o tema, fazem a leitura de uma charge que traz a discussão para a nova geração que já nasce em volta em redes sociais. Na figura 2 se continua enfatizando a grande dependência tecnológica dessa geração que está sempre ligada ao celular a ponto de ele ser tão importante, que se sobressai a qualquer outra coisa, é como o sangue que circula no corpo.

Na próxima seção, a discussão gira em torno do artigo de Eduardo Muniz – Dependência tecnológica, o maior mal desta geração - publicado na Gazeta do Povo em 30 de janeiro de 2019. O tema já antecipa a opinião do autor que se propõe a discutir a questão da dependência

tecnológica como sendo o maior mal desta geração. Ele traz como uma das técnicas argumentativas a argumentação baseada na estrutura do real, pelas relações de causa e consequência, conforme podemos ver.

Há um número crescente de pesquisas mostrando as consequências de as novas gerações terem crescido inconscientemente dependentes da tecnologia. Novas doenças – transtornos psicológicos – já estão catalogadas, como o “Fear of Missing Out” (“Fomo”, “medo de ficar para trás”), uma ansiedade exacerbada pela fobia de perder alguma coisa na internet. Já está provado que o uso contínuo de smartphones, mídias sociais e jogos on-line compromete o sono, reduz a memória, piora notas escolares, gera ansiedade e depressão e, cada vez com mais frequência, mortes (MUNIZ, 2019, s/p).

O trecho explicita os efeitos psicológicos da exposição exacerbada das novas gerações à tecnologia. O autor ainda faz uso do argumento de coexistência de autoridade ao citar a explicação do professor Nir Eyal sobre mexer na cabeça das pessoas para alcançar sucesso com um produto. O estudo desse professor comprova que a questão da dependência é real e ao citá-lo o autor visa reforçar sua tese de que o fácil acesso à internet e a dinâmica das mídias sociais propiciam o desenvolvimento de comportamentos verdadeiramente adictos. Ele mostra que o limite é o ponto crucial na luta contra a dependência seja ela qual for, porém na questão da tecnologia não tem como se saber se passou dos limites.

Sobre o poder viciador da tecnologia, o autor mobiliza como argumento os dados de um estudo de Nancy que diz que 53% dos entrevistados têm o telefone como seu melhor amigo, ou seja, mais da metade das pessoas prefere o celular a se relacionar com pessoas fisicamente. Outro argumento é o “feedback instantâneo” que Adam Alter destaca em seu livro *Irresistible* como algo poderoso que gera uma sensação de bem-estar, o que vai aos poucos viciando. Ainda outro argumento citado é que é possível mexer na cabeça das pessoas para alcançar sucesso em um produto conforme mencionado pelo professor de Psicologia, Nir Eyal na “Matriz da Manipulação” explicada em seu livro *Hooked*.

O artigo chama o leitor para a reflexão “Reparem na covardia desta relação: de um lado, jovens em formação, com dificuldades normais da adolescência; do outro, PhDs, especialistas, algoritmos e inteligência artificial trabalhando para encontrar o que seduz, o que move, o que “engaja”. Quem você acha que ganha esta batalha?”, levando-o a raciocinar de forma lógica e acolher a tese defendida como válida. Na conclusão o autor alerta para a seriedade da questão mostrando que as consequências na alteração de comportamentos podem ter acontecido de forma imperceptível, mas os efeitos são para sempre, e só se vai conseguir remediar tal situação se houver o reconhecimento de que o problema existe.

Na seção 3 é proposto a escrita de um artigo de opinião sobre a questão da dependência tecnológica onde o aluno se posiciona concordando ou discordando da tese defendida pelo autor, podendo fazer uso das informações presentes nos textos de apoio.

Na seção 4- sistematizamos os conhecimentos sobre argumentação e estratégias argumentativas – se faz esclarecimentos sobre o que é argumentação e se trabalha os tipos de argumentos com destaque para os de autoridade, definição, comparação, causa e pragmático(consequência)

Oficina III: O discurso de ódio e intolerância – percursos passionais do ódio

O discurso de ódio está fazendo parte do dia a dia de muitas pessoas, que de tanto ouvi-lo acabam despercebendo a gravidade dessas expressões, que não se constituem como uso da liberdade de expressão garantida na constituição, mas um crime com punição prevista em lei. A naturalização desse tipo de discurso e da intolerância é uma preocupação constante e por isso já se encontra previsto na BNCC um trabalho nas escolas no sentido de combater tais práticas.

Barros (2014) caracteriza os discursos intolerantes como discurso de sanção. Aqueles que são alvos desses discursos são considerados violadores dos chamados contratos sociais, ou seja, ou não são brancos puros, ou não falam a língua padrão, ou não se encaixam nos padrões sexuais dentre outros, por isso a punição lhes imputada é a perda de direitos, de emprego ou até mesmo a morte.

Distinguem-se, semioticamente, duas etapas nos percursos passionais do ódio, que, em geral, ocorrem juntas nos discursos. A primeira é aquela em que o sujeito se torna malevolente em relação ao outro, que, “diferente”, não cumpriu o contrato de identidade, e benevolente em relação aos iguais, aos idênticos. Essa primeira etapa, a mais passional da intolerância, é a do preconceito. A segunda fase, a da intolerância propriamente dita ou da discriminação, é aquela em que o sujeito preconceituoso (decepcionado, frustrado, desesperado, inseguro e que tem ódio) passa a ação, ou seja, completa sua competência e age contra o outro (o causador da falta, o odiado) (BARROS, 2014).

Aquilo que antes era apenas um discurso evolui para ações violentas conforme explicitado por Barros. A violência está sendo escolhida para resolver situações que muitos acreditam ser eles os responsáveis pela solução. A busca por essa solução ao invés do uso da palavra faz com que o ser humano retroceda a um estágio que parecia já vencido.

Assim, nessa oficina o foco do trabalho de leitura e escrita se centra nesses discursos. Tem como objetivos: Analisar textos contendo discursos de ódio; refletir sobre as causas do discurso de ódio; Posicionar-se frente a esse tipo de discurso; analisar as ações geradas pelo

sentimento de intolerância. Está planejada para acontecer em quatro aulas divididas em quatro momentos.

No primeiro, depois de algumas perguntas de preparação para o estudo do tema, se faz a leitura de charges. A primeira, feita por Igor Monteiro publicada em 16 de outubro de 2018 no VAN, chama a atenção para a personalidade de quem faz usos do discurso de ódio que por fora é um adulto, mas por dentro ele é uma criança mimada que não tem consciência do que diz e nem da gravidade do que fala, não se sente responsável pelas consequências do seu discurso.

A segunda charge de Carlos Latuff, publicada no G1 Rio Grande do Sul em 06 de setembro de 2019, faz uma crítica a atitude de Bolsonaro, uma atitude, inclusive, inadmissível para a autoridade máxima de um País, que por meio de um discurso intolerante, incentiva a divisão entre o Nordeste e o restante das outras regiões pautadas em questões claramente políticas partidárias.

Na seção 2, é feita uma análise do artigo intitulado “O perigo da Intolerância” de Adel El Tasse que discute a questão “A homofobia deve ser combatida”. Para contextualizar o autor traz uma notícia sobre o pagamento pelo INSS de pensão, nas relações homoafetivas, a um dos companheiros em caso de morte do outro, porém a declaração do, então, deputado Jair Bolsonaro de que se o seu filho corresse o risco de se tornar gay daria um couro nele para resolver o problema.

De acordo com o autor essa declaração era de gravidade elevada porque era uma clara manifestação de homofobia por integrante do legislativo e ainda mais quando este é membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Para apoiar sua tese, ele utiliza argumentos de autoridade como o que Foucault, que no livro “A história da sexualidade”, aprofundou o estudo da homofobia e aponta que o controle humano utilizando o comportamento sexual é eficaz. Cita também como estratégia argumentativa as ligações que fundamentam a estrutura do real expressadas no argumento pelo exemplo ao citar a inquisição e o nazismo que se valeram do preconceito para punir, criando delitos com base em juízos valorativos e provas baseadas em boatos. O autor defende que os direitos humanos são pauta irrenunciável no modelo democrático e que deve ser consolidado como realidade plena e que a ignorância está presente em ações homofóbicas.

Para apoiar sua tese, ele ainda usa outros argumentos de exemplo como apartheid, o fascismo, os massacres em Ruanda e na Bósnia que hoje são lembrados como páginas vergonhosas da humanidade e que para não se repetirem os valores da intolerância e do liberalismo devem ser estabelecidos como políticas públicas de incremento da compreensão e

da aceitação das diferenças. O autor conclui incentivando todos a saber compreender para que o Brasil não seja escuro, vazio e sem cores.

Na seção 3, os alunos são desafiados a produzir um artigo de opinião a partir da narração de um ato de intolerância da própria localidade ou da televisão, analisando a situação e se posicionando em relação ao discurso de ódio e a intolerância, defendendo-o por meio de argumentos bem fundamentados. O professor recolhe os textos e os corrige verificando se os alunos estão levando em conta as dicas elencadas em cada oficina.

Oficina IV: A projeção da opinião do enunciador no artigo de opinião

O enunciador se projeta nos textos, especialmente no artigo de opinião, por meio da escolha de substantivos, adjetivos, advérbios, locuções adverbiais, dentre outros. Perceber e compreender como acontece isso, vai promover a compreensão e a construção de significações dos textos. Esse fenômeno é chamado de modalização e se constitui em um dos objetos do conhecimento presentes na Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Atendendo a essa recomendação a oficina IV aborda a modalização presente no artigo de opinião e como temática traz outra questão bem problemática atualmente que é a disseminação das fake News.

Hoje se está tão rodeado de mentiras que as notícias falsas passaram a ser encaradas como algo normal. E não é raro acreditar que todos, em algum momento, vão mentir. Esse fenômeno está tão arraigado na sociedade que é preciso de novo aprender a valorizar a verdade e essa responsabilidade, como muitas outras, está também a cargo da escola. Assim, na BNCC se encontra previsto um trabalho com *fake news* visando analisar esse fenômeno e o desenvolver estratégias de verificação da veracidade dos fatos veiculados.

Essa oficina tem como objetivos: identificar notícias falsas; entender as estratégias de desmascaramento da mentira se se trata de notícias falsas; refletir sobre os efeitos morais e éticos do uso das *fake news*; reconhecer a responsabilidade que cada um tem na propagação das *fake news*; refletir sobre como as *fakes news* e a desinformação se constituem em uma ameaça à democracia. A organização da oficina segue a mesma estrutura das outras começando com alguns questionamentos para motivar a discussão do tema, depois dessa conversa inicial os alunos fazem uma leitura de uma charge de Cazo, publicada no SEEB BAURU, em 30 de outubro de 2020 com o objetivo de criticar a disseminação de notícias falsas que tem se alastrado pelo Brasil.

Na figura 2 temos a imagem da nova campanha do TSE contra a desinformação, que traz a foto do Biólogo Atila Iamarino, publicada em 01 de setembro de 2020 no site do TSE com o texto verbal “Fake News: uma epidemia perigosa para a democracia”. Uma leitura

possível é que as fake News são uma doença contagiosa que se alastra por muitos lugares como uma epidemia, que podem ser usadas para provocar dúvidas, enganar e distorcer os fatos podendo abalar a solidez da democracia, por isso deve ser combatida por meio da conscientização de que se precisa investigar para não ser um agente transmissor dessa epidemia.

Na seção 2, o foco está no artigo de Evandro Lorens intitulado “Fake News e desinformação: uma ameaça à democracia”, publicado no Correio Braziliense em 09 de abril de 2021. Nesse artigo, o autor discute a questão “As fake news e a desinformação ameaçam a democracia”. Introduce o assunto citando o resultado de uma notícia mentirosa que foi usada para dar a vitória a Gaspar Dutra, na eleição presidencial de 1945. Essa situação se encaixa muito bem na temática que vai ser discutida no artigo. Na sequência o autor fala dos benefícios das comunicações instantâneas globais por meio da internet que se alastrou, porém com a mesma intensidade também as notícias falsas, propaganda enganosa e desinformação, de modo que hoje se enfrenta um “tsunami desinformativo”. Ele descreve os efeitos das redes sociais na vida e na reputação das pessoas.

O autor então, aponta como intenção desse conjunto de notícias falsas a destruição da “confiança na ciência, nas instituições democráticas, no jornalismo profissional e nos freios e contrapesos que viabilizam a democracia”. O autor alerta para a necessidade de um trabalho de luta em conjunto de “governo, parlamentos, tribunais, sociedade organizada, empresas e pessoas para que haja esperança de mudança do cenário”. Apresenta várias ações/medidas/attitudes como o dever fazer obrigatório para se cuidar da democracia e não perder um bem tão precioso que foi tão caro para se conquistar.

O artigo é bem rico de estratégias para a projeção do autor no texto. A saber, o uso da expressão “tsunami desinformativo” entre aspas tem como efeito de sentido destacar uma expressão empregada fora de seu contexto habitual e a escolha da palavra tsunami indica que, para o autor, as *fakes news*, assim como os tsunamis têm um elevado potencial destrutivo com consequências devastadoras para as áreas atingidas, ao longo do artigo ele mostra esses efeitos. O uso dos verbos no indicativo imprime ao texto um valor de certeza e verdade, confirmando que ele está convicto do que defende. Ele também utiliza a construção oracional “É preciso” como forma de enfatizar a obrigatoriedade que recai sobre cada um de lutar pela manutenção da democracia. Essas escolhas deixam bem explícito o ponto de vista do autor.

Na seção 3 o aluno vai escrever um artigo de opinião se posicionando sobre a gravidade das fake News, deve também continuar seguindo as dicas de produção. E na seção 4 fizemos uma sistematização breve sobre modalização no artigo de opinião.

Oficina V: Polifonia nos discursos polêmicos: citações diretas e interdiscurso

Orlandi (1996, p. 24), visando estabelecer uma tipologia de discursos em função de seus modos de funcionamento, elabora categorização. Para isso, leva em conta, a partir de uma perspectiva interacional, “a reversibilidade, a troca de papéis ou de estatuto entre os locutores”); do ponto de vista da oposição entre paráfrase (reiteração do mesmo) e polissemia (multiplicidade de sentidos), a abertura ou o fechamento que o texto propõe, o que ele evoca ou silencia.

Mediante esses dois critérios, temos então os tipos autoritário, polêmico e lúdico. Para Orlandi, o discurso do tipo autoritário se assenta na paráfrase, com a reversibilidade chegando a zero. Nesse sentido, “a polissemia é contida (procura impor-se um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece)” (ORLANDI, 1996, p. 24).

No discurso polêmico, ocorreria, segundo a autora, um maior equilíbrio entre paráfrase e polissemia, havendo espaço para a reversibilidade de papéis, considerando o discurso como lugar de disputa entre os interlocutores. De um modo geral, é o que vemos nos *chats* que se abrem nos portais de notícia e jornais online, nas colunas de opinião, quando há confrontações e o debate se faz polifonicamente, pela retomada do discurso alheio, sua refutação ou confirmação.

Já no discurso lúdico, a reversibilidade seria total, assim como a polissemia é aberta. Exemplos são sites de humor, quando as “verdades” são postas em xeque pela irreverência ou nas charges, com seu caráter subversivo, mesmo quando parecem apenas parafrasear o discurso de outrem.

São essas reflexões que guiam a proposta da oficina VI, que toma como ponto de partida uma polêmica que se estabeleceu em torno de um vídeo gravado por um deputado federal do Rio de Janeiro, no qual o referido sujeito ataca ministros do Supremo Tribunal Federal, ex-presidentes (Lula e Dilma) e desqualifica a Constituição. Em seu favor, houve quem defendesse a “liberdade de expressão”.

O artigo analisado, de Jorge de Palma (2021), se articula, assim, polifonicamente, na medida em que, para sua composição, leva em conta um dizer anterior (dos que defendem o direito irrestrito à liberdade de expressão), recuperado pelo texto, ainda que não por citação direta. Temos, no caso, o interdiscurso num artigo de opinião que exemplifica o gênero como um discurso do tipo polêmico, no qual se confrontam diferentes pontos de vista.

É uma oficina que tem como objetivos: refletir sobre a constituição polêmica do artigo de opinião, observando seu caráter polifônico; identificar as passagens nas quais o discurso de

outrem é retomado e a forma com que se faz; discutir sobre a liberdade de expressão e os limites éticos; refletir sobre o papel da Constituição na regulação do país. Está planejada para acontecer em 4 aulas divididas em quatro momentos.

No primeiro momento, depois das reflexões iniciais, se propõe a leitura de duas charges. A primeira de Luiz Fernando Cazo, publicada no Maringá News em 23 de junho de 2020, faz uma crítica àqueles que são da opinião de que mentiras são apenas liberdade de expressão, denunciando, assim, a confusão que há na cabeça de muitos sobre os limites da liberdade de expressão. Na segunda, se faz uma crítica aos que tentam proibir e até punem quem usa do seu direito de liberdade de pensamento, por outro lado ninguém é totalmente livre para dizer o que quer, existem os limites que precisam ser respeitados.

Na seção 2, os alunos são motivados por meio das questões elencadas a refletirem na ideia defendida pelo autor “A liberdade de expressão não possui caráter absoluto”. De acordo com o autor, a prisão do deputado reacende “a polêmica sobre a possibilidade de imposição de limites à liberdade de expressão”. O autor escolhe escrever em primeira pessoa, denotando o seu engajamento com a temática por ser da área do direito. Constrói sua argumentação mostrando que muitos entendem que não há limite para a liberdade de expressão se sentindo apoiados no que preconiza o artigo 5º em seus incisos IV e V e ele argumenta, raciocinando de forma lógica, que se assim fosse então todas as pessoas poderiam dizer e fazer o que quisessem a toda hora e em qualquer circunstância inclusive, fazendo apologia aos crimes de preconceito e discriminação que nada aconteceria, porém todos sabem que não é assim.

Para defesa de sua tese, o autor traz o discurso da “doutrina e da jurisprudência brasileiras, inclusive o STF, que muito embora assegurem e defendam a liberdade de expressão, reconhecem não se tratar de um direito absoluto, ilimitado e impassível de restrições”. Logo depois ele lembra que a existência de diversos outros direitos faz com que seja necessário existir balizas éticas para a liberdade de expressão.

Mesmo defendendo que há limites para a liberdade de expressão o autor admite que estas restrições possuem caráter excepcional “somente podendo decorrer da lei ou de decisão judicial, devendo estar voltada à proteção da dignidade da pessoa humana e/ou aos bens jurídico-constitucionais individuais e coletivos fundamentais”, caso contrário se constitui em ditadura.

Para o autor a justiça agiu corretamente pois “Comportamentos obtusos como o tresloucado deputado, incitando a agressão de pessoas, louvando textos historicamente tóxicos e antidemocráticos e buscando incitar o confronto para alcançar a eliminação da Suprema Corte, não devem mesmo ser admitidas”. Ele conclui nos chamando a refletir na questão de que

ilimitado deve ser apenas o nosso apreço pela democracia e pelo nosso crescimento como pessoa.

Na seção 3, o aluno vai escrever sobre a seguinte questão: Deve-se impor restrições à liberdade de expressão? Nessa proposta os alunos podem se sentir motivados a buscar informações nos textos de apoio. As dicas trazem dentre os lembretes a necessidade de os alunos buscarem utilizar citações diretas ou indiretas para articular polifonicamente seu artigo, sem desperceber as outras orientações importantes. E na seção 4 se complementa os conhecimentos sistematizando as informações sobre polifonia e interdiscurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve o objetivo de desenvolver a competência para a produção de artigos de opinião bem articulados do ponto de vista formal, argumentativo e da perspectiva crítico socialmente comprometida com a dimensão mais humanitária de sociedade. Para tal foi elaborado um Caderno de Oficinas de Artigo de Opinião para poder contribuir no sentido de promover o desenvolvimento das habilidades necessárias para a construção da competência leitora e argumentativa.

Entendemos que o trabalho com a disciplina de Língua Portuguesa no contexto da escola pública é desafiador, tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos alunos em relação à apropriação da leitura e escrita, apresentam um nível de leitura baixo com compreensão muito limitada necessitando de um trabalho bem fundamentado em uma boa concepção de língua que norteie o fazer pedagógico mais consciente, planejado e comprometido com o desenvolvimento da capacidade crítica e integral do ser humano.

Ao fazer o percurso da pesquisa pudemos resgatar conhecimentos que serão relevantes e subsidiarão uma prática pedagógica mais voltada para o cumprimento do objetivo maior do PROFLETRAS que é contribuir para melhorar a qualidade do ensino no País.

Inicialmente, apresentamos conhecimentos referentes aos gêneros textuais com foco nas contribuições desse saber para o ambiente da sala de aula, tendo em vista, que todas as atividades humanas acontecem por meio da linguagem realizada através de textos, concretizados em um gênero textual. O texto passa, assim, a constituir a base de todo o ensino de Língua Portuguesa não como um pretexto para o estudo de gramática, mas como um evento comunicativo cujos significados são construídos dialogicamente em um processo de interação dos interlocutores e nesse sentido a prática pedagógica se altera em função da mudança que essa nova concepção possibilita - o aluno sai do papel passivo e assume uma função ativa, ele é coprodutor e para tal precisa ter espaço.

Revisamos, especialmente, os conhecimentos relativos ao gênero artigo de opinião por se constituir no objeto de ensino de nossa pesquisa, com ênfase em seu aspecto argumentativo, que amplia as possibilidades de atuação do indivíduo em seu meio. Nesse sentido, foi discutida – teoricamente – a argumentação como inerente à língua, objetivando conscientizar os alunos do valor dos argumentos que conforme Fiorin (2018, p. 22) “é o que realça, o que faz brilhar uma ideia”. Assim, através de um conjunto de oficinas, que possibilita a produção do gênero artigo de opinião, trabalhamos sob a ótica de Perelman e Olbrechts-Tyteca os tipos de argumentos.

As oficinas foram elaboradas com temáticas atuais como trabalho infantil, tecnologia, discurso de ódio, intolerância, *fake news*, algumas dessas constantes na BNCC, que por meio de questões profundas com vistas à reflexão e formação de pontos de vistas bem fundamentados viabilizam um trabalho sistemático.

Estamos conscientes de que os problemas apresentados pelos alunos não serão totalmente sanados com a aplicação de uma oficina, porém pela organização das oficinas acreditamos que algumas dificuldades concernentes à leitura e escrita podem ser superadas.

Embora não tenhamos conseguido executar as oficinas, em virtude da pandemia, percebemos que um trabalho didático organizado de maneira sistemática centrado em um gênero textual, auxilia no aperfeiçoamento de práticas de leitura e produção textual. Outra constatação é que o texto deve ser priorizado no ensino de língua portuguesa para levar o aluno à prática constante de atividades de leitura e produção textual. A construção dos sentidos, as reflexões sobre o funcionamento da língua nas diversas situações de interação verbal, a adequação do texto a cada situação de comunicação, como também ao uso de recursos que a língua oferece para a concretização de suas propostas de sentido são conhecimentos essenciais nas aulas de Língua Portuguesa.

Compreendemos que o processo de construção textual é complexo, assim, fica evidente a necessidade de se trabalhar mais a leitura e a produção de textos em sala de aula, atividades que muitas vezes acabam relegadas a segundo plano. Pretendemos, a partir deste trabalho, desenvolver também atividades de leitura que estimulem a reflexão e a compreensão dos textos e a escrita, utilizando os recursos da língua de modo mais eficiente, além de provocá-los a manifestar suas opiniões de forma coerente e baseadas em fatos, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais críticos, ativos e conscientes.

REFERÊNCIAS

A DESINFORMAÇÃO, um obstáculo no caminho da vacinação? Viva Bem, 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/afp/2020/11/27/a-desinformacao-um-obstaculo-no-caminho-da-vacinacao.htm> Acesso em: 22 jan. 2021.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____.; VOLOCHINOV, Valentin. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARROS, Diana Luz Pessoa de Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 2, p. 1-14, 2019.

_____. **Teoria semiótica do texto**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991 [1966].

_____. Problemas de Linguística Geral II. São Paulo: Pontes Editores, 2006 [1974].

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. São Paulo: EDUSC, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, ARI, 1980.

BÍBLIA. Novo Testamento. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados Cesário Lange, 2015.

BORBA, Cristovão. Taxar livros não é um problema – faz parte da solução. Gazeta do Povo, 15 set. 2020. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/taxar-livros-nao-e-um-problema-faz-parte-da-solucao/> Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2018.

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 04 abr. 2021.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2019.

BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. 7ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

CARVALHO, Renan. **Violência e racismo**. Blog Pensamento Orgânico Vida Feliz, em 28 jun. 2020. Disponível em: http://www.organicas.org/2/2020/06/28/por-que-insistimos-em-nos-discriminar/?gclid=CjwKCAiA14WABhAJEiwATUnEFwULT33-lvrrtRMdz3_NNRcUcPuWjSH_BNiT8t8qKJzPixECKZIIBoCR9YQAvD_BwE Acesso em: 15 jan. 2021.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2002.

DIAS, Tainah Biela. A defesa da família tradicional e a perpetuação dos papéis de gênero naturalizados. **Mandrágora**, v.23. n. 1, p. 49-70, 2017.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Intertextualidade na linguagem publicitária**. Disponível em: <https://alunosonline.uol.com.br/portugues/intertextualidade-na-linguagem-publicitaria.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FALCÃO, Rodrigo Scialfa. **Atletas modelos para a sociedade**. Psicologia no esporte. 10 jun. 2014. Disponível em <http://www.psicologianoesporte.com.br/atletas-modelos-para-os-jovens/> Acesso em: 09 fev. 2021.

FELIPPE, Marcio Sortelo. **Corrupção: aparência e realidade**. Revista Cult. 21 out. 2019. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/corruptao-aparencia-e-realidade/> Acesso em: 08 fev. 2021.

FIORIN, José Luiz. Linguística e pedagogia da leitura. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 107-117, 2004.

_____. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GANEM, Pedro Magalhães. **Quais as demais consequências da redução da menoridade penal?** Jusbrasil. 23 jun. 2015. Disponível em <https://pedromaganem.jusbrasil.com.br/artigos/201272419/quais-as-demais-consequencias-da-reducao-da-menoridade-penal>. Acesso em: 28 jan. 2021

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. V. 35, n. 2, São Paulo. Mar/Abril de 1995, p.58, 62..

GOMES, Regina Souza. Semiótica e ensino: modalização e leitura do texto. In: RAMOS, D. V.; ANDRADE, K. dos S.; PINHO, M. J. de. **Ensino de língua e literatura: reflexões e perspectivas interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

_____. Aspectualização e modalização no jornal: expectativa e acontecimento. In: **Estudos Semióticos**. Disponível

em: http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es_i. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 8, Número 2, São Paulo, Novembro de 2012, p. 11–20.

_____. Uma abordagem semiótica da modalidade na mídia impressa. In: **Estudos linguísticos/Linguistic Studies**. Lisboa, Edições Colibri, nº 5, julho de 2010, p. 195-212. Disponível em online: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5n%20regina%20gomes.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. Gêneros do discurso: uma abordagem semiótica. In **Alfa: Revista de Linguística**, vol. 53(2), São Paulo, UNESP, 2009, p. 575-594. Disponível online: <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/view/2132>. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. A modalização em reportagens jornalísticas. In: **Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível online: <http://www.revistadiadorim.letas.ufrj.br/index.php/revistadiadorim/article/view/149/158>. Acesso em: 30 jun. 2020

_____. Considerações sobre modalização em semiótica. In: **Linguagem em (re)vista**. Vol 6/7. Rio de Janeiro, 2007.

GONÇALVES, Antonio Baptista; BUSNELLO, Priscila de Castro. **Educação como ferramenta de combate à corrupção**. Gazeta do Povo, 17 agos. 2020. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/educacao-como-ferramenta-de-combate-a-corrupcao/> Acesso em: 09 out. 2020.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1976.

JENSEN, Simone Cristina. **Criança não deve trabalhar. Infância é para sonhar**. Jornal das Relações Internacionais, em 07 jun. 2019. Disponível em: <http://jornalri.com.br/2019-2/crianca-nao-deve-trabalhar-infancia-e-para-sonhar> Acesso em: 25 ago. 2020

JUNQUEIRA, Diego. **No Norte, Manaus tem menor verba por habitante no combate à covid**. UOL, Coronavírus, 22 jan. 21. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/reporter-brasil/2021/01/22/no-norte-manaus-tem-menor-verba-federal-por-habitante-no-combate-a-covid.htm> Acesso em: 22 jan. 2021.

KOCH, Ingedore Villaça.; ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2018.

LANDOWSKI, Eric. O olhar comprometido. **Galáxia**, n. 2, p. 17-56, 2001.

LAPORTA, L. **O ser humano como centro da transformação digital**. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-ser-humano-no-centro-da-transformacao-digital/> Acesso em: 11 ago. 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINS, Pedro; DIAS, Bruno C. **Marcha pela vida: em defesa do SUS, da ciência e da democracia**. Abrasco, 11 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/marcha-pela-vida-em-defesa-do-sus-da-ciencia-e-da-democracia/49271/> Acesso em: 22 jun. 2021.

MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS. Resolução No **001/2014, de 23 de abril de 2014**. Estabelece diretrizes para a pesquisa do trabalho final no Mestrado Profissional em Letras - Profletras. Conselho Gestor, Natal, 23 abr. 2014. Disponível em: <http://profletras.ufrn.br/documentos/298954972/2014#.YPYzAehKhPY> Acesso em: 19 jul. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, S. F., GOMES, Romeu. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 21

NOGUEIRA, Everaldo; MARCHETTI, Greta; SCOPACASA, Maria Virgínia. Geração Alpha. **Língua portuguesa: ensino fundamental: anos finais: 7º ano/organizadora**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2018.

_____. **Geração Alpha. Língua Portuguesa: Ensino Fundamental: anos finais: 8º ano/organizadora SM Educação; editora responsável Andressa Munique Paiva.** 2ª ed. São Paulo, Edições SM, 2018.

_____. **Geração Alpha. Língua Portuguesa: Ensino Fundamental: anos finais: 9º ano/organizadora SM Educação; editora responsável Andressa Munique Paiva.** 2 ed. São Paulo, Edições SM, 2018.

OLIVEIRA, Djaci David. Redução da maioria penal: mais segurança ou mais violência? **Jornal da UFG**, ano IX, n. 73, s/p, 2015. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/81318-artigo-reducao-da-maioridade-penal-mais-seguranca-ou-mais-violencia> Acesso em: 05 mai. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Discurso & leitura**. 3 ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, Cortez, 1996.

PALMA, Jorge. **Liberdade: a liberdade de expressão não possui caráter absoluto**. Disponível em: <http://meditandodireito.com.br/index.php/2021/02/17/liberdade/> Acesso em: 19 fev. 2021.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERGUNTADO sobre Flávio, Bolsonaro dá resposta homofóbica a jornalista. **Exame**, 20 dez. 2019. Disponível em <https://exame.com/brasil/perguntado-sobre-flavio-bolsonaro-da-resposta-homofobica-a-jornalista/> Acesso em: 29 jan. 2021

PIAUI, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares da rede pública estadual de ensino fundamental e ensino médio**. Teresina: 2013. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/diretrizes/Curriculares-%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20SEDOC%20PI/1/>. Acesso em: 07 nov. 2019.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução de Marcos Marcionlo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 36.

PREITE SOBRINHO, Wanderley; SABÓIA, Gabriel. **Quem é o deputado Daniel Silveira, preso por ordem de Alexandre Moraes?** Uol notícias, em 17 fev. 2021. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/02/17/quem-e-o-deputado-daniel-silveira-presos-hoje-a-pedido-do-stf.htm> Acesso em: 19 fev. 2021.

PONTES, Jorge. **Nova revolta da vacina expõe bolsonarismo ao ridículo**. Revista Veja, 23 out. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/jorge-pontes/nova-revolta-da-vacina-expoe-o-bolsonarismo-ao-ridiculo/> Acesso em: 22 jan. 2021.

SAKAMOTO, Eduardo. **O que fazer quando é o eleitor que compartilha desinformação de propósito**. Uol. 06 out. 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/10/06/o-que-fazer-quando-e-o-eleitor-que-compartilha-desinformacao-de-proposito.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 26 out. 2020

SAYÃO, Rosely. **No lugar do outro**. Folha de São Paulo, 22 set. 2015. Disponível em: http://www.udemo.org.br/2015/Leituras/Leituras15_0046-15_No%20lugar-do-outro.html Acesso em: 15 jan. 2021.

SILVA, Luiza Helena Oliveira da. Interações, leituras e sentidos em tempos de *fake news*: desafios para a formação de leitores no contexto escolar. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 2, p. 31-45, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/161838/158313>. Acesso em: 30 jun. 2020.

_____; MELO, Márcio Araújo de. Por um retorno ao texto e seus (dis) sabores: pesquisas sobre literatura no ProfLetras. **Revista EntreLetras**, Araguaína, v. 9, n. 2, p. 86-102, 2018.

_____. **Investigação sobre práticas docentes nas pesquisas do Profletras**. Conferência na UNEB, 24 out. 2019. Mimeo, 2019.

_____ et al.,;. Fontes de saberes no trabalho com gêneros na escola. In: SILVA, W. R.; MOREIRA, T. M. (Orgs.). **Gêneros na prática pedagógica: diálogos entre escolas e universidades**. São Paulo: Pontes, 2016, p. 95-128.

TASSE, Adel El. **O perigo da intolerância**. Gazeta do Povo, 24 jan. 2011. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-perigo-da-intolerancia-die2r414qagswksb55t0lou32/>. Acesso em: 09 out. 2020

TEIXEIRA, Jerônimo. **Machado de Assis é, sim, obrigatório**. Revista Época, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://epoca.globo.com/jeronimo-teixeira/coluna-machado-de-assis-sim-obrigatorio-24859116> Acesso em: 19 fev. 2021.

TEIXEIRA, Luciana; FARIA, Karla; SOUSA, Silvia Maria de. Textos multimodais na aula de português: metodologia de leitura. **Desenredo**, Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Passo Fundo, v. 10, n. 2, p. 314-336, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRASKINI, Eder. **Marinho pede pé no chão após vitória do Santos e diz que já joga em seleção**. Uol Notícias, 24 nov. 2020. Disponível em <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2020/11/24/marinho-pede-pe-no-chao-apos-vitoria-do-santos-e-diz-que-ja-joga-em-selecao.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 03 fev. 2021.

UCHÔA, Marcelo. A prisão de Daniel Silveira e a trama do general Vilas Bôas. **Brasil de Fato**, em 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/18/artigo-a-prisao-do-deputado-daniel-silveira-e-a-trama-do-general-villas-boas> Acesso em: 19 fev. 2021.

VIEIRA, Antonio. **Obras completas do padre Antônio Vieira**: sermões. Porto: Lello e Irmão, 1993.

APÊNDICE

CADERNO DE OFICINAS DE ARTIGOS DE OPINIÃO



Prezado(a) estudante,

Em uma sociedade letrada, ler e escrever são requisitos e passaportes para o pleno exercício da cidadania e para o desenvolvimento da capacidade de análise e de crítica diante de cenários pulverizados de informações que chegam instantânea e insistentemente. Verbo e imagem múltiplos se configuram em grande oferta de signos e suas variadas significações.

Frente aos desafios de ler e escrever impostos pelas práticas sociais, elaboramos uma sequência de atividades, denominadas aqui de oficinas, que visam a colaborar para a produção de saberes sobre um dos gêneros de nosso tempo: o artigo de opinião.

Você é convidado(a) a seguir conosco, num grande diálogo traduzido em trocas com a professora e seus colegas de classe.

Quando parece haver tanta intolerância e se mostra ameaçada a capacidade de reflexão, bombardeados que somos todos por discursos de ódio, preconceito e enormidade de fake news, nosso desafio é a reflexão, o diálogo, o respeito ao ponto de vista do outro, o amadurecimento da nossa compreensão sobre temáticas relevantes e complexas de nosso tempo, a apreensão de saberes que possibilitem melhor expressar de nosso ponto de vista.

Você é, então, convidado(a) a um grande diálogo, permeado de textos de diferentes autores e assuntos, para também mostrar-se como autor(a) na grande Babel de nosso mundo.

Professora Da Luz



OFICINA I – CONHECENDO O ARTIGO DE OPINIÃO



FONTE: : [HTTPS://WWW.DIARIDEPERNAMBUCO.COM.BR/NOTICIA/VIVER/2016/07/DISCURSO-DE-ODIO-GANHA-FORCA-E-ALCANCE-NO-AMBIENTE-DIGITAL.HTML](https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2016/07/discurso-de-odio-ganha-forca-e-alcance-no-ambiente-digital.html) ACESSO EM 22 MAIO 2021

TRABALHO INFANTIL

Prezado(a) estudante,

Você acha que criança deve trabalhar?

Você é uma das crianças/adolescentes que precisa trabalhar?

Por que, no Brasil, crianças e adolescentes são levados a trabalhar e, em muitos casos, por conta disso, deixam a escola?

Que problemas são decorrentes dessa atividade precoce?

Crianças e adolescentes que trabalham são bem remunerados? Correm riscos? Que riscos?

O que você pensa a esse respeito? Acha que isso é um problema relevante?

SEÇÃO 1: ALÉM DAS PALAVRAS

Que sentidos você atribui para as imagens a seguir (respectivamente fotografia e charge)?

Figura 1



Fonte: <https://www.geledes.org.br/pesquisadora-se-trabalho-infantil-fosse-bom-seria-privilegio-de-ricos/> Acesso em: 05 mai. 2021.

Figura 2



Fonte: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/06/12/trabalho-infantil-de-criancas-entre-5-a-9-anos-aumenta-no-brasil/> Acesso em: 05 mai. 2021.

Depois dessa nossa troca de pontos de vista, vamos ver o que escreveu Simone Cristina Jensen a respeito e o modo como foi construindo a sua argumentação, a fim de que sua opinião fosse considerada consistente.

TEXTO 1

CRIANÇA NÃO DEVE TRABALHAR. INFÂNCIA É PARA SONHAR

Simone Cristina Jensen

Em 2002 o Relatório Global sobre o trabalho infantil, apontou dados e percentuais alarmantes, sobre esta prática no mundo. Diante disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 12 de junho de 2002, instituiu esta data como o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

Desde então, a OIT solicita a sociedade civil, empregadores, trabalhadores e governos do mundo a se mobilizarem contra esta prática para combatê-la e erradicá-la. Todos os anos, as

mobilizações próximas ao dia 12 de junho, tentam chamar a atenção do mundo com relatórios e campanhas informativas de que, apesar dos esforços, o trabalho infantil e adolescente ainda é uma realidade para milhões de pessoas no mundo.

No Brasil o dia 12 de junho foi instituído pela Lei n. 11.542/2007, e este ano o tema da campanha é “criança não deve trabalhar, infância é para sonhar”.

Mas, apesar das massivas campanhas e tentativas de combate, pode-se

dizer que há certa relutância de parcela da sociedade em reconhecer a existência do trabalho infantil, e do quão prejudicial esta situação é para quem a vive.

Ainda prevalece o senso comum de que “trabalhar é melhor do que roubar”. As justificativas e as divagações apresentadas são as mais diversas. Oscilam das questões de classe social à cultura da naturalização da exploração infantil e que o trabalho “enobrece o homem”. Com essas máximas internaliza-se e justifica-se como sendo uma situação perfeitamente natural ver uma criança vendendo balas no semáforo ou carregando isopores de bebidas na praia. As pessoas naturalizam o trabalho infantil acreditando que trabalhar é a única solução para as crianças nascidas na pobreza.

Mas, nenhuma das justificativas ou internalizações apresentadas e aceitas pelo senso comum levam em consideração os danos desta prática e os motivos para que ela ainda exista. É preciso reconsiderar, que o trabalho infantil não é uma ferramenta de proteção para estas crianças. O trabalho infantil não é a solução para nenhuma criança que se vê privada da sua infância. É uma prática que implica em inúmeros problemas.

É preciso considerar que o trabalho infantil, seja na sua forma mais cruel ou na forma mais amena, caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos, pois as priva de terem uma infância normal, não só impedindo-as de frequentar a escola normalmente, mas também de se desenvolverem de maneira saudável.

Já restou comprovado que crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil não conseguem desenvolver plenamente suas potencialidades como seres humanos. Os dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificações (SINAN), revelaram que, no Brasil, entre os

anos de 2007 a 2018 foram registrados quase 44 mil acidentes de trabalho com crianças e adolescentes, evidenciando o lógico: qual seja, crianças e adolescentes se acidentam muito mais do que adultos em atividades laborais porque tem menos percepção de perigo.

Fraturas, amputações, ferimentos causados por máquinas e objetos cortantes, queimaduras, lesões e deformidades na coluna, cansaço extremo, distúrbio do sono, irritabilidade são, dentre as consequências físicas, as mais frequentes dos acidentes de trabalho entre crianças e adolescentes. Dentre as consequências psicológicas, destacam-se, a fobia social, isolamento, depressão, baixa autoestima, perda da afetividade até os gravíssimos casos de adoecimento decorrente de abusos físicos e emocionais. No aspecto educacional, o baixo rendimento escolar, está quase sempre vinculado aos problemas acima e implicam na distorção idade-série com o abandono da escola e a não conclusão da formação educacional básica.

Trata-se de um ciclo vicioso, que limita as oportunidades de seres humanos, que foram submetidos a uma vida de perdas constantes desde a infância.

Somado a isso, as crianças vítimas do trabalho infantil acabam expostas a vários tipos de violência, entre elas os abusos e o aliciamento para o tráfico e a exploração sexual, consideradas como sendo as duas das piores formas de trabalho infantil de acordo com a OIT.

“ Os abusos e violências eram/são tantos que a Organização Internacional do Trabalho, em 10 de junho de 1999, em sua 87ª Reunião adotou a Convenção n. 182, ratificada pelo Brasil, em 2000, para regulamentar as piores formas de trabalho infantil.

O artigo 3º da Convenção considerou, dentre as piores formas de trabalho infantil, a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas; c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são

suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

Pelos termos da Convenção de 1999 a eliminação do trabalho infantil pugnou pela ação imediata e global ante a gravidade dos fatos, e previu, dentre as soluções, possibilitar as estas crianças e adolescentes, “educação fundamental gratuita e a integração social como medidas fundamentais para eliminar o trabalho infantil”.

No Brasil há várias leis de proteção contra a exploração e trabalho infantil, mas nenhuma lei ou política pública relacionada a este tema será efetiva se não houver, da nossa parte a conscientização de que o trabalho infantil não é uma situação natural nem justificável, e que é preciso haver políticas públicas que efetivem a igualdade material entre as pessoas.

Fonte: <http://jornalri.com.br/2019-2/crianca-nao-deve-trabalhar-infancia-e-para-sonhar> Acesso em: 05 mai. 2021.

SEÇÃO 2: LENDO E COMPARTILHANDO LEITURAS

“Mas, apesar das massivas campanhas e tentativas de combate, pode-se dizer que há certa relutância de parcela da sociedade em reconhecer a existência do trabalho infantil, e do quanto prejudicial esta situação é para quem a vive”.

1) Qual a sua opinião sobre a leitura desse artigo? Do que ele trata e que posição a autora defende a respeito disso?

2) A opinião da autora já se encontra explícita no título?

3) Como já sugere o gênero em questão – artigo de opinião – há a clara defesa de um ponto de vista, para isso exigindo de quem o produz que desenvolva boas estratégias argumentativas. Argumentar é fazer um exercício para convencer o leitor ou ouvinte de que nossa posição sobre algum problema da realidade é séria, é relevante, deve ser considerada. O que pode ter influenciado Simone Jensen a escolher esse tema para escrever seu artigo?

4) Releia o trecho a seguir.

a) Que prejuízos causa o trabalho infantil?

- b) Quais são os graves exemplos que ela traz para falar da seriedade do problema no nosso contexto?

5 Argumentos são provas, motivos ou justificativas usadas para defender determinado ponto de vista. De acordo com o texto, que argumentos as pessoas usam para justificar a existência do trabalho infantil e não enxergá-lo como um dos grandes problemas em nosso país?

6 Ao trazer argumento contrário ao que defende, o artigo de Simone Cristina Jensen se estabelece por meio do que se denomina como contra-argumentação, ou seja, a autora traz uma fala diferente da sua e explica as razões por que essa posição não se sustenta. É uma das principais estratégias argumentativas. Após ler o texto, você concorda com Jensen? Tem opinião contrária? Comente.

7 Releia o trecho abaixo, para responder às questões organizadas na sequência:

Ainda prevalece o senso comum de que “trabalhar é melhor do que roubar”. As justificativas e as divagações apresentadas são as mais diversas. Oscilam das questões de classe social à cultura da naturalização da exploração infantil e que o trabalho “enobrece o homem”. Com essas máximas internaliza-se e justifica-se como sendo uma situação perfeitamente natural ver uma criança vendendo balas no semáforo ou carregando isopores de bebidas na praia. As pessoas naturalizam o trabalho infantil acreditando que trabalhar é a única solução para as crianças nascidas na pobreza.

- a) Com qual objetivo a autora utilizou as aspas?
- b) Você já tinha ouvido a palavra “máxima” antes? Que expressões Jensen indica que seriam máximas?
- c) Utilizando suas próprias palavras, explique o significado de máxima.
- d) Você saberia dar exemplo de outras máximas que funcionariam como recurso argumentativo?

8 Conforme comentamos inicialmente, a proposta de um artigo de opinião é convencer, o que significa fazer com que o ouvinte/leitor mude sua compreensão e seu ponto de vista sobre alguma coisa. Você modificou sua compreensão sobre o tema? Você concorda ou discorda da autora? Comente.

<p>Vamos juntos tentar definir o que é o artigo de opinião? O que é necessário para um bom artigo?</p>

SEÇÃO 3: ASSUMINDO O PAPEL DE AUTOR

Propomos que você retome a temática do artigo de Simone Cristina Jensen e desenvolva um artigo de opinião. Para fundamentar seus argumentos, sugerimos que mobilize dados trazidos pelos textos a seguir:

I

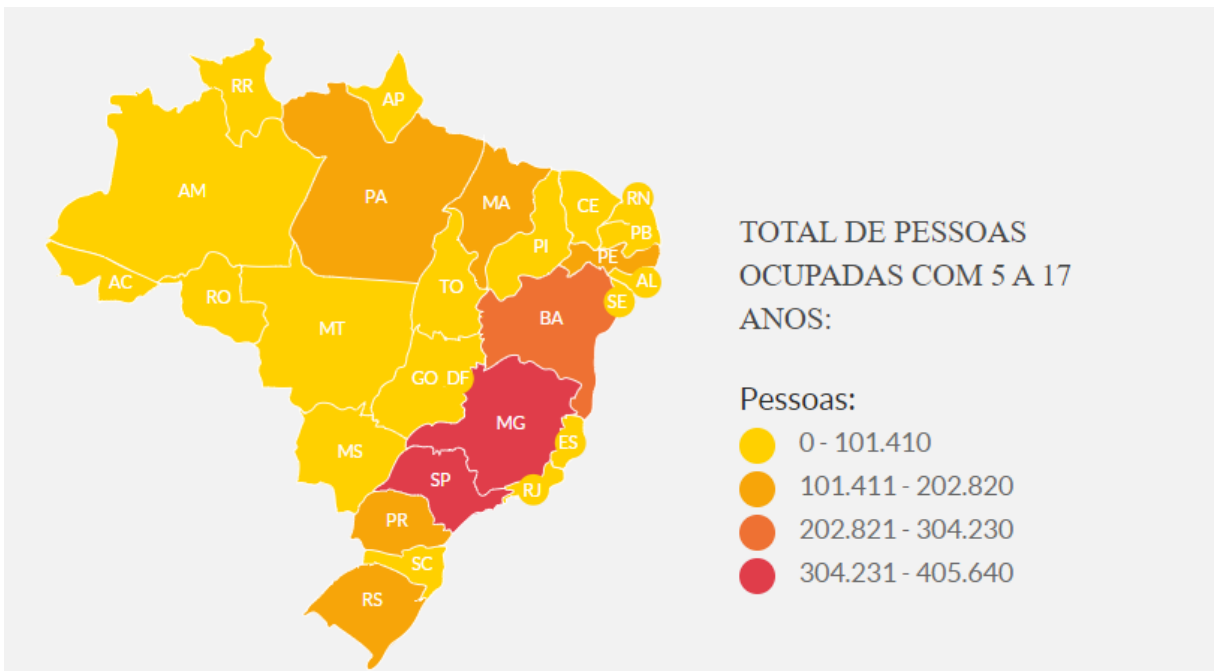
Em 2019, havia 706 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade ocupadas nas piores formas de trabalho infantil. Em 2016, esse contingente era de 933 mil. Percentualmente, 45,9% das crianças que trabalhavam estavam ocupadas em atividades perigosas em 2019. Em 2016, esse percentual era de 51,2%. Qualquer forma de trabalho é proibida no país para quem tem até 13 anos.

De acordo com a **Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil**, a operação de tratores e máquinas agrícolas, o beneficiamento do fumo, do sisal e da cana-de-açúcar, a extração e corte de madeira, o trabalho em pedreiras, a produção de carvão vegetal, a construção civil, a coleta, seleção e beneficiamento de lixo, o comércio ambulante, o trabalho doméstico e o transporte de cargas são algumas das atividades elencadas.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil> Acesso em: 05 mai. 2021.

II

MAPA DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL



Fonte: <https://livredetrabalhoinfantil.org.br/conteudos-formativos/mapa-do-trabalho-infantil/> Acesso em: 05 mai. 2021

III

CHARGE DE CAZO



Disponível em: <https://www.facebook.com/diariopopularRS/photos/a.238490609512248/2666890083338943/> Acesso em: 05 mai. 2021.

Bolsonaro volta a defender trabalho infantil: "Deixa a molecada trabalhar"

Acompanhado por youtuber mirim, presidente reforçou relato da garota, que diz ter começado como "repórter" aos 6 anos

Ao lado de uma criança de 10 anos, a youtuber mirim Esther, o presidente Jair Bolsonaro voltou a defender o trabalho infantil, proibido por lei, durante a live semanal realizada nesta quinta-feira (10).

Fonte: <https://economia.ig.com.br/2020-09-11/bolsonaro-volta-a-defender-trabalho-infantil-deixa-a-molecada-trabalhar.html> Acesso em: 05 mai. 2021.

DICAS IMPORTANTES:

Escolha um título bem chamativo e sedutor: poucas palavras, mas grande impacto.

Pense estrategicamente na introdução. Como pretende começar seu texto, de modo a deixar já explícita sua opinião sobre o tema?

Uma opção é colocar cada argumento num parágrafo, lembrando que deve ser constituído por mais de uma frase.

Revise a pontuação, o uso de maiúsculas, a concordância, a ortografia.

Você tem sugestões para resolução do problema? Podem ser organizadas na conclusão.

Defenda bem seu ponto de vista.

SEÇÃO 4: SISTEMATIZANDO O CONHECIMENTO SOBRE O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião é um gênero discursivo que está no grupo dos gêneros da ordem do argumentar, pois o enunciador vai apresentar sua posição sobre um assunto polêmico. Como visa defender um ponto de vista, busca apoio nos argumentos. Esses argumentos são as provas que vão convencer o leitor da validade da tese defendida, por isso devem ser consistentes e bem elaborados.

O contra-argumento é aquele organizado para se opor aos argumentos apresentados. Ao se escrever um artigo pode-se antecipar esse tipo de argumento e já se preparar para invalidá-lo.

Características do artigo de opinião apresentadas no caderno Ponto de Visto.

- Costumam circular em veículos jornalísticos e de grande penetração popular: sites de notícias, jornais e revistas online ou impressos;
- Geralmente são escritos por especialistas num determinado assunto, pessoas publicamente reconhecidas por suas posições ou autoridade;
- Abordam assuntos e/ ou acontecimentos polêmicos atuais, recentemente noticiados e de interesse público;
- Dirigem-se a um(a) leitor(a) considerado pelo jornal como alguém interessado e envolvido potencialmente no debate na qualidade de cidadão(ã);
- Tem como finalidade defender uma opinião ou tese, a qual é sustentada com base em argumentos coerentes;
- São escritos em linguagem padrão, em 1ª pessoa (linguagem subjetiva) ou em 3ª pessoa (linguagem objetiva)
- Utilizam, predominantemente, o tempo presente.

Fonte: https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/etapa/artigos-de-opiniao-onde-circulam-quem-escreve-para-que-leitores-com-que-objetivo/index.html. Acesso em: 05 mai. 2021

OFICINA II – DE OLHO NA TECNOLOGIA



FONTE: [HTTPS://WWW.PARAENTENDER.COM.BR/DEP-TEC/](https://www.paraentender.com.br/dep-tec/) ACESSO EM 21 MAI. 2021

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Conversando sobre o tema

O que você acha da tecnologia? Ela traz mais benefícios ou prejuízos?

Você acredita que a tecnologia tem algum efeito viciador?

A tecnologia pode afetar o relacionamento das pessoas? Você conhece algum caso?

Acha que deve ser feita alguma coisa para conscientizar as pessoas sobre o uso da tecnologia?

A educação tem algum papel nesse processo de conscientização? O que ela deve fazer, então?

Você se considera um bom usuário da tecnologia?

Você considera esse assunto relevante?

SEÇÃO 1: ALÉM DAS PALAVRAS

Faça uma leitura das imagens a seguir (respectivamente charge e fotografia).

Figura 1



Fonte: <http://flamir.blogspot.com/p/charges.html> Acesso em: 06 mai. 2021.

Figura 2



Fonte: <https://www.bocamaldita.com/projeto-cria-campanha-para-prevenir-a-dependencia-tecnologica-no-parana/> Acesso em: 07 mai. 2021.

Depois desse diálogo, vamos ver o que Eduardo Muniz escreveu a respeito dessa temática, como ele se posiciona e a quais estratégias argumentativas ele recorreu para sustentar sua opinião

TEXTO 2

DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA, O MAIOR MAL DESTA GERAÇÃO

Há um número crescente de pesquisas mostrando as consequências de as novas gerações terem crescido inconscientemente dependentes da tecnologia

Num cibercafé em Xangai, Hsin Lo ouviu um gemido na estação ao lado e vê um jovem estirado no chão, cuspidando sangue. Assustado, chama a ambulância. Mas Wu Tai, 24 anos, que estivera jogando por 19 horas sem comer, beber ou usar o banheiro, não resistiu e faleceu ali mesmo. Depois disso, surgiram relatos de mortes semelhantes em outras partes do mundo.

O comportamento humano é alterado pela disponibilidade da tecnologia ou o ser

humano se comporta como tal independentemente dela? E ainda: será que se desenvolve o vício por causa de internet, celular ou redes sociais? Talvez não haja uma única resposta, mas a conexão móvel, o acesso fácil à internet e a dinâmica das mídias sociais propiciam o desenvolvimento de comportamentos verdadeiramente adictos.

Estabelecer limites é o ponto crucial na luta contra qualquer dependência.

Psicólogos, psiquiatras e grupos de autoajuda alertam: evite o primeiro gole, garfada, aposta. Mas, diferentemente de outros comportamentos abusivos (comer ou beber demais, por exemplo), é difícil definir o que é exagero em tecnologia. Como saber se passamos do limite?

É uma utopia pensar que podemos abrir mão do celular por completo. A Motorola entendeu este dilema e aproveitou um estudo de Nancy Etcoff, da Universidade Harvard, para desenvolver um teste para avaliar o nível de dependência. Chamado “Phone-Life Balance” (Equilíbrio Celular-Vida), o teste lançado em 2018 abre de forma muito clara: “Você controla seu celular ou o celular controla você”. Através de algumas perguntas sobre o uso do celular, você começa a perceber que muitos hábitos são dependência psicológica do aparelho: 53% dos entrevistados da Geração Z disseram que o smartphone era seu melhor amigo. Como se chegou a isso?

Analisando as redes sociais, percebemos alguns mecanismos mentais que são ativados e que desenvolvem aquela necessidade do “só mais um pouquinho”. No livro *Irresistible*, Adam Alter destaca que as mídias sociais oferecerem algo poderoso que gera uma sensação de bem-estar: o “feedback instantâneo”. Curtidas, compartilhamentos e comentários são inúmeras formas de satisfazer o ego. Quando se fala de dependência tecnológica, todos estes fatores estão presentes.

As redes sociais deram visibilidade ao invisível. Pela primeira vez, celebridades e cidadãos comuns competem por atenção e “carinho” em condições iguais. Vimos surgir muitos “joões-ninguém” que, por meio de seus canais, se tornaram conhecidos, poderosos e ricos. O curioso é que, para um grande público, eles ainda são anônimos, mas para outros são estrelas. Minha filha me perguntou quem era Silvio Santos. E fez um escândalo quando encontrou uma blogueira no aeroporto – nem lembro o nome, mas sei que tem 1 milhão de seguidoras.

Aliás, palavra curiosa esta que utilizamos para definir a popularidade nas

mídias sociais. “Seguidores”, no meu vocabulário, são os de seitas e outras atividades obscuras. Crianças e adultos “seguem” seus “ídolos” quase cegamente. Poucos percebem a qualidade dos conteúdos, cada vez mais superficiais. Assim, são facilmente manipuláveis tanto por pessoas como por algoritmos.

A superexposição aumenta a sensação de que estamos sendo julgados o tempo todo. O mecanismo mental de se alimentar de likes leva ao ponto de darmos atenção demais à fala do outro. O adulto pode filtrar comentários e não se deixar afetar tanto. Mas, para os adolescentes, em formação física, mental e moral, isso é uma covardia.

Do outro lado da tecnologia estão profissionais treinados em técnicas de como desenvolver jogos viciantes, como fazer com que a audiência se torne mais engajada – outra palavra curiosa e oportunamente usada em vez de “viciada”. Não é a toa que o termo “gamificação” se tornou um mantra entre profissionais de marketing que buscavam atrair cada vez mais clientes “engajados”. Em seu livro *Hooked* (“enganchado” ou “fisgado”, mas que também quer dizer “viciado”), Nir Eyal, professor de Psicologia Comportamental da Universidade de Stanford, egresso do mundo de desenvolvimento de games, explica na “Matriz da Manipulação” como mexer na cabeça das pessoas para alcançar sucesso com um produto. Ele até reconhece que pode causar adicção, mas alega que menos de 2% desenvolvem uma “dependência negativa” (como se houvesse dependência positiva...).

Reparem na covardia desta relação: de um lado, jovens em formação, com dificuldades normais da adolescência; do outro, PhDs, especialistas, algoritmos e inteligência artificial trabalhando para encontrar o que seduz, o que move, o que “engaja”. Quem você acha que ganha esta batalha?

Não estamos exagerando. Sempre tivemos ondas de novas tecnologias sendo incorporadas à sociedade, mas desta vez é diferente. O impacto será profundo e nefasto. Há um número crescente de pesquisas

mostrando as consequências de as novas gerações terem crescido inconscientemente dependentes da tecnologia. Novas doenças – transtornos psicológicos – já estão catalogadas, como o “Fear of Missing Out” (“Fomo”, “medo de ficar para trás”), uma ansiedade exacerbada pela fobia de perder alguma coisa na internet. Já está provado que o uso contínuo de smartphones, mídias sociais e jogos on-line compromete o sono, reduz a memória, piora notas escolares, gera ansiedade e depressão e, cada vez com mais frequência, mortes.

A internet passa uma sensação dúbia. Podemos rapidamente editar e apagar fotos que não nos agradam; se errarmos, temos o poder de corrigir. Em contrapartida, o que foi para a nuvem é para sempre, então ficamos impotentes. Casos de cyberbullying, fotos vazadas, desafios como o Baleia Azul levam jovens a terminar precocemente suas vidas. A geração que vive na sensação de que “tudo pode”, com baixíssima resistência a frustrações, tem dificuldade de discernir o real

do virtual – quando as coisas dão errado, é só reiniciar a “fase”.

Será que toda uma geração se tornará viciada em tecnologia na forma de smartphones, jogos on-line ou redes sociais? Muito em breve será imperativo um debate sobre o papel e a responsabilidade dos desenvolvedores dessas ferramentas tecnológicas. Não será fácil, daqui a alguns anos, para os milhares de jovens cujos comportamentos foram alterados imperceptivelmente, sem terem a estrutura emocional necessária, lidar com a realidade. A procura por termos como “detox digital” e “dependência tecnológica” cresceu 65% nos últimos quatro anos, segundo o Google Trends. Talvez haja uma luz no fim do túnel, mas, como se diz, o primeiro passo para a recuperação do adicto é ele admitir que tem o problema. Chegou a hora de examiná-lo com a atenção que o tema exige, porque as consequências serão para sempre.

Eduardo Muniz é CEO da consultoria e agência digital Simplie e professor de Comportamento do Consumidor Digital, E-commerce e Marketing Digital na pós-graduação da ESPM, FGV e FIA-USP."

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/dependencia-tecnologica-o-maior-mal-desta-geracao-2r72udomja0wksq5teq16oiq4/> Acesso em: 16 fev. 2021.

SEÇÃO 2: LENDO E COMPARTILHANDO LEITURAS

1 O artigo de opinião é construído em torno de uma questão polêmica que é um recorte feito sobre um aspecto do assunto. Diversos recortes do mesmo assunto podem ser feitos, gerando assim polêmicas diferentes. Uma questão polêmica gera confronto entre diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema. Se formulada como pergunta vai gerar uma resposta sim ou não. Qual a questão polêmica debatida no texto? Qual a tese ou ponto de vista do autor sobre essa questão?

2 Outro aspecto importante do artigo de opinião e que faz parte de sua estrutura é o título. Um bom título geralmente adianta a questão polêmica sobre a qual o texto se debruça. Analisando o título do artigo você diria que ele adianta a questão polêmica do texto e explicita o ponto de vista do autor?

3 O artigo de opinião, geralmente, é escrito por especialistas em diversos campos do conhecimento. Esses autores são chamados de articulistas. De acordo com essa informação o articulista do artigo lido pode ser considerado um especialista no tema tratado? Além do nome há mais informações sobre ele(a)?

4 O artigo de opinião tem como finalidade expressar um ponto de vista sobre um tema relevante e atual e levar o leitor a concordar com essa opinião. Para atingir esse objetivo o autor faz uso de estratégias argumentativas traduzidas nos argumentos. Analisemos a seguir as estratégias argumentativas selecionadas pelo autor para fundamentar seu ponto de vista.

a) Releia o trecho:

É uma utopia pensar que podemos abrir mão do celular por completo. A Motorola entendeu este dilema e aproveitou um estudo de Nancy Etkoff, da Universidade Harvard, para desenvolver um teste para avaliar o nível de dependência. Chamado “Phone-Life Balance” (Equilíbrio Celular-Vida), o teste lançado em 2018 abre de forma muito clara: “Você controla seu celular ou o celular controla você”. Através de algumas perguntas sobre o uso do celular, você começa a perceber que muitos hábitos são dependência psicológica do aparelho: 53% dos entrevistados da Geração Z disseram que o smartphone era seu melhor amigo. Como se chegou a isso?

Que informação os dados da pesquisa trouxeram? Essa informação contribuiu para sustentar a tese defendida pelo autor do texto?

b) Releia o trecho a seguir e responda:

Não estamos exagerando. Sempre tivemos ondas de novas tecnologias sendo incorporadas à sociedade, mas desta vez é diferente. O impacto será profundo e nefasto. Há um número crescente de pesquisas mostrando as consequências de as novas gerações terem crescido inconscientemente dependentes da tecnologia. Novas doenças – transtornos psicológicos – já estão catalogadas, como o “Fear of Missing Out” (“Fomo”, “medo de ficar para trás”), uma ansiedade exacerbada pela fobia de perder alguma coisa na internet. Já está provado que o uso contínuo de smartphones, mídias sociais e jogos on-line compromete o sono, reduz a memória, piora notas escolares, gera ansiedade e depressão e, cada vez com mais frequência, mortes.

Quais as consequências de as novas gerações terem crescido inconscientemente dependentes da tecnologia? Ao citar essas consequências você acha que o autor consegue levar o leitor a mudar de opinião, se esse tivesse opinião diferente da dele?

5 Releia o trecho abaixo para responder às questões a seguir.

Reparem na covardia desta relação: de um lado, jovens em formação, com dificuldades normais da adolescência; do outro, PhDs, especialistas, algoritmos e inteligência artificial trabalhando para encontrar o que seduz, o que move, o que “engaja”. Quem você acha que ganha esta batalha?

- a) Por que essa relação é covarde?
- b) Você concorda com essa opinião do articulista? Por que responde assim?
- c) A pergunta no final do parágrafo tem qual efeito de sentido?

6 Ao longo do artigo o autor vai apresentando as consequências do uso da tecnologia sem limites, ou seja, faz uso da estratégia argumentativa de causa e consequência, você acha que o uso dessa estratégia foi o mais adequado considerando a questão tratada no artigo?

SEÇÃO 3: ASSUMINDO O PAPEL DE AUTOR

Nossa proposta é que, a partir da temática abordada no artigo de Eduardo Muniz, você escreva um artigo concordando ou discordando da tese defendida pelo autor. Segue alguns textos que podem ser utilizados como fonte de informações.

I



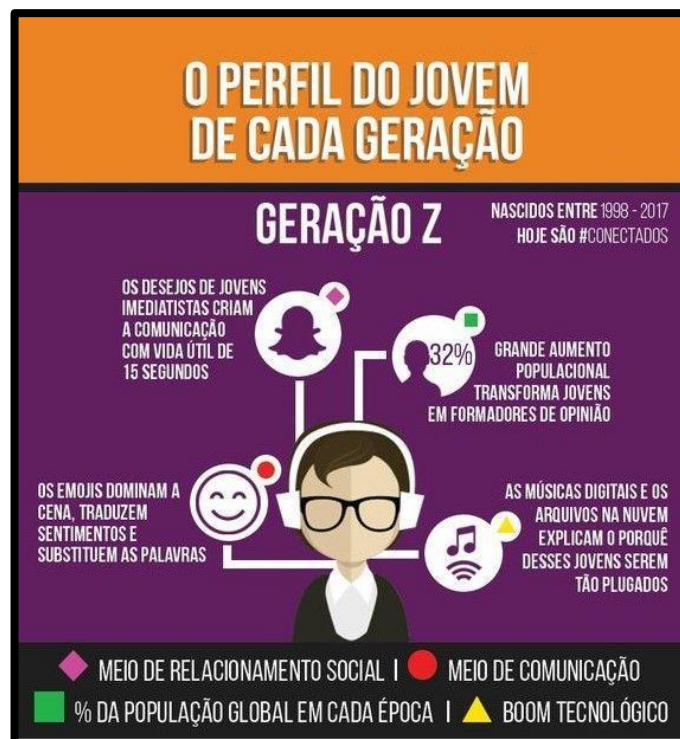
Fonte: <https://araguainoticias.com.br/noticia/campanha-nacional-alerta-sobre-riscos-da-exposicao-de-criancas-na-internet/24030> Acesso em: 06 mai. 2021.

II



Fonte: http://ig-wp-colunistas.s3.amazonaws.com/obutecodanet/wp-content/uploads/2016/01/04193640/technology_30.jpg Acesso em: 07 mai. 2021.

III



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/771100767424242714/> Acesso em: 07 mai. 2021.

IV

'Viciados' em tecnologia usam app, game e celular como se fosse droga

Para especialistas, dependência dá o mesmo prazer que álcool e drogas. Vício em tecnologia é 'primo' de transtornos como cleptomania e piromania.

Um estudo da Flurry, consultoria do Yahoo, apontou que há 280 milhões de “viciados” em aplicativos para celular no mundo, mas não tem base médica. No entanto, muitos brasileiros, 10% do total de internautas segundo especialistas do Hospital das Clínicas (SP), já foram diagnosticados com um vício real: é a dependência de tecnologia, que faz suas vítimas passarem até 12 horas conectadas e, quando estão off-line, tremerem, suarem, terem taquicardia e, em casos extremos, chegarem até a tentar suicídio. O **G1** conversou com alguns deles e especialistas na área.

“Eu fui tendo vários ataques de pânico em diversos momentos: dormindo, dirigindo, pilotando moto e até mergulhando, cara”, diz o despachante M.A*, de 42 anos, que passou dez anos se tratando esporadicamente com ansiolíticos (drogas para avaliar a tensão) até descobrir, em dezembro do ano passado, que um dos gatilhos para os ataques era a ansiedade por não estar conectado. “Eu vi que um dos grandes vetores da minha ansiedade era a tecnologia.”

Ele teve contato com a tecnologia aos 16 anos, na década de 80. A partir daí, novidades já aposentadas, como o Orkut, e outras em atividade, como o Instagram, entravam em sua vida assim que lançadas e logo se tornavam um vício.

“As pessoas confundem dependência com tempo de conexão. Não é o tempo que você passa conectado, mas o nível de perda de controle sobre a tecnologia que define um dependente”, explica Eduardo Guedes, pesquisador e diretor do Instituto Delete, organização que trata dependentes em tecnologia e é da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No estudo da Flurry, por exemplo, “viciado” é aquele que abre um aplicativo mais de 60 vezes por dia.

Fonte: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/07/viciados-em-tecnologia-usam-app-game-e-celular-como-se-fosse-droga.html> Acesso em: 07 mai. 2021

SEÇÃO 4: SISTEMATIZANDO O CONHECIMENTO SOBRE ARGUMENTAÇÃO E ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

A argumentação é uma atividade discursiva desenvolvida com o objetivo de levar o leitor a acolher as ideias do autor. A sociedade formada de grupos sociais cujos interesses divergem cria o espaço adequado para que a argumentação se desenvolva. Ao usar a palavra para resolver conflitos o homem evolui intelectualmente.

Fazer com que as suas ideias sejam acolhidas pelo outro requer uma boa estratégia de organização do discurso, assim o autor escolhe as estratégias que melhor cumprem esse objetivo. Uma das estratégias são os diferentes argumentos, dentre eles vamos citar:

Argumento de autoridade - utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese.

Argumento por definição – indica a forma como uma palavra está sendo utilizada no texto ou o sentido conferido a uma palavra em certo meio, num certo momento.

Argumento de comparação – consiste na investigação de vários objetos para avalia-los um em relação ao outro.

Argumento de causa - relacionam dois acontecimentos sucessivos investigando o vínculo causal entre eles, buscando descobrir a existência de uma causa para determinado acontecimento e tendendo a evidenciar o efeito resultante de um acontecimento.

Argumento pragmático (consequência) - é aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis.

DICAS IMPORTANTES:

Escolha um título bem chamativo e sedutor: poucas palavras, mas grande impacto.

Pense estrategicamente na introdução. Como pretende começar seu texto, de modo a deixar já explícita sua opinião sobre o tema?

Uma opção é colocar cada argumento num parágrafo, lembrando que deve ser constituído por mais de uma frase.

Revise a pontuação, o uso de maiúsculas, a concordância, a ortografia.

Você tem sugestões para resolução do problema? Podem ser organizadas na conclusão.

Escolha as estratégias argumentativas mais adequadas para defender seu ponto de vista.

Pense nos efeitos pretendidos ao escolher em que pessoa escrever.

OFICINA III – DISCURSO DE ÓDIO E INTOLERÂNCIA: PERCURSOS PASSIONAIS DO ÓDIO



FONTE: [HTTPS://WWW.DIARIDEPERNAMBUCO.COM.BR/NOTICIA/VIVER/2016/07/DISCURSO-DE-ODIO-GANHA-FORCA-E-ALCANCE-NO-AMBIENTE-DIGITAL.HTML](https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2016/07/discurso-de-odio-ganha-forca-e-alcance-no-ambiente-digital.html). ACESSO EM 22 MAIO 2021

DO DISCURSO DE ÓDIO A ATOS INTOLERANTES

Conversando sobre o tema

Você acha que uma pessoa deve ser julgada boa ou má considerando sua cor, raça, nacionalidade, posição social, preferência sexual ou religião?

O que você acha de pessoas que partem para a agressão física ou verbal simplesmente por se sentirem incomodadas com a cor, raça, nacionalidade, posição social, preferência sexual ou religião de outros?

Já ouviu falar de discurso de ódio e intolerância? O que pensa a respeito disso?

Considera importante discutir essas temáticas na escola? Por que responde assim?

SEÇÃO 1: ALÉM DAS PALAVRAS

Atribua sentidos para as charges a seguir.

Figura 1



Fonte: <http://jornalismo.ufsj.edu.br/van/wp-content/uploads/2018/10/diadascriancas.png> Acesso em: 07 mai. 2021.

Figura 2



Fonte: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/09/06/mostra-de-charges-sobre-bolsonaro-retirada-da-camara-de-porto-alegre-sera-exposta-de-modo-itinerante.ghtml> Acesso em: 07 mai. 2021.

Agora, vamos dialogar com Adel El Tasse a partir do texto “O perigo da intolerância”, procurando perceber o modo como ele construiu sua argumentação e a estrutura do artigo de opinião.

TEXTO 3

O PERIGO DA INTOLERÂNCIA

Adel El Tasse

Foi anunciado o pagamento pelo INSS de pensão, nas relações homoafetivas, a um dos companheiros em caso de morte do outro. Também a preocupação com o crescimento da homofobia fez com que fosse criada uma comissão específica para tratar do tema.

Ao mesmo tempo em que essas manifestações elevadas são anunciadas, causa preocupação entrevista concedida no mês passado pelo deputado Jair Bolsonaro, destaque-se, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em que afirma que se o seu filho convivesse com gays, haveria

risco de se tornar gay e, nas suas próprias palavras, “daria um couro nele para resolver o problema”.

A declaração é de gravidade elevada, na medida em que é clara manifestação de homofobia por integrante do legislativo brasileiro, da comissão responsável por combatê-lo, comissão que perde sua credibilidade, na medida em que um dos seus membros declara-se avesso ao respeito com as minorias.

Foucault, em A história da sexualidade, aprofundou o estudo da homofobia e aponta que ela sempre caminhou com os modelos de controle humano, pois a intervenção no comportamento sexual é eficaz forma de estigmatização para reafirmação do poder.

Ao contrário, a liberdade das pessoas, com o desenvolvimento de sua sexualidade sem agressão a terceiros, dá margem à ruptura com o modelo de dominação. Para impedir essa ruptura é que travestidas de pensamentos políticos e sociais são estimuladas ações de ataque às minorias sexuais para sentirem vergonha do que são, sendo mantido ativo um eficaz método de geração de estigmas e aquele que não se submete ao controle é rapidamente taxado de sexualmente desviante, sofrendo medidas de intervenção punitiva.

Como exemplo, as duas mais emblemáticas estruturas de invasão da sexualidade, inquisição e nazismo, serviram à escravização a partir de processos estigmatizantes. Em ambas se valeu do preconceito para aumentar as possibilidades punitivas, criando delitos amplos em que qualquer um podia ser enquadrado, com base em juízos valorativos e provas baseadas em boatos.

A sexualidade não é questão de opção possível de moldar com violência, como pretendido por alguns; diz respeito à

própria personalidade da pessoa, sendo elemento inerente ao próprio ser, de forma que a intervenção na liberdade sexual representa grave ataque aos direitos humanos, o que é intolerável no Estado democrático.

Os direitos humanos se constituem em pauta irrenunciável do modelo democrático, devendo ser defendida e consolidada como realidade plena, por via de consequência, as medidas que os fragilizam são manifestações do autoritarismo que se fortalece quando se amplia a ignorância no meio social.

A ignorância está presente nas ações homofóbicas como manifestação da ignorância inerente ao preconceito e à intolerância em que o agressor julga-se detentor de uma verdade única e especial, quando a história humana demonstra que todos que assim pensaram estavam errados.

Convém observar exemplos de intolerância como o apartheid, o fascismo, os massacres em Ruanda e na Bósnia, em que seus defensores julgaram-se possuidores da verdade plena, mas hoje lembrados como algumas das páginas mais vergonhosas da humanidade. Para não se viver experiências como essas há necessidade premente que os valores da tolerância e do liberalismo sejam estabelecidos em políticas públicas de incremento da compreensão e da aceitação das diferenças.

A ausência de preconceito não é retórica, não basta se dizer sem ele e ao mesmo tempo praticar gestos de violência contra o diferente, afinal como Carlos Drummond de Andrade lembra: “Sou do tamanho daquilo que sinto, que vejo e que faço, e não do tamanho da minha estatura”.

É urgente aprender a ser grande sentindo, vendo e fazendo o mundo da compreensão para que o germe da intolerância que hoje se manifesta de forma

preocupante nos atos homofóbicos não um feio lugar sem cores, sem luzes, vazio
transforme o lindo Brasil da diferença em somente vazio.

Adel El Tasse, procurador federal, é professor de Direito Penal

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaao/artigos/o-perigo-da-intolerancia-die2r414qagswksb55t0lou32/>

Acesso em: 09 out. 2020.

SEÇÃO 2: LENDO E COMPARTILHANDO LEITURAS

1 O que a fala do Deputado Jair Bolsonaro revela sobre sua posição em relação ao homossexualismo?

2 O texto informa que o deputado Jair Bolsonaro faz parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Explique a incoerência entre a posição ideológica do Deputado Jair Bolsonaro e a comissão da qual faz parte.

3 Você acha que essa postura do Deputado compromete a credibilidade e o desempenho da comissão da qual ele faz parte? E o articulista acredita que compromete?

4 O autor cita o posicionamento do deputado Jair Bolsonaro em relação ao homossexualismo e afirma que é preocupante. Essa preocupação é justificável? Com qual objetivo ele traz essa declaração para o seu texto?

5 Considerando a estrutura do artigo de opinião (forma de organização do texto)

I- Na primeira parte aparece o título.

- a) O título desperta o interesse do leitor? Justifique sua resposta.
- b) O título dá alguma pista da ideia defendida pelo autor?
- c) Como o título contribui para a compreensão do artigo?

II – A segunda parte do artigo é a introdução. Analisemos a introdução desse artigo.

- a) Há diferentes maneiras de introduzir um artigo de opinião. Qual a alternativa que apresenta a estratégia empregada pelo autor para iniciar seu texto, ou seja, como o assunto é contextualizado.
 - I. Define um conceito.
 - II. Conta uma história que contextualiza o tema.
 - III. Lança perguntas ao leitor, gerando reflexão sobre um problema.
 - IV. Apresenta um problema.
 - V. Faz uma declaração que expressa opinião sobre um fato
 - VI. Dá uma notícia relacionada ao tema
- b) Você diria que a introdução desse artigo cumpriu seu objetivo de chamar atenção do leitor para a leitura? Explique.
- c) Nesse texto, a tese defendida aparece já na introdução ou só se forma durante o desenvolvimento e/ou na conclusão, como consequência necessária do raciocínio elaborado?

III- O terceiro elemento estrutural é a discussão (desenvolvimento), na qual o autor interpreta, analisa, debate aspectos do tema. No artigo em questão ela se inicia no terceiro parágrafo e se estende até o parágrafo doze.

- a) No trecho “Ao contrário, a liberdade das pessoas, com o desenvolvimento de sua sexualidade sem agressão a terceiros, dá margem à ruptura com o modelo de dominação” a expressão destacada revela o quê?
- b) No quarto parágrafo o autor faz referência às ideias de Foucault - filósofo, professor, psicólogo e escritor francês – sobre homofobia. Qual o efeito que a voz desse especialista dá ao texto?
- c) O articulista afirma que são estimuladas ações de ataque às minorias sexuais com qual objetivo?
- d) No sexto parágrafo o articulista recorreu ao argumento pelo exemplo. Como esse argumento contribuiu para o desenvolvimento da tese?
- e) Qual a opinião do articulista sobre as ações homofóbicas?
- f) A tese (ponto de vista) do autor está explicitada em:
 - Os exemplos de intolerância do passado nos ensinam a viver sem preconceito;
 - Sou do tamanho daquilo que sinto, que vejo e que faço, e não do tamanho da minha estatura;
 - A intolerância é perigosa;
 - A intervenção na liberdade sexual representa grave ataque aos direitos humanos.

IV- Por fim, analisemos a conclusão. Nesse artigo ela assume que modalidade?

- a) Exortação
- b) apelo
- c) aviso
- d) palavra de ordem
- e) constatação pura e simples

SEÇÃO 3: ASSUMINDO O PAPEL DE AUTOR

Agora, a partir da narração de um ato de intolerância de sua localidade ou da televisão, escreva um artigo analisando a situação e expressando seu ponto de vista sobre discurso de ódio e intolerância. Se preferir pode conduzir sua reflexão utilizando os textos a seguir.

I

só aqueles nordertinos malditos que votam
na dilma nossa espero que nunca mais
chova la seca pra sempre

Disponível em: <https://webjornalunesp.files.wordpress.com/2014/10/comentario.png> Acesso em: 08 mai. 2021.

II

A Polícia Civil de São Paulo prendeu ontem um grupo de seis jovens, entre 16 e 23 anos, suspeito de praticar uma série de ataques a gays na região central da capital.

Uma das vítimas foi, diz a polícia, o auxiliar administrativo Bruno Borges de Oliveira, 18, que morreu no dia 26 em decorrência de ferimentos causados por chutes, socos e golpes de skate na cabeça.

De acordo com a polícia, o grupo é formado por skatistas que, na madrugada, frequentava conhecidos redutos gays, como a região das ruas Augusta e Frei Caneca, para atacar.

Esses jovens (dois adolescentes e quatro adultos), além de agredir, roubavam as vítimas, como forma de humilhação. De Oliveira, por exemplo, levaram um par de tênis, um Bilhete Único e um celular.

"Eles escolhiam as vítimas por serem gays. Fazia parte do ritual de humilhação subtrair os bens da vítima", disse o delegado Ruy Ferraz Fontes, do Deic (departamento que investiga roubos e latrocínios).

Os policiais dizem que, ao roubar dinheiro, bilhete de transporte público e telefone, o grupo obrigava a vítima a voltar para casa andando. Assim, levar também os tênis era uma forma de aumentar o sofrimento e humilhação.

Para chegar aos suspeitos, a polícia investigou uma das "armas" utilizadas na agressão a Oliveira: o skate.

Os investigadores descobriram que os jovens frequentavam a região da av. Paulista e da praça Roosevelt, no centro, para praticar o esporte. De lá, foram seguidos.

Foram presos o gaúcho Leonardo da Rosa, 23, um dos líderes do grupo, Evetron José Teodoro de Souza, Gabriel Leal Noronha e Daniel Henrique da Silva, todos de 20 anos, além dos dois adolescentes.

De acordo com a polícia, os suspeitos confessaram o crime. Quase todos tinham passagem por tráfico, roubo e furtos. Rosa, diz a polícia, cumpriu medida socioeducativa por homicídio, quando era adolescente.

Além do crime contra Oliveira, a polícia descobriu outro ataque a gays na região minutos antes. Essas vítimas reconheceram os acusados.

Para a polícia, os jovens são suspeitos de "muitos" outros ataques na região.

Quatro dos seis suspeitos não quiseram falar com a reportagem. A Folha não localizou os advogados deles.

Fonte: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1406627-skastistas-sao-suspeitos-de-matar-gay-em-](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1406627-skastistas-sao-suspeitos-de-matar-gay-em-sao-paulo.shtml)

[sao-paulo.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1406627-skastistas-sao-suspeitos-de-matar-gay-em-sao-paulo.shtml) Acesso em: 13 nov. 2020.

DICAS IMPORTANTES:

Escolha um título bem chamativo e sedutor: poucas palavras, mas grande impacto.

Pense estrategicamente na introdução. Como pretende começar seu texto, de modo a deixar já explícita sua opinião sobre o tema?

Uma opção é colocar cada argumento num parágrafo, lembrando que deve ser constituído por mais de uma frase.

Revise a pontuação, o uso de maiúsculas, a concordância, a ortografia.

Você tem sugestões para resolução do problema? Podem ser organizadas na conclusão.

Escolha as estratégias argumentativas mais adequadas para defender seu ponto de vista.

Pense nos efeitos pretendidos ao escolher em que pessoa escrever.

Organize seu texto em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Certifique-se de que cada parte cumpra seu objetivo.

Use palavras ou expressões para estabelecer conexões entre as partes do texto.

SEÇÃO 4: SISTEMATIZANDO O CONHECIMENTO SOBRE A ESTRUTURA DO ARTIGO DE OPINIÃO

O artigo de opinião se organiza em três partes: introdução, desenvolvimento e conclusão. A introdução objetiva despertar o interesse do leitor, além de apresentar o assunto, apontar direta ou indiretamente, a questão polêmica, situar essa questão no tempo e no espaço (contextualização); especifica o âmbito do debate; indica, direta ou indiretamente, quem são seus interlocutores; esclarece as motivações do articulista etc.

Em muitos casos, a opinião, ou seja, a tese defendida no texto, aparece já na introdução, numa estratégia de “ir direto ao ponto”. Em outros casos, a tese só se formula durante o desenvolvimento e/ou na conclusão, como consequência necessária do raciocínio elaborado: é exatamente quando o leitor está pronto a admitir essa consequência que ela é apresentada. Por fim, o articulista pode arriscar-se a nem sequer explicitar sua tese: sua confiança nos argumentos e na sua sintonia com quem acompanha seu raciocínio é tão grande que ele “deixa o leitor tirar suas próprias conclusões”. A escolha por esta ou aquela via estabelecerá com os leitores uma interação própria.

Já o desenvolvimento é a parte do artigo em que o articulista explica e justifica as posições e a opinião dele sobre o assunto – apresentando argumentos, indicando as condições em que devem ser recebidos (“é certo”; “é provável”; “é possível”; “em tais ou quais situações” etc.), expressando convicções, esclarecendo o sentido de algum vocábulo importante, analisando e avaliando fatos, examinando dados de pesquisas, resumindo e contestando posições contrárias defendidas por adversários etc.

Finalmente, a conclusão não é apenas o fechamento do texto, mas, principalmente, o ponto de chegada de todo o raciocínio desenvolvido. A principal função da conclusão é (re)apresentar explicitamente a opinião do articulista.

Fonte: (https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/etapa/analise-da-organizacao-do-texto/index.html) Acesso em: 10 mai. 2021.

OFICINA IV: A PROJEÇÃO DA OPINIÃO DO ENUNCIADOR NO ARTIGO DE OPINIÃO



FONTE: [HTTPS://DIRECIONALESCOLAS.COM.BR/GERACAO-Z-E-MAIS-VULNERAVEL-A-FAKE-NEWS/](https://direcionalescolas.com.br/geracao-z-e-mais-vulneravel-a-fake-news/) ACESSO EM 22 MAIO 2021

O PERIGO DAS FAKE NEWS

Para início de conversa

Como se pode identificar um texto *fake*?

Você vê algum perigo nas *Fake News*?

Qual o perigo de as pessoas banalizarem notícias falsas?

Você se preocupa em checar se uma notícia é verdadeira antes de enviar pra outros, ou simplesmente, quer ser o primeiro a divulgar?

SEÇÃO 1: ALÉM DAS PALAVRAS

Que sentidos você atribui as imagens a seguir (respectivamente charge e propaganda)

Figura 1



Fonte: <http://www.seebbauru.org.br/noticias/charge-da-semana-fantasia-de-fake-news/> Acesso em: 07 mai. 2021.

Figura 2



Fonte: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Setembro/nova-campanha-do-tse-contr-a-desinformacao-vai-ao-ar-a-partir-desta-terca-feira-1o> Acesso em: 08 mai. 2021.

Após um diálogo a partir do sentido das imagens, vamos analisar o artigo de Evandro Lorens sobre as Fake News, procurando perceber seu posicionamento e a maneira utilizada por ele para se projetar no texto e construir a argumentação.

TEXTO 4

FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO: UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA

Evandro Lorens

A história é repleta de casos de pessoas tentando manipular as outras por meio de desinformação e de informações falsas. Na eleição presidencial de 1945, as rádios de Hugo Borghi atribuíram ao candidato favorito, o brigadeiro Eduardo Gomes, uma frase que ele nunca havia dito. O grupo adversário usou a disseminação da frase como um dos instrumentos que, no final, resultaram na vitória de Gaspar Dutra. Apesar da tunga na democracia, eram outros tempos e “o que passou, passou”.

As comunicações instantâneas globais via internet fazem com que, potencialmente, todos possam trocar informações, de qualquer natureza, sem restrições nem fronteiras. A popularização de equipamentos e de infraestrutura criou os meios. As redes sociais agregaram

usabilidade e a tão sonhada segmentação publicitária. Amenidades ditas em família, debates conspiratórios de encontros fechados e inconfidências ditas ao telefone ganharam escala mundial, sem filtros. O mesmo ocorreu com a propaganda enganosa, a notícia falsa e a desinformação.

PUBLICIDADE

Enfrentamos, agora, um “tsunami desinformacional” e nos tornamos cobaias de experimentos de controle e interferência na realidade, com as redes sociais determinando quem precisamos ser, o que devemos consumir e até em quem não votar. Destruir reputações por meio de notícias falsas e desinformação é mais eficiente do que cultivar tolerância, construir soluções e

debater honestamente. É mais prático do que procurar posições de consenso e equilíbrio político.

Mas a destruição de reputações nunca ocorre isoladamente. O conjunto da obra demanda corroer a confiança na ciência, nas instituições democráticas, no jornalismo profissional e nos freios e contrapesos que viabilizam a democracia. Escândalos como o da Cambridge Analytica são só a ponta do iceberg. Em todo o planeta, têm aflorado vocações autoritárias populistas diante de olhares atônitos e ainda paralisados pelo confuso dilema moral da censura e da liberdade de expressão. A democracia está contra as cordas e, por causa de sua própria natureza, sofre para reagir. Poderá morrer se não for socorrida a tempo, na contramão dos avanços pós-iluminismo.

Inexiste uma bala de prata para superar o grave assédio das notícias falsas e da desinformação contra a democracia. O que se sabe é que a missão só pode ser realizada por muitas mãos. É preciso mobilização de governos, parlamentos, tribunais, sociedade organizada, empresas e pessoas para que haja esperança de mudança do cenário.

Enquanto cidadãos, precisamos fazer escolhas éticas em nossa própria vida digital, cobrar ética das empresas fornecedoras de bens e serviços e ensinar a privacidade como valor no uso da

tecnologia. É preciso educar formal e digitalmente, estimular o desenvolvimento de senso crítico para que as novas gerações avaliem melhor o que lhes chega sob a pele de informação. Também nos cabe interagir com parlamentares, propor e pressionar por legislações, regulação governamental ou autorregulação ética das plataformas de mídias sociais.

É preciso cobrar das big techs e das redes sociais transparência, colaboração com a academia e aplicação da sua poderosa tecnologia contra a desinformação. Na seara jornalística, é importante usar e divulgar o trabalho de fact checking, e apoiar iniciativas que produzam impacto financeiro negativo sobre canais digitais de disseminação de notícias falsas e discursos de ódio, como Sleeping Giants. Na esfera jurídica, será relevante que as cortes passem a corresponsabilizar as plataformas de mídias sociais por abusos ocorridos em seus quintais, como forma de pressionar por medidas efetivas contra a desinformação, ignoradas hoje pelo ganho financeiro óbvio propiciado pelos cliques, curtidas e compartilhamentos vendidos aos anunciantes.

É preciso cuidar da democracia, seja por compreender a necessidade de cuidar de seus defeitos e idiosincrasias, seja por rejeitar a visão medonha do passado e do quão caro a democracia custou a nossos antepassados.

Por EVANDRO LORENS — Graduado em ciência da computação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre em ciência da informação pela Universidade de Brasília (UnB) e diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)

Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/04/4917137-artigo-fake-news-e-desinformacao-uma-ameaca-a-democracia.html> Acesso em: 24 mai. 2021.

SEÇÃO 2: LENDO E COMPARTILHANDO LEITURAS

1 Qual questão o artigo discute? Essa questão pode ser considerada atual e relevante? Por que responde assim?

2 No primeiro parágrafo do texto – a introdução – o autor inicia narrando um fato do passado. Na sua opinião, por que ele escolheu esse fato?

3 Os sinais de pontuação, em muitos casos, são usados para marcar diferentes intenções do autor. Qual o efeito de sentido que as aspas utilizadas na expressão “tsunami desinformativo” imprimem ao texto? Qual o sentido de “tsunami” nesse contexto? O que essa escolha indica sobre a opinião do autor?

4 O autor constrói o texto empregando verbos no modo indicativo. Qual o efeito de sentido pretendido com essa escolha?

5 O que o autor apresenta no sexto e sétimo parágrafo? Você concorda com essas proposições?

6 No trecho “**É preciso** mobilização de governos, parlamentos, tribunais, sociedade organizada, empresas e pessoas para que haja esperança de mudança do cenário” ao escolher a expressão destacada o autor considera o conteúdo dessa proposição como algo que deve acontecer obrigatoriamente. Você concorda com o autor? Acredita que é razoável esperar tal mobilização?

7 A modalização está presente em artigos de opinião, pois estes, são de natureza opinativa, veiculam valores, sentidos e ideologias. Releia os fragmentos a seguir e observe as palavras ou expressões destacadas que contribuem para a construção da modalização.

I. Inexiste uma bala de prata para superar o **grave** assédio das notícias falsas e da desinformação contra a democracia.

II. Enquanto cidadãos, **precisamos fazer** escolhas éticas em nossa própria vida digital, cobrar ética das empresas fornecedoras de bens e serviços e ensinar a privacidade como valor no uso da tecnologia. **É preciso educar** formal e digitalmente, estimular o desenvolvimento de senso crítico para que as novas gerações avaliem melhor o que lhes chega sob a pele de informação.

III. **Poderá morrer** se não for socorrida a tempo, na contramão dos avanços pós-iluminismo.

IV. Em todo o planeta, têm aflorado vocações **autoritárias** populistas diante de olhares **atônitos** e ainda paralisados pelo **confuso** dilema moral da censura e da liberdade de expressão.

V. Na esfera jurídica, **será relevante** que as cortes passem a corresponsabilizar as plataformas de mídias sociais por abusos ocorridos em seus quintais, como forma de pressionar por medidas efetivas contra a desinformação, ignoradas hoje pelo ganho financeiro óbvio propiciado pelos cliques, curtidas e compartilhamentos vendidos aos anunciantes.

VI. **Destruir** reputações por meio de notícias falsas e desinformação **é mais eficiente** do que cultivar tolerância, construir soluções e debater honestamente. **É mais prático** do que procurar posições de consenso e equilíbrio político.

Associe cada um dos fragmentos lidos aos efeitos de sentido que as palavras ou expressões destacadas ajudaram a criar no texto.

- a) Expressa possibilidade
- b) Noção de obrigatoriedade
- c) Expressa efeito de verdade e realidade

- d) Expressão de natureza avaliativa
- e) Expressão de certeza

SEÇÃO 3: ASSUMINDO O PAPEL DE AUTOR

A proposta é que você escreva um artigo de opinião se posicionando sobre a gravidade das Fake News. Os textos a seguir podem guiar sua argumentação.

Texto I



Fonte: <https://alpinocartunista5.wixsite.com/alpino/charges?pgid=jrusdmc4-092cdd39-035d-490b-838d-44708729e56c> Acesso em: 06 mai. 2021

Texto II

COMO IDENTIFICAR NOTÍCIAS FALSAS

CONSIDERE A FONTE
Clique fora da história para investigar o site, sua missão e contato.

LEIA MAIS
Títulos chamam a atenção para obter cliques. Qual é a história completa?

VERIFIQUE O AUTOR
Faça uma breve pesquisa sobre o autor. Ele é confiável? Ele existe mesmo?

FONTE DE APOIO?
Clique nos links. Verifique se a informação oferece apoio à história.

VERIFIQUE A DATA
Repostar notícias antigas não significa que sejam relevantes atualmente.

ISSO É UMA PIADA?
Caso seja muito estranho, pode ser uma sátira. Pesquise sobre o site e o autor.

É PRECONCEITO?
Avalie se seus valores próprios e crenças podem afetar seu julgamento.

CONSULTE ESPECIALISTAS
Pergunte a um bibliotecário ou consulte um site de verificação gratuito.

INSTITUTO FEDERAL SÃO PAULO
Câmpus Presidente Epitácio

IFLA
International Federation of Library Associations and Institutions
With thanks to www.FactCheck.org

ANALITICHA
Anna Déak

Fonte:

<https://bibliotecaifsppep.wordpress.com/2017/09/14/como-identificar-noticias-falsas/> Acesso em: 12 mai. 2021.

Texto III



Fonte: <http://www.upa.unicamp.br/direitos-humanos-armandinho-na-upa> Acesso em: 08 mai. 2021.



O USO PROLONGADO DA MÁSCARA PRODUZ HIPÓXIA.

Respirar repetidamente o ar expirado se transforma em dióxido de carbono, e é por isso que nos sentimos tontos.

Isso intoxica o usuário e muito mais quando ele deve se mover, realizar ações de deslocamento. Causa desconforto, perda de reflexos e pensamento consciente.

Isso gera grande fadiga. Além disso, a deficiência de oxigênio causa quebra de glicose e aumento do ácido lático.

Algumas pessoas dirigem o carro com a máscara, o que é muito perigoso, porque o ar viciado pode fazer o motorista perder a consciência.

É recomendável usá-lo apenas se você tiver alguém na frente ou muito próximo, e é importante lembrar de levantá-lo a cada 10 minutos para continuar se sentindo saudável, O ideal seria usar máscaras com filtros, esse tipo de máscaras não é fácil de adquirir no mercado.

É contraproducente para as pessoas que servem o público por 8 horas, pois estão se intoxicando sem saber.

Todas as vidas são importantes! "

Essa prevenção poderia levar a outro problema ... Vamos usar a máscara conscientemente.

Dr. Eduardo E Herrera.

Médico Especialista em Cirurgia, com mais de 20 anos de experiência.

Fonte: <https://www.facebook.com/steffesomfreitasdireita.avozdopovo/posts/698181267605946/> Acesso em: 19

fev. 2021.

DICAS IMPORTANTES:

Escolha um título bem chamativo e sedutor: poucas palavras, mas grande impacto.

Pense estrategicamente na introdução. Como pretende começar seu texto, de modo a deixar já explícita sua opinião sobre o tema?

Uma opção é colocar cada argumento num parágrafo, lembrando que deve ser constituído por mais de uma frase.

Revise a pontuação, o uso de maiúsculas, a concordância, a ortografia.

Você tem sugestões para resolução do problema? Podem ser organizadas na conclusão.

Escolha as estratégias argumentativas mais adequadas para defender seu ponto de vista.

Pense nos efeitos pretendidos ao escolher em que pessoa escrever.

Organize seu texto em introdução, desenvolvimento e conclusão.

Certifique-se de que cada parte cumpra seu objetivo.

Use palavras ou expressões para estabelecer conexões entre as partes do texto.

SEÇÃO 4: SISTEMATIZANDO O CONHECIMENTO SOBRE MODALIZAÇÃO NO ARTIGO DE OPINIÃO

A modalização é um mecanismo que projeta no enunciado as posições, atitudes, julgamentos, afetividades do sujeito relacionadas ao seu dizer e ao dito. Podemos afirmar que são as marcas que explicitam a opinião do enunciador.

A Base Nacional Comum Curricular traz a modalização como objeto do conhecimento destacando as modalidades apreciativas, viabilizadas por classes e estruturas gramaticais como adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, locuções adverbiais, orações adjetivas e adverbiais, orações relativas restritivas e explicativas etc., de maneira a perceber a apreciação ideológica sobre os fatos noticiados ou as posições implícitas ou assumidas.

Modalização epistêmica, isto é, modos de indicar uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade de uma proposição, tais como os asseverativos - quando se concorda com ou discorda de uma ideia; e os quase-asseverativos, que indicam que se considera o conteúdo como quase certo.

As modalidades deônticas, que se referem ao eixo da conduta (obrigatoriedade/permisibilidade) e os mecanismos de modalização adequados aos textos políticos e propositivos, as modalidades apreciativas, em que o locutor exprime um juízo de valor (positivo ou negativo) acerca do que enuncia.

OFICINA V- POLIFONIA NOS DISCURSOS POLÊMICOS: CITAÇÕES DIRETAS E INTERDISCURSO



FONTE: [HTTPS://ADONISNOBREGA.COM/LIBERDADE-DE-EXPRESSAO-NO-BRASIL/](https://adonisnobrega.com/liberdade-de-expressao-no-brasil/) ACESSO EM 22 MAIO 2021

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Para discutir e refletir

Acha que é liberdade de expressão ofender as pessoas gratuitamente considerando suas próprias preferências políticas, religiosas, sexuais, raciais e sociais?

Você acha que a liberdade de expressão tem limites?

Consegue diferenciar liberdade de expressão de discurso de ódio e preconceito?

SEÇÃO 1: ALÉM DAS PALAVRAS

Expresse os sentidos que você atribui às imagens a seguir.

Figura 1



Fonte: <https://angelorigon.com.br/tags/liberdade-de-expressao/> Acesso em: 08 mai. 2021.

Figura 2



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/418694096577508410/> Acesso em: 08 mai. 2021.

Agora, vamos analisar o que Jorge Palma escreveu a respeito de liberdade de expressão e como ele constrói sua argumentação a partir de outras vozes.

TEXTO 5

LIBERDADE

Jorge Palma

A liberdade de expressão não possui caráter absoluto.

A prisão do deputado federal Daniel Silveira, do PSL/RJ, decretada pelo ministro Alexandre de Moraes do STF, reacendeu a polêmica sobre a possibilidade de imposição de limites à liberdade de expressão.

Curiosamente observo, que aqueles que se insurgem mais indignados, parecem-me ser também os que se expressam de maneira mais violenta e agressiva.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso IV, assegura a liberdade de manifestação do pensamento, vedando o anonimato.

Também no artigo 5º, só que no inciso V, a Constituição assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, bem como o direito de indenização pelo dano material, moral ou à imagem.

Parece ser o bastante para que vozes se elevem a insistir, que a liberdade de expressão não admite limites, comportando apenas consequências.

A seguir por este perigoso caminho, todos e cada um de nós poderia, a todo instante e em qualquer circunstância, dizer o que bem entende, até mesmo agredindo, zombando, humilhando ou mesmo ameaçando outra qualquer pessoa ou instituição.

Poderíamos fazer a apologia de crimes, de preconceito e discriminação das mais variadas espécies, ou mesmo diretamente praticá-los em nossas manifestações.

Certamente poderíamos ser punidos pelo conteúdo de nossas manifestações, mas o odioso discurso em si, não poderia ser proibido ou eliminado, posto que restaria acobertado pelo ilimitado e ilimitável exercício da liberdade de expressão.

A liberdade de expressão é um direito humano universal e fundamental, com previsão no artigo XIX da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, constituindo condição para o exercício pleno da cidadania e da autonomia individual.

O valor desta liberdade é seguramente inestimável, contudo, é de rigor reconhecer que mesmo ela deve comportar certas restrições e limites.

A doutrina e a jurisprudência brasileiras, inclusive o STF, muito embora assegurem e defendam a liberdade de expressão, reconhecem não se tratar de um direito absoluto, ilimitado e impassível de restrições.

É preciso reconhecer que a própria existência de outros diversos direitos fundamentais leva à necessidade do estabelecimento de certas balizas éticas para o exercício da liberdade de expressão.

Como admitir, por exemplo, que sob o manto da liberdade de expressão, grupos radicais difundam manifestações de ódio impregnadas de evidente e despuorado racismo, xenofobia, homofobia, ou mal que se equivalha? Certamente impensável permitir isso.

As restrições, contudo, devem possuir um caráter excepcional, somente podendo decorrer da lei ou de decisão judicial, devendo estar voltada à proteção da dignidade da pessoa humana e/ou aos bens jurídico-constitucionais individuais e coletivos fundamentais.

Não se admite, assim, que o direito fundamental da liberdade de expressão seja desvirtuado para a disseminação de discurso de ódio e empregada como manto protetor de comportamentos imorais e ilícitos.

Não se pode admitir que a liberdade democrática se volte contra a própria democracia.

Comportamentos obtusos como o tresloucado deputado, incitando a agressão de pessoas, louvando textos historicamente tóxicos e antidemocráticos e buscando incitar o confronto para alcançar a eliminação da Suprema Corte, não devem mesmo ser admitidas.

O viver democrático exige responsabilidade e um mínimo de equilíbrio e maturidade.

Direitos e liberdades devem ser preservados e defendidos, inclusive com o estabelecimento de um grau mínimo e indispensável de limitação, sob pena, advirta-se, de acabarem consumidos pelo próprio excesso.

Ilimitado em verdade, deve ser apenas o nosso apreço pela democracia e o esforço para nos tornarmos a cada dia melhores, mais dignos e civilizados.

Medite sobre isso.

Fonte: <http://meditandodireito.com.br/index.php/2021/02/17/liberdade/> Acesso em: 19 fev. 2021.

SEÇÃO 2: LENDO E COMPARTILHANDO LEITURAS

1 O autor cita a constituição em seu texto. Com qual objetivo? Qual o papel da Constituição na regulação do país?

2 De acordo com o trecho “Parece ser o bastante para que vozes se elevem a insistir, que a liberdade de expressão não admite limites, comportando apenas consequências” há pessoas que acreditam que a liberdade de expressão não tem limites somente consequências. O que, para elas, sustenta esse pensamento? Quando o autor escolhe a forma verbal “Parece” o que você acha que ele pretende mostrar?

3 Se a liberdade de expressão não admitisse limites, o que se poderia fazer, segundo o texto?

4 Qual o posicionamento do STF e da doutrina e jurisprudência brasileira sobre a liberdade de expressão? De que forma e com qual objetivo o autor traz essa voz para o seu texto?

5 Como o autor se posiciona em relação ao fato de grupos radicais difundirem manifestações de ódio impregnadas de despudorado racismo, xenofobia, homofobia, ou mal que se equivalha se apoiando na liberdade de expressão? E você?

6 Releia o trecho

As restrições, contudo, devem possuir um caráter excepcional, somente podendo decorrer da lei ou de decisão judicial, devendo estar voltada à proteção da dignidade da pessoa humana e/ou aos bens jurídico-constitucionais individuais e coletivos fundamentais.

- Esse trecho está relacionado diretamente a qual parágrafo?
- Quando, na opinião do autor, se deve impor restrições à liberdade de expressão?
- Em outra situação diferente da mencionada pelo autor, o que você acha que essa restrição significaria?

7 Como o direito fundamental da liberdade de expressão estaria sendo desvirtuado ao ser empregado como manto protetor de comportamentos imorais e ilícitos e para a disseminação de discurso de ódio? Você concorda que a liberdade de expressão é desvirtuada ao ser utilizada como desculpa para esses tipos de comportamentos?

8 Releia o trecho

Certamente **poderíamos** ser punidos pelo conteúdo de nossas manifestações, mas o odioso discurso em si, não **poderia** ser proibido ou eliminado, posto que **restaria** acobertado pelo ilimitado e ilimitável exercício da liberdade de expressão.

Observe que os verbos destacados estão no futuro do presente. O autor faz uso desse tempo em outros trechos do artigo. Na sua opinião, qual o efeito de sentido produzido pelo emprego desse tempo verbal?

SEÇÃO 3: ASSUMINDO O PAPEL DE AUTOR

A nossa última oficina traz a proposta de produzir um artigo que expresse sua opinião sobre a questão: Deve-se impor restrições à liberdade de expressão? Se desejar, os textos a seguir podem contribuir para fundamentar sua opinião.

I

DEFESA DE DANIEL SILVEIRA ALEGA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E IMUNIDADE PARLAMENTAR

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouviu hoje o depoimento de duas testemunhas de defesa no processo disciplinar contra o deputado [Daniel Silveira \(PSL-RJ\)](#). Ele é acusado de incitar violência contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além de exaltar o AI-5, instrumento de repressão usado durante a ditadura militar, que fechou o Congresso e cassou mandatos de juízes e parlamentares. Os dois depoentes utilizaram a liberdade de expressão e a imunidade parlamentar como argumentos para defender o deputado.

Daniel Silveira questionou o escritor e médico Alessandro Passos Loiola, com o qual se relacionou por meio do Whatsapp e já gravou uma entrevista ao vivo. A testemunha disse valorizar a liberdade de expressão e entender que, na democracia, é necessário ter opiniões que desagradam.

Segundo o escritor, o parlamentar teria usado uma figura de linguagem, e não ter feito uma ameaça, quando postou um vídeo em que afirmou imaginar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin levando "uma surra de gato morto até ele miar". A gravação, postada em mídias sociais, motivou a prisão em flagrante de Daniel Silveira.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/755983-defesa-de-daniel-silveira-alega-liberdade-de-expressao-e-imunidade-parlamentar/> Acesso em: 08 mai. 2021.

II

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por lei autorizada para fins excepcionais de segurança nacional ou para garantir o funcionamento normal das comunicações telefônicas;

Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 08 mai. 2021.

DICAS IMPORTANTES:

Escolha um título bem chamativo e sedutor: poucas palavras, mas grande impacto.

Pense estrategicamente na introdução. Como pretende começar seu texto, de modo a deixar já explícita sua opinião sobre o tema?

Uma opção é colocar cada argumento num parágrafo, lembrando que deve ser constituído por mais de uma frase.

Revise a pontuação, o uso de maiúsculas, a concordância, a ortografia.

Você tem sugestões para resolução do problema? Podem ser organizadas na conclusão.

Deixe o texto claro para o leitor e escreva na norma padrão da língua portuguesa.

Procure usar citações diretas ou indiretas para articular polifonicamente seu texto com outros dizeres

Reescreva seu texto a partir das observações feitas pelo professor. Nenhum texto está perfeito em sua primeira versão.

SEÇÃO 4: SISTEMATIZANDO OS CONHECIMENTOS SOBRE POLIFONIA E INTERDISCURSO NO ARTIGO DE OPINIÃO

A Polifonia se caracteriza pela presença de outras vozes dentro de um discurso. A linguagem humana tem uma natureza polifônica, porque nenhum discurso é totalmente novo, puro, pois ele nasce de outros discursos. Essas outras vozes podem ser recuperadas no texto por meio de citações diretas ou indiretas.

A fala do outro dentro do seu texto dá credibilidade ao que você diz e aumenta o poder de persuasão do seu texto, possibilitando uma tomada de posição favorável à sua tese.

O interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. (ORLANDI, 2005). Isso significa que as palavras que se usa fazem sentido porque já foram ditas. Os dizeres estão filiados a outros dizeres.

Referências

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2019.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE: Brasil tem 4,6% das crianças e adolescentes em trabalho infantil. AgênciaBrasil, Rio de Janeiro. 17 dez. 2020. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil> Acesso em: 05 mai. 2021.

CARVALHO, Diana. Pesquisadora: Se trabalho infantil fosse bom, seria privilégio de ricos. 29 ago. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pesquisadora-se-trabalho-infantil-fose-bom-seria-privilegio-de-ricos/> Acesso em: 05 mai. 2021

DELMANTO, Dileta; CARVALHO, Laiz B. de. **Português conexão e uso**. 9º ano. 1ª ed. São Paulo, Saraiva, 2018. p.156-159.

GOMES, R. S. Aspectualização e modalização no jornal: expectativa e acontecimento. In: **Estudos Semióticos**. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es_i. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 8, Número 2, São Paulo, Novembro de 2012, p. 11–20.

GOMES, R. S. Uma abordagem semiótica da modalidade na mídia impressa. In: **Estudos linguísticos/Linguistic Studies**. Lisboa, Edições Colibri, nº 5, julho de 2010, p. 195-212. Disponível em online: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n5_fulltexts/5n%20regina%20gomes.pdf

JENSEN, S. C. **Criança não deve trabalhar. Infância é para sonhar**. Jornal de Relações Internacionais, 7 jun. 2019. Disponível em: <http://jornalri.com.br/2019-2/crianca-nao-deve-trabalhar-infancia-e-para-sonhar> Acesso em: 05 mai. 2021.

LORENS, Evandro. **Fake News e desinformação: uma ameaça à democracia**. Correio Braziliense. 09 abr. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/04/4917137-artigo-fake-news-e-desinformacao-uma-ameaca-a-democracia.html> Acesso em: 24 mai. 2021.

MUNIZ, Eduardo. **Dependência tecnológica, o maior mal desta geração**. Gazeta do Povo, 30 jan. 2019. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/dependencia-tecnologica-o-maior-mal-desta-geracao-2r72udomja0wksq5teq16oiq4/>Acesso em: 16 fev. 2021.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Discurso & leitura**. 3 ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, Cortez, 1996.

PALMA, J. **Liberdade**: a liberdade de expressão não possui caráter absoluto. Disponível em: <http://meditandodireito.com.br/index.php/2021/02/17/liberdade/> Acesso em: 19 fev. 2021.

TASSE, A. E. **O perigo da intolerância**. Gazeta do Povo, 24 jan. 2011. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/o-perigo-da-intolerancia-die2r414qagswksb55t0lou32/> Acesso em: 19 fev. 21